

ENTREVISTA *Georgia Bianka*



Decoração em alto estilo

PÁGINA 8

Sustentabilidade



Vale inicia reaproveitamento

PÁGINA 3

ENTREVISTA *José Hiran da Silva*



Fim de máscaras na aviação

PÁGINA B4

Recuperação



Lufthansa teve lucro de 307 milhões de euros

A Lufthansa teve lucro de 307 milhões de euros no quarto trimestre de 2022, revertendo prejuízo de 314 milhões de euros de igual período do ano anterior. O Ebit ajustado - métrica preferida da companhia - somou 575 milhões e euros entre outubro e dezembro. **PÁGINA 2**

Transporte

JSL anuncia compra da Unitum por R\$ 587 mi

A JSL anunciou na sexta-feira, 3, a aquisição da Unitum Participações, holding que detém 100% da IC Transportes, da Artus Administradora e da Fortix Veículos por R\$ 587 milhões. Em comunicado enviado à CVM, a empresa destaca que do valor total, R\$ 100 milhões será retido como garantia para eventuais indenizações. **PÁGINA 3**

Investigação

Gleisi diz que Juscelino deve pedir fastamento

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defendeu que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, se afaste da pasta após as revelações de que usou voo da FAB. **PÁGINA 6**

O setor de alimentos teve variação média de 0,48%

Preços da indústria voltam a subir no País

A principal influência entre as grandes categorias econômicas foi exercida por bens intermediários, cujo peso na composição do índice geral atingiu 57,42%



Os preços da indústria subiram 0,29% em janeiro deste ano, em relação a dezembro de 2022, com 14 das 24 atividades investigadas mostrando variações positivas de preço ante o mês anterior. Os dados constam do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado na sexta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As quatro maiores variações foram observadas em indústrias extrativas (9,62%); bebidas (5,30%); papel e celulose (-3,37%) e calçados e produtos de couro (-2,25%). Em dezembro do ano passado, o IPP teve variação negativa de 1,26%, com 11 atividades apresentando maiores preços médios em relação a novembro. Já em janeiro de 2022, o índice evoluiu 1,20%. De acordo com os pesquisadores do IBGE, o setor industrial de maior destaque na composição do resultado agregado, na comparação entre janeiro e dezembro, foi o de indústrias extrativas, cujos preços variaram 9,62%, em média. Esse é o primeiro resultado positivo desde maio de 2022, quando alcançou 12,55%. A atividade respondeu por 0,42% de influência na variação da indústria em geral. **PÁGINA 2**

IMPACTO INFLACIONÁRIO

Mudança em política da Petrobras deveria acompanhar reoneração

PÁGINA 3

FILTRAGEM

Apple bloqueia atualização de aplicativo que usa ChatGPT

PÁGINA 4

MATO GROSSO

Lula e Janja entregam 1.440 unidades do Minha Casa Minha Vida

PÁGINA 6

IBOVESPA 103.865,99 ↑ 0,52%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
MINERVA ON NM	11.80	+3.15%	+0.36
AZUL PN N2	7.24	+4.78%	+0.33
MELIUIZ ON NM	0.860	+10.26%	+0.080
3R.PETROLEUMON NM	32.820	+4.89%	+1.530
PETROBRAS PN N2	25.70	+4.30%	+1.06

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	2.68	-14.10%	-0.44
VIA ON NM	1.74	-6.45%	-0.12
MULTIPLAN ON N2	23.46	-7.13%	-1.80
QUALICORP ON NM	4.25	-9.38%	-0.44
MAGAZ LUIZA ON NM	3.02	-6.79%	-0.22

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	25.70	+4.30%	+1.06
VALE ON NM	89.30	+0.34%	+0.30
HAPVIDA ON NM	2.68	-14.10%	-0.44
BRASIL ON EX NM	37.85	+1.12%	+0.42
ITAUNIBANCO PN EJ N1	24.21	+0.12%	+0.03

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.390,97	+1,17%
S&P 500	4.045,64	+1,61%
NASDAQ	11.689,01	+1,97%
DAX 30	15.578,39	+1,64%
FTSE 100	7.947,11	+0,039%
IBEX 35	9.464,20	+1,47%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,200	5,200	↓ -0,07%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,026	0,026	↓ -0,29%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,529	5,530	↑ 0,33%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,260	6,263	↑ 0,62%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
308,00	USD\$ 1.855,37

GRANDES CATEGORIAS

Preços da indústria voltam a subir no País e preocupam

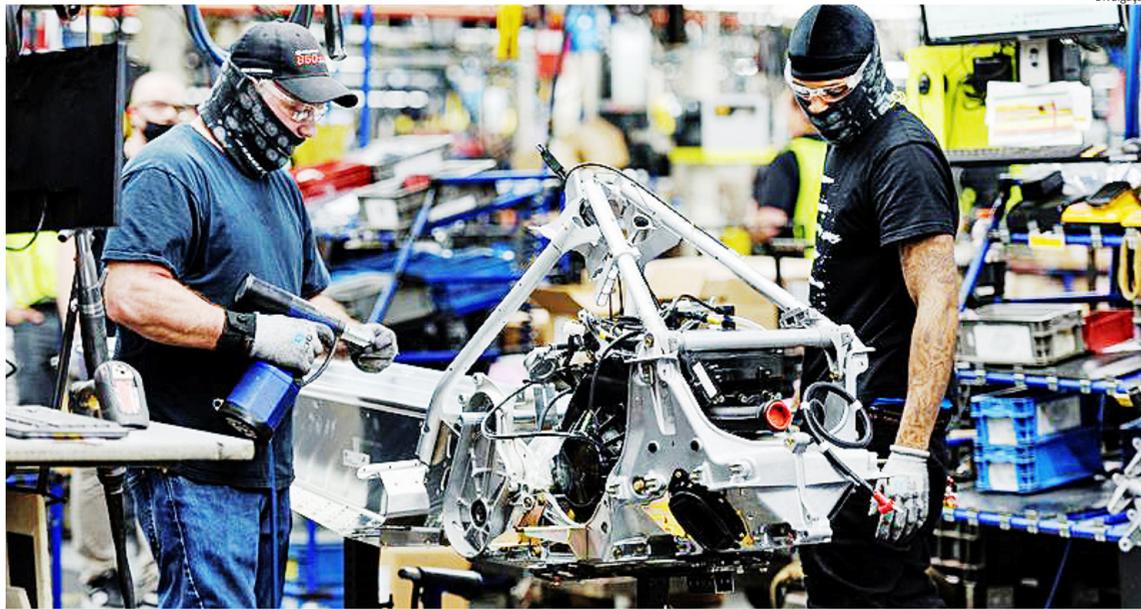
A variação de preços de 0,29% em janeiro, foi reflexo do aumento de 0,35% em bens intermediários e da aceleração de 0,28% em bens de consumo

Os preços da indústria subiram 0,29% em janeiro deste ano, em relação a dezembro de 2022, com 14 das 24 atividades investigadas mostrando variações positivas de preço ante o mês anterior. Os dados constam do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado na sexta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As quatro maiores variações foram observadas em indústrias extrativas (9,62%); bebidas (5,30%); papel e celulose (-3,37%) e calçados e produtos de couro (-2,25%). Em dezembro do ano passado, o IPP teve variação negativa de 1,26%, com 11 atividades apresentando maiores preços médios em relação a novembro. Já em janeiro de 2022, o índice evoluiu 1,20%.

O Índice de Preços ao Produtor das Indústrias Extrativas e de Transformação do IBGE mede os preços de produtos na porta de fábrica, sem impostos e fretes, e engloba as grandes categorias econômicas como bens de capital, bens intermediários e bens de consumo (duráveis e semiduráveis e não duráveis).

De acordo com o IBGE, a variação de preços de 0,29% em janeiro, em relação a dezembro de 2022, refletiu em retração de 0,07% em bens de capital, enquanto bens intermediários tiveram elevação de 0,35% e bens de consumo de 0,28%, com alta de 0,55% em bens de consumo duráveis e de 0,23% em bens de consumo semiduráveis e não duráveis.

O IPP mostra também que



O grupo econômico siderúrgico seguiu negativo, apresentando, em janeiro, o oitavo mês consecutivo de queda ante o mês anterior, da ordem de 0,10%

a principal influência entre as grandes categorias econômicas foi exercida por bens intermediários, cujo peso na composição do índice geral atingiu 57,42%, respondendo por 0,20 ponto percentual da variação de 0,29% nas indústrias extrativas e de transformação.

De acordo com os pesquisadores do IBGE, o setor industrial de maior destaque na composição do resultado agregado, na comparação entre janeiro e dezembro, foi o de indústrias extrativas, cujos preços variaram 9,62%, em média. Esse é o primeiro resultado positivo desde maio de 2022, quando alcançou 12,55%. A atividade respondeu

por 0,42 ponto percentual de influência na variação de 0,29% da indústria geral, em janeiro deste ano. No acumulado de 12 meses findos em janeiro de 2023, indústrias extrativas tiveram redução de 7,85%, resultado que os técnicos do IBGE consideraram "um pouco menos intenso" do que o observado no fechamento de 2022, de menos 7,92%.

No acumulado em 12 meses, a alta atingiu 2,24% em janeiro, contra 3,16% em dezembro. Na comparação de janeiro de 2023 com igual mês do ano passado, os setores que apresentaram as quatro maiores variações de preços foram perfumaria, sabões e

produtos de limpeza (16,66%); bebidas (16,54%); impressão (16,07%); e fabricação de máquinas e equipamentos (13,64%).

O IPP revela ainda que, no acumulado em 12 meses, os setores de maior influência no resultado agregado foram alimentos (1,34 p.p.); outros produtos químicos (-1,32 p.p.); refino de petróleo e biocombustíveis (0,79 p.p.); e metalurgia (-0,74 p.p.). Também na avaliação dos últimos 12 meses encerrados em janeiro, a variação de preços de bens de capital foi de 9,21%. Já os preços dos bens intermediários mostraram variação negativa de 0,47% no intervalo de

um ano, enquanto bens de consumo cresceram 5,50%.

Os preços do setor de alimentos variaram, em média, 0,48% em janeiro de 2023, em comparação a dezembro de 2022, com expansão no relativo à passagem de novembro para dezembro (0,28%). Com isso, o acumulado em 12 meses, que fechou 2022 em 5,03%, subiu para 5,74% em janeiro deste ano. Em relação a dezembro de 2022, três grupos apresentaram variações acima de 0,48%: laticínios (5,86%), moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais (1,39%) e fabricação e refino de açúcar (3,22%). No sentido inverso, o

destaque foram os preços de abate e fabricação de produtos de carne, com queda de 2,90%. Na comparação de janeiro de 2023 ante janeiro de 2022, o IPP revela que tiveram preços acima do resultado do setor (5,74%) os setores de laticínios (24,80%) e moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais (16,90%). Mais uma vez, o índice aponta que a variação dos preços de abate e fabricação de produtos de carne teve variação negativa em 12 meses de 2,91%.

O setor de bebidas, por sua vez, teve aumento de preços em janeiro de 2023 de 5,30%, em relação ao mês anterior. Na comparação com janeiro de 2022, houve elevação de 16,54% dos preços. No setor de refino de petróleo e biocombustíveis, os preços variaram, em média, em queda de 1,50% na passagem de dezembro de 2022 para janeiro de 2023, continuando com resultado negativo, embora com menor intensidade do que em dezembro (5,48%). A variação em 12 meses ficou em 6,99%.

Em janeiro, os preços da indústria química recuaram pelo sétimo mês consecutivo na comparação com o mês imediatamente anterior, destacou o índice divulgado pelo IBGE. O setor apresentou variação negativa de 1,18%, acumulando queda de 19,51% nos preços desde julho do último ano. Em 12 meses, a variação acumulada do setor totalizou taxa negativa de 13,04%.

Na comparação entre janeiro de 2023 e dezembro de 2022, a variação de preços da atividade metalúrgica foi de 0,11%. Esse foi o primeiro resultado positivo após sete meses consecutivos de queda, salientaram os pesquisadores do Instituto. Já nos últimos 12 meses, a variação acumulada para o setor foi de queda de 10,59%, distante do resultado apurado em janeiro de 2022, quando acumulou crescimento de 31,65% nos últimos 12 meses.

O grupo econômico siderúrgico seguiu negativo, apresentando, em janeiro, o oitavo mês consecutivo de queda ante o mês anterior, da ordem de 0,10%. Com isso, nos últimos 12 meses, o grupo acumulou variação também negativa de 10,22%.

O grupo econômico siderúrgico seguiu negativo, apresentando, em janeiro, o oitavo mês consecutivo de queda ante o mês anterior, da ordem de 0,10%. Com isso, nos últimos 12 meses, o grupo acumulou variação também negativa de 10,22%.

REVIRAVOLTA

Lufthansa tem lucro de € 314 milhões

A Lufthansa teve lucro líquido de 307 milhões de euros no quarto trimestre de 2022, revertendo prejuízo de 314 milhões de euros de igual período do ano anterior, segundo balanço publicado nesta sexta-feira. O Ebit ajustado - métrica preferida da companhia aérea alemã - somou 575 milhões e euros entre outubro e dezembro, ante resultado negativo em 42 milhões de euros um ano antes.

A receita teve expansão anual de 52% no trimestre, a 8,88 bilhões de euros. Em todo o ano de 2022, a Lufthansa lucrou 791 milhões de euros, após sofrer perdas de 2,19 bilhões de euros em 2021.

Analistas, porém, esperavam ganhos líquidos mais robustos tanto no ano, de 875 milhões de euros, quanto no trimestre, de 386 milhões de euros, de acordo com consenso fornecido pela própria empresa.

O CEO da Deutsche Luf-

thansa AG, Carsten Spohr, disse que a empresa está de volta. "Em apenas um ano, alcançamos uma reviravolta financeira sem precedentes. Com um lucro operacional de 1,5 bilhão de euros, o Grupo Lufthansa alcançou um resultado muito melhor do que o esperado. A demanda por viagens aéreas continua alta em 2023. Estamos investindo bilhões em novas aeronaves com baixo consumo de combustível e de última geração."

Ele afirmou que, com serviços inovadores, com uma nova cabine premium a bordo e novas ferramentas digitais, a empresa quer continuar sendo líderes em qualidade no setor. "Da mesma forma, é nossa ambição de impulsionar a proteção climática efetiva, por exemplo, sendo o primeiro grupo de companhias aéreas em todo o mundo a introduzir Tarifas Ecológicas."

O Grupo Lufthansa já é o número um na Europa e o

quarto no mundo. "Para nossos hóspedes e funcionários, queremos continuar a crescer, moldar o futuro e expandir nossa posição no mercado."

Devido ao forte aumento na demanda por viagens aéreas ao longo do ano, o Grupo Lufthansa quase dobrou sua receita para 32,8 bilhões de euros no exercício financeiro de 2022 (ano anterior: 16,8 bilhões).

No exercício de 2022, a empresa gerou um EBIT Ajustado de 1,5 bilhão de euros (ano anterior: -1,7 bilhão de euros) e, assim, voltou a um resultado claramente positivo, apesar da alta inflação de custos, especialmente no que diz respeito aos custos de combustível. A margem EBIT ajustada melhorou para 4,6 por cento (ano anterior: -9,9 por cento). O resultado líquido foi de 791 milhões de euros - uma melhoria significativa face ao ano anterior (2021: -2,2 mil milhões de euros).



Carsten Spohr: "em apenas um ano, alcançamos uma reviravolta financeira"

Durante o ano passado, significativamente mais pessoas voaram com as companhias aéreas do Grupo Lufthansa do que em 2021. No total, 102 milhões de passageiros foram recebidos a bordo, mais que o dobro de 2021 (ano anterior: 47 milhões).

Na sequência do forte aumento da procura de viagens aéreas, o número de voos oferecidos aumentou significativamente ao longo do ano. No verão de 2022, a escassez global no setor aéreo levou a uma sobrecarga de curto prazo do sistema geral. Para aliviar o

sistema, as companhias aéreas de todo o mundo cancelaram vários voos, o que estabilizou as operações. No geral, a capacidade oferecida pelas companhias aéreas de passageiros do Grupo Lufthansa foi de 72% em comparação com o ano anterior à crise de 2019. No primeiro trimestre de 2022, a capacidade atingiu apenas 57% dos níveis anteriores à crise. O fator de ocupação de assentos de 79,8% em 2022 foi 18,2 pontos percentuais maior do que no ano anterior (61,6%).

O ano de 2022 no segmento de Passenger Airlines foi dividido em duas partes: Enquanto os ganhos no início do ano ainda foram fortemente impactados pela disseminação da variante do vírus Omicron e as restrições de viagem associadas, as Passenger Airlines se beneficiaram de um aumento significativo na demanda para passagens aéreas ao longo do ano.

As receitas das companhias aéreas de passageiros aumentaram 148% em relação ao ano anterior, para 22,8 bilhões de euros no exercício financeiro de 2022.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

SUSTENTABILIDADE

Vale inicia reaproveitamento de rejeitos em barragem sem emissão de CO²

Projeto Gelado, em Carajás (PA), produzira pellet feed a partir do reaproveitamento dos rejeitos depositados na barragem do Gelado desde 1985, início da operação da Vale no local

A Vale informou na sexta-feira, 3, que deu início ao comissionamento do Projeto Gelado, em Carajás (PA), que produzirá pellet feed a partir do reaproveitamento dos rejeitos depositados na barragem do Gelado desde 1985, ano de início da operação da Vale na região. A capacidade inicial de produção será de 5 milhões de toneladas por ano e o investimento é de US\$ 485 milhões.

Segundo a empresa, além de dar destinação sustentável ao rejeito, o projeto utilizará dragas 100% elétricas para extrair o material, evitando a emissão de CO₂.

A fase de comissionamento, em que estão sendo feitos testes de performance e capacidade com carga, deve durar até o final do primeiro semestre, quando a operação entrará em ritmo contínuo. Após a conversão da Usina 1 de Carajás para o beneficiamento a umidade natural, prevista para os próximos anos, o projeto Gelado alcançará sua capacidade de 10 milhões de toneladas por ano.

A empresa destaca que ao longo dos últimos 37 anos, vem produzindo minério de ferro em Carajás e depositando o rejeito na barragem do Gelado. Esse material é composto basicamente por partículas de minério de ferro, que não puderam ser aproveitadas no processo original de beneficiamento, e por impurezas, como a sílica e a alumina. Com o uso de dragas, o rejeito será retirado da barragem e enviado novamente para beneficiamento na usina.

O teor de minério do material extraído da barragem já é de 63%, considerado alto, de acordo com a Vale. Na usina, o minério será submetido ao processo de concentração magnética, em que um potente ímã separa as partículas ferrosas da sílica e da alumina, aumentando ainda mais sua qualidade. É a primeira vez que a concentração magnética é utilizada nas operações do Pará. O produto final é um pellet feed que irá alimentar a pelotizadora da



A capacidade inicial de produção em Carajás (PA) será de 5 milhões de toneladas por ano e o investimento é de US\$ 485 milhões.

empresa, em São Luís (MA).

"A alta qualidade das pelotas fabricadas no local contribui para a redução de emissões de carbono dos clientes siderúrgicos quando comparadas com produtos de menor qualidade. A Vale tem uma meta de diminuir suas emissões de escopo 3 em 15% até 2035", informa a mineradora.

A companhia diz que o caráter sustentável do projeto é reforçado pelo uso de dragas 100% elétricas, assim como bombas elétricas, que utilizam eletricidade proveniente de fontes renováveis em vez de combustíveis fósseis como o diesel.

Dessa forma, o projeto deixará de emitir, ao longo de 10 anos, um total de 484 mil toneladas de CO₂, o equivalente ao consumo por um ano de 105 mil carros populares de mil cilindradas movidos a gasolina.

"Além de desassorear a barragem, estamos reduzindo a quantidade de rejeitos na estrutura e transformando-os em um novo produto, evitando a neces-

sidade de futuros alteamentos. Fazemos isso focando na redução da emissão de CO₂", explica o gerente de Operação do projeto, Roberto Francisco.

A Vale participa de vários programas no Brasil, o Partilhar, por exemplo, gerou mais 8 mil empregos e novas oportunidades de negócios nos estados onde a empresa atua - Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará. Em 2022, foram mais de 150 fornecedores com iniciativas acordadas durante os processos de contratação. O resultado trazido pelas empresas fornecedoras que aderiram ao programa reforça o compromisso da Vale e sua cadeia de suprimentos junto às comunidades onde atua.

Em 12 meses, foram cerca de R\$ 248 milhões de massa salarial gerada, mais de R\$ 257 milhões em compras locais e 125 contratos fechados por meio da metodologia, na qual a Vale gera uma pontuação para os fornecedores de acordo com

a contribuição social e econômica promovida nas localidades. Entre todos os territórios, Pará e Minas Gerais foram destaque: foram R\$ 184 milhões em massa salarial, quase R\$ 200 milhões em compras locais e 265 iniciativas sociais promovidas - o que significa um investimento de cerca de R\$ 7 milhões.

"O ano de 2022 foi de resultados muito positivos. Por meio do Partilhar, nossos fornecedores promoveram diversas iniciativas sociais nas comunidades onde atuamos, ajudando a construir um futuro melhor para as pessoas. Nossa expectativa para 2023 é estarmos ainda mais presentes nas localidades, materializando o nosso propósito de melhorar a vida e transformar o futuro, juntos com a nossa cadeia de fornecedores", afirma Marco Braga, Diretor de Suprimentos da Vale.

Em Parauapebas, no Pará, a fornecedora Sotreq, apoiada pelo Instituto Social Sotreq, concedeu nove bolsas de estudo integral para o Ensino Médio

Técnico em Eletromecânica para alunos de baixa renda na Comunidade Kolping Sophie Link. Lourival Costa Alves, de 27 anos, foi um dos beneficiados pelo programa. Lourival afirma que seu sonho era estudar na Sophie Link, mas nunca teve condições de pagar pelo curso. Segundo ele, essa foi uma oportunidade de ouro:

"Nunca tive condições de pagar um curso, pois venho de uma família muito humilde, até que recebi essa chance. Essa oportunidade mudou totalmente minha perspectiva de vida, aqueles sonhos que eu tinha esquecido foram reavivados", afirma.

"O Instituto Social Sotreq abraça a temática da educação como uma estratégia fundamental para que jovens de baixa renda tenham mais condições de inclusão socioprofissional e plena cidadania", afirma Sybelle Ban, presidente do Instituto Social Sotreq e Membro do Conselho de Administração do Grupo Sotreq.

SUPRIMENTOS

JSL anuncia compra da Unitem por R\$ 587 milhões

AJSL anunciou na sexta-feira, 3, a aquisição da Unitem Participações, holding que detém 100% da IC Transportes, da Artus Administradora e da Fortix Veículos por R\$ 587 milhões. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa destaca que do valor total, R\$ 100 milhões será retido como garantia para eventuais indenizações.

Do restante, R\$ 60 milhões serão pagos na data do fechamento da Transação, e R\$ 179 milhões em 4 parcelas anuais de aproximadamente R\$ 45 milhões, todas elas corrigidas por 90% do CDI entre esta data e da data de seu efetivo pagamento.

Segundo a JSL, a operação reforça a presença e consolida sua posição em transporte de gases, combustíveis, químicos e no agronegócio, incluindo sua cadeia de suprimentos e impulsiona o transporte rodoviário de granéis e cargas de alta complexidade, oferecendo serviços no Brasil e outros países da América do Sul (Argentina, Uruguai e Paraguai).

Segundo a empresa, a operação possui um grande potencial de crescimento orgânico através de ganhos de escala e do incremento da participação da Companhia em novos segmentos de receitas resilientes e que são fundamentais à economia real - como, por exemplo, o transporte de granéis.

Segundo a JSL, a IC se manterá independente e contará com o suporte e a escala da JSL para o novo ciclo de crescimento e transformação as quais auxiliarão na evolução do resultado e retorno sobre capital investido na IC.

"A Transação trará diversas sinergias comerciais e operacionais que contribuirão para o crescimento da IC e expansão dos seus resultados. A qualidade das aquisições e o modelo de captura de sinergias e suporte para crescimento das adquiridas tem se provado assertivo, conforme observado na transformação de valor das aquisições recentes", afirma a empresa.

Com a aquisição da IC, a JSL adiciona R\$ 1,71 bilhão de Receita Bruta, que totalizaria um faturamento pró-forma de R\$ 8,8 bilhões no ano de 2022.

Fundada em 1982 em Sumaré, no interior de São Paulo, por Ivan Camargo, a IC é uma empresa de origem familiar e que tornou-se uma das principais empresas do segmento de transporte rodoviário de granéis (sólidos, líquidos e gasosos) e está posicionada no agronegócio como uma das líderes no transporte de fertilizantes.

A empresa possui uma frota própria composta por mais de 2,4 mil ativos operacionais com idade média de 4,2 anos e valor de mercado de aproximadamente R\$ 650 milhões.

Segundo a JSL, a IC possui um perfil equilibrado de receita com cerca de 40% utilizando a sua frota (Asset Heavy) e os outros 60% decorrem de operações com a contratação de motoristas terceiros (Asset Light).

A empresa possui mais de 1,7 mil colaboradores diretos e dedicados com a prestação de serviços aos seus mais de 370 clientes presentes em 15 estados brasileiros e na Argentina, Uruguai e Paraguai.

A IC apresentou Receita Líquida de R\$ 1,2 bilhão no segundo trimestre de 2022, Ebitda ajustado de R\$ 114 milhões e dívida líquida de R\$ 240 milhões. Já no ano de 2022, dados ainda não auditados, a IC apresentou Receita Líquida de R\$ 1,4 bilhão, com crescimento de 51% ante o ano anterior.

A implementação do contrato está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo sua submissão para aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Os acionistas da Unitem foram assessorados pela Inspire Capital.

REVIRAVOLTA

Mudança em política da Petrobras deveria acompanhar reoneração

O retorno da taxa dos combustíveis pelos tributos federais PIS e Cofins renovará a capacidade ao estado de promover políticas públicas relacionadas à seguridade social. A medida também corrige a distorção de subsidiar combustíveis fósseis, em meio à necessidade mundial de promover o desenvolvimento sustentável.

Uma avaliação é de economistas ouvidos pela reportagem, que também alertam que a decisão pode gerar impacto inflacionário, atingindo as famílias mais pobres, se não houver mudanças na política de preços da Petrobras. Atualmente, os valores no Brasil seguem o mercado internacional.

Na quinta-feira (2), o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou que a empresa não ficará atrelada à política de preços de diesel e gasolina que tem como base a Paridade de Preços e Importação (PPI). Prates concedeu sua primeira coletiva à imprensa, no Rio de Janeiro,

e disse pretender que a Petrobras pratique preço do mercado que atua.

No ano passado, o então presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para a gasolina, o etanol, o diesel, o biodiesel, o gás natural e o gás de cozinha.

Em 1º de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória nº 1.157, que previa a reoneração da gasolina e do etanol a partir de 1º de março e a dos demais combustíveis, em 1º de janeiro de 2024.

Com a confirmação, nesta semana, da reoneração parcial dos combustíveis e anúncio de redução de preços pela Petrobras, a estimativa para a gasolina é de aumento de até R\$ 0,34 nas bombas; e o etanol, R\$ 0,02.

A economista chefe do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), Juliane Furno, lembra que PIS e

Cofins são contribuições que têm vinculação constitucional obrigatória e são para o financiamento da seguridade social. Para ela, a decisão vai além do reequilíbrio das contas públicas: "é, sobretudo, reequipar a capacidade do estado de promover políticas públicas universais". "A medida refinancia o caixa da seguridade social, o que vai garantir que todos nós possamos nos aposentar, acessar auxílios de natureza assistencial e também saúde, que é um ponto importante do sistema universal brasileiro", acrescentou.

A economista afirma que a decisão é acertada ainda do ponto de vista da sustentabilidade, já que retira subsídios de combustíveis não renováveis, e mostra disposição do governo de seguir em direção a uma economia de baixo carbono. "Não faz sentido não onerar, em termos de tributos, combustíveis de origem fóssil, se o objetivo é rumar para transição da matriz energética".

Juliane Furno ressalta que, no atual cenário econômico, há espaço para a reoneração dos combustíveis, já que o preço do barril de petróleo está em baixa, e a inflação dos alimentos apresenta sinais de arrefecimento. No entanto, ela discorda da maneira como o governo implementou a volta dos impostos.

"Acho que deveria ser uma estratégia gradualista. Tenho um certo desacordo com a reoneração total dos combustíveis em uma tacada só. Acho que isso vai ter um impacto inflacionário que pode atingir inclusive a popularidade do presidente, o que pode minar um pouco o meio de campo com relação à necessidade de levar adiante uma série de outras políticas importantes", disse.

De acordo com a economista, a volta da taxa dos combustíveis e a permanência da política de preços da Petrobras poderão acabar penalizando os mais pobres. "Podem surgir impactos inflacionários

na medida em que a retomada dos tributos, não modificando a política de preços da Petrobras, vai seguir deixando o combustível mais elevado em um período de estagnação econômica, penalizando mais as famílias mais pobres, tendo elas ou não automóvel".

O professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marco Antônio Rocha concorda com a reoneração dos combustíveis pelos impostos federais. Entretanto, ele afirma que o governo perdeu a oportunidade de colocar em debate a política de preços da Petrobras. Atualmente, a empresa precifica os combustíveis com base no valor internacional do barril de petróleo, e não no custo local de produção. O modelo é uma média dos preços estimados pela S&P Global Commodity Insights para gasolina, diesel, querosene de aviação e GLP.

"Acho que o primeiro passo importante seria o governo ter anunciado junto com isso a reoneração, o que seria uma nova política de preços da Petrobras. Foi um tema caro durante a campanha e o debate sobre a política de preços da Petrobras, o governo poderia ter incluído toda essa discussão neste momento", disse.

FILTRAGEM

Apple bloqueia atualização de aplicativo que usa ChatGPT

Gigante norte-americana de tecnologia mostrou preocupação de que o aplicativo poderia gerar conteúdo inapropriado para crianças

A Apple atrasou a aprovação de uma atualização do BlueMail, aplicativo de e-mail com ferramentas de linguagem baseadas em inteligência artificial (IA), devido a preocupações de que poderia gerar conteúdo inapropriado para crianças, de acordo com Ben Volach, cofundador do desenvolvedor BlueMail Blix e com documentos visto pelo The Wall Street Journal. O desenvolvedor de software discorda da decisão.

O novo recurso de IA do BlueMail usa o mais recente chatbot ChatGPT da OpenAI para ajudar a automatizar a escrita de e-mails usando o conteúdo de e-mails anteriores e eventos de calendário. O ChatGPT permite que os usuários conversem com uma IA de maneiras aparentemente humanas e é capaz de escrever de forma avançada em uma variedade de tópicos.

"Seu aplicativo inclui conteúdo gerado por IA, mas não parece incluir filtragem de conteúdo no momento", disse a equipe de revisão de aplicativos da Apple na semana passada, em uma mensagem ao desenvolvedor analisada pelo WSJ.

A equipe de revisão do aplicativo disse que, como o aplicativo pode produzir conteúdo não apropriado para



Apple: o ChatGPT permite que os usuários conversem com uma IA

todos os públicos, o BlueMail deve aumentar sua restrição de idade para 17 anos ou mais ou incluir filtragem de conteúdo, mostram os documentos.

A restrição do aplicativo está atualmente definida para usuários de 4 anos ou mais. Volach diz que esse pedido é injusto e que outros aplicativos com funções semelhantes de IA sem restrições de idade

já são permitidos para usuários da Apple.

Um porta-voz da Apple disse que os desenvolvedores podem contestar uma rejeição por meio do processo de apelação do Conselho de Revisão de Aplicativos e que está investigando a reclamação do desenvolvedor.

A Apple vem investindo cada vez mais no setor de

saúde. O Apple Watch já pode ajudar a tornar o invisível visível. Com recursos de saúde do coração - incluindo notificações de coração alto e baixo, Cardio Fitness, notificações de ritmo irregular, o aplicativo ECG e AFib History - a empresa oferece aos usuários uma visão em constante desenvolvimento de sua saúde com insights acionáveis.

A mesma tecnologia avançada tem o potencial de abrir as portas para a descoberta de pesquisas e comunidades médicas. Desde que a Apple lançou o ResearchKit e o CareKit em 2015, pesquisadores, médicos e desenvolvedores encontraram novas formas inovadoras de estudar, rastrear e tratar uma ampla gama de condições.

Para impulsionar ainda mais as descobertas que melhoram a saúde em escala, a Apple lançou o Investigator Support Program. Por meio desse programa, a Apple fornece aos pesquisadores dispositivos Apple Watch, permitindo que eles abram novos caminhos na pesquisa em saúde, incluindo a compreensão científica do coração.

A Apple está destacando o trabalho de ponta de pesquisadores de saúde em todo o mundo que estão usando o Apple Watch para estudar o coração como nunca antes.

ESTRATÉGIA



Arezzo: aquisição representa um passo importante no desenvolvimento

Arezzo compra controle da Paris Texas, na Itália

A Arezzo informou que sua subsidiária ARZZ Itália firmou acordo com a Baltimore Studio e seus sócios fundadores para aquisição de participação na empresa italiana de calçados femininos de luxo Paris Texas por 25 milhões de euros.

Essa é a primeira aquisição da Arezzo fora do Brasil e representa, segundo a empresa, um passo importante na estratégia de desenvolvimento de sua plataforma global de calçados de luxo, ao lado da marca Alexandre Birman. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a Arezzo detalha que o acordo prevê o aumento de capital da Paris Texas, mediante a subscrição e integralização pela ARZZ Itália, em dinheiro e à vista, de novas quotas representativas de 26% do capital social da Paris Texas, no valor total de 10 milhões de euros, equivalente, nesta data, a aproximadamente R\$ 54,5 milhões.

Também está prevista a aquisição, pela ARZZ Itália de quotas de titularidade da Baltimore representativas de 39% do capital social da Paris Texas, pelo valor total, a ser pago em dinheiro e

à vista, de 15 milhões de euros, equivalente, nesta data, a aproximadamente R\$ 81,6 milhões. O valor representa múltiplos de 1,9 vez a receita e 11 vezes o Ebitda da Paris Texas em 2022.

Com a implementação da operação, a ARZZ Itália passará a deter 65% do capital social total da Paris Texas e a ser sua controladora. Os Fundadores Baltimore, Massimo Baltimore e Annamaria Brivio, permanecerão como diretores executivos da Paris Texas até, pelo menos, o encerramento do exercício social de 2027.

O acordo prevê que a tanto a ARZZ Itália como a Baltimore poderão exercer determinadas opções de compra ou venda, de forma que, se e quando exercidas as opções, a ARZZ Itália passará a deter até 100% do capital social da Paris Texas. Serão aplicáveis às operações de compra e venda objeto das opções que venham a ser efetivamente exercidas as mesmas condições de valuation em múltiplos às aplicadas à aquisição pela ARZZ Itália dos 65% de participação iniciais, podendo ser aplicado porcentual de desconto.

SEGUROS

ESSOR Seguros cresce 50% em prêmios emitidos

A ESSOR Seguros teve um crescimento de 50% nos prêmios emitidos, em 2022. O CEO da seguradora, Filipe Alves, atribui o excelente resultado, principalmente, aos seguintes fatores:

1) Fortalecimento da ESSOR como uma seguradora focada em Seguros Especiais e inovação; 2) Reconhecimento da operação Agrícola como a melhor operação no país (em parceria com a AgroBrasil) e 3) Lançamento de novos produtos diferenciados no mercado como Eventos, E&O, D&O e Acidentes Pessoais Bike.

"Os números refletem o empenho de nossa equipe de colaboradores, parceiros estratégicos e corretores de seguros. A nossa base de corretores cadastrados é de 8.600 corretores parceiros

da seguradora. E o número de apólices emitidas atingiu mais de 260 mil", afirma o executivo.

A ESSOR já projeta o crescimento de prêmio dos novos produtos para 2023.

"Vamos dar continuidade a missão de aprimorar as operações para manter a satisfação dos nossos clientes", conclui Filipe Alves, CEO da ESSOR.

A ESSOR Seguros S.A. é uma empresa do Grupo SCOR, uma das maiores resseguradoras mundiais.

Atua no Brasil desde 2012 com soluções exclusivas e produtos diferenciados, que permitiram atingir a liderança em seguros Agrícolas e Transporte de Ônibus, que são distribuídos pelos mais de 8 mil corretores de seguros parceiros.

Profissão de corretor de seguros cresce na pandemia

A profissão de corretor de seguros está em ascensão. O total de formados deu um salto durante a pandemia: entre 2019 e 2021, o número de novos corretores lançados no mercado passou de 3.602 para 6.984, aumento de 93%.

Ainda assim, quando se compara o total de corretores registrados (66.234) com a população, a relação é de 1 corretor para 3,2 milhões de brasileiros.

"Basta verificar o ritmo de crescimento do mercado de seguros no Brasil para se confirmar que a corretagem de

seguros tem um largo horizonte para desbravar.

Para se ter ideia, em 2022, segundo dados da Susep, o setor arrecadou R\$ 355,9 bilhões e cresceu 16,2% em relação ao ano anterior.

"Ou seja, a população está mais consciente da importância de proteger o seu patrimônio e o de sua família, e, com isso, a demanda por corretores qualificados só tende a crescer também", explica Maria Helena Monteiro, diretora de Ensino da Escola de Negócios e Seguros, criada há mais de 50 anos.



Pedro Monteiro, diretor nacional de Vida e Previdência. O setor conta com a expertise de Renata Oliva

D'Or Consultoria unifica operação de benefícios

A D'Or Consultoria, empresa do Grupo Rede D'Or especializada em seguros e benefícios, reforça novamente seu posicionamento de mercado em aprimorar as soluções de acordo com as características dos clientes, anunciando a unificação da operação dos benefícios de Vida e Previdência, até então independentes dentro da estrutura da corretora.

Pedro Monteiro continua à frente da operação, agora como diretor nacional de Vida e Previdência.

O executivo passou por grandes empresas do mercado até desembarcar na

D'Or Consultoria em 2019, com uma bagagem expressiva de conhecimento. São mais de 40 anos de mercado.

"Os segmentos Vida e Previdência seguem o movimento de mercado, como soluções complementares. Fazemos um trabalho consultivo, personalizado, com qualidade técnica, mais poder de negociação e de visibilidade, o que reflete em ganhos aos clientes, independente da atividade, porte e perfil", explica Monteiro.

Ele explica que essa atuação conjunta, vai permitir agregar valor, não apenas no âmbito corporativo, mas também de acordo com as

características dos colaboradores e suas respectivas necessidades. "Acredito muito na personalização e estudos conta a conta. O seguro de vida é uma forma de investimento que, atrelado à Previdência, pode fazer uma ótima composição, seja com produtos mais tradicionais ou de formação de reserva financeira a longo prazo.", afirma Pedro.

A Previdência conta com a expertise da Renata Oliva, profissional, com mais de 25 anos de atuação em administração, consultoria e implantação de planos corporativos em médias e grandes empresas.

Seguradoras fecham 2022 com alta no faturamento

O setor de seguros fechou 2022 com variação positiva no faturamento de 21,2% em relação a 2021, o que representa R\$ 30,2 bilhões a mais em prêmios emitidos, totalizando R\$ 172,1 bilhões.

É o que mostra a 28ª edição do Boletim IRB+Mercado, relatório mensal da plataforma IRB+Inteligência divulgado no dia 28.

Os segmentos que mais se destacaram foram Rural e Automóvel, ambos com variações positivas de 39,9% e 33,3%, respectivamente, na comparação com 2021. Em dezembro, a alta do faturamento chegou a 15,7% ante o mesmo mês no ano anterior.

A sinistralidade geral do setor fechou o ano em queda. O índice de 49,3% é 1,8 ponto percentual (p.p.) menor que o registrado no mesmo período de 2021.

A recuperação foi impulsionada, principalmente, pelos segmentos Vida (-13,7 p.p.) e Corporativo de Danos e Responsabilidades (-7,4 p.p.).

Entre os dez primeiros grupos seguradores por faturamento, as maiores sinistralidades em 2022 foram da Allianz (79,3%), Liberty (60,2%) e Porto Seguro (58,3%). Já as menores, Zurich Santander (18,5%), Itaú-Unibanco (22,4%) e Caixa (27,5%).

O Boletim IRB+Mercado, que considera os dados públicos divulgados pela Susep em 20/02, indica que o lucro líquido das seguradoras é 88,1% maior no acumulado de 2022 que em 2021: R\$ 22,3 bilhões.

CALOTE

Setor imobiliário chinês se recupera da crise de dívida

O ambiente de financiamento, em especial para empreendimentos de alta qualidade, melhorou bastante e a confiança do mercado está se recuperando

A vasta indústria imobiliária da China está se recuperando da crise deflagrada por controles mais rígidos de endividamento, afirmou um dos vice-presidentes do banco central chinês (PBoC), Pan Gongsheng, na sexta-feira, 3, após uma onda de calotes por incorporadoras tumultuar os mercados financeiros globais anos atrás.

Pan mencionou a Evergrande, a incorporadora chinesa mais endividada, mas não fez qualquer atualização sobre esforços supervisionados pelo governo para reestruturar 2,1 trilhões de yuans (US\$ 305 bilhões) em dívidas bancárias e ligadas a emissões de bônus da empresa. "A confiança do mercado está se recuperando. A atividade de transações no mercado imobiliário aumentou", disse Pan, em entrevista coletiva antes da reunião legislativa da China. "O ambiente de financiamento, em especial para empreendimentos de alta qualidade, melhorou significativamente."

Ele, no entanto, não deu qualquer indicação de que Pequim esteja planejando mudanças significativas em seus mecanismos de controle de dívida, conhecidos como "três linhas vermelhas".

O crescimento econômico da China perdeu força em meados de 2021, depois que reguladores, preocupados com níveis de endividamento perigosamente altos, impediram a Evergrande e outras incorporadoras muito endividadas de tomar mais empréstimos. A desaceleração também veio em meio a rígidas medidas impostas por Pequim para controlar a disseminação do coronavírus.

Algumas incorporadoras

entraram em colapso e outras deixaram de pagar bilhões de dólares em dívidas relacionadas a bônus comprados por investidores chineses e estrangeiros. A Evergrande alega ter 2,3 trilhões de yuans (US\$ 330 bilhões) em ativos, mas tem mostrado dificuldades para convertê-los em recursos e honrar seus compromissos com credores.

Governos locais assumiram alguns projetos imobiliários inacabados para garantir que as famílias recebessem apartamentos pelos quais já haviam pagado.

No último trimestre de 2022, as vendas de bônus por incorporadoras cresceram 22% ante o mesmo período do ano anterior, a 120 bilhões de yuans (US\$ 17,5 bilhões), segundo Pan Ele disse ainda que empréstimos bancários para projetos imobiliários também aumentaram.

O presidente do Banco do Povo da China, Yi Gang, sinalizou que a instituição pode reduzir o montante que os bancos comerciais precisam deixar parado, a fim de liberar fundos de longo prazo para apoiar a economia. A China cortou o compulsório bancário 14 vezes desde 2018, o que levou a taxa (RRR, na sigla em inglês) de cerca de 15% para 8%. A redução do compulsório é ainda um meio "efetivo" para apoiar a economia e manter a liquidez em nível razoável, afirmou Yi em resposta a uma questão levantada durante um briefing.

Questionado sobre a possibilidade de cortes nas taxas de juros, o presidente do PBoC disse que o nível atual das taxas de juros reais era apropriado. Yi disse esperar que o yuan se estabilize em um nível de equilíbrio neste ano, expressão geralmente usada por autoridades para descrever sua meta para a



Yi Gang disse que o Banco do Povo da China pode reduzir o montante que os bancos comerciais precisam deixar parado

política cambial, e acrescentou que a divisa pode ter pequenas flutuações, algo positivo para a economia.

Indicadores econômicos até agora disponíveis mostraram que a economia chinesa reagiu com mais força que o esperado pelo mercado no primeiro bimestre do ano, após Pequim abandonar abruptamente suas restrições contra a covid-19, no

fim de 2022. Um dos vice-presidentes do PBoC, Liu Guoqiang afirmou no mesmo briefing nesta sexta-feira que o banco central evitaria grandes mudanças na política monetária, apesar de mudanças positivas na economia.

Os dirigentes disseram que o PBoC segue cauteloso ante qualquer alta na inflação e que a inflação ao consumidor esteve

em nível "ideal" no último ano. Liu disse também que o rápido aumento da poupança foi resultado das restrições contra a covid-19, que limitaram a capacidade dos chineses de gastar e investir. A taxa de poupança deve voltar ao normal neste ano, quando o crescimento econômico e a confiança do consumidor se recuperar, acrescentou o vice do PBoC.

TURISMO

Colômbia quer enviar hipopótamos para Índia

A Colômbia parece ter uma nova solução para os hipopótamos de Pablo Escobar - animais provenientes da África e levados para o país sul-americano pelo narcotraficante, que se tornaram uma praga invasora no bioma amazônico. Bogotá pretende enviar pelo menos 70 animais para a Índia e para o México, como parte de um plano para controlar sua população.

Os hipopótamos, territoriais e pesando até 3 toneladas, se espalharam muito além da Hacienda Napoles, que pertencia a Escobar, localizada a 200 quilômetros de Bogotá ao longo do Rio Magdalena. Os 70 animais que seriam transportados são descendentes de quatro hipopótamos importados da África ilegalmente na década de 1980.

A Hacienda Napoles de Escobar - e os hipopótamos - se tornaram uma espécie de atração turística local desde que o chefe do tráfico foi morto pela polícia em 1993. Quando o rancho foi abandonado, os hipopótamos sobreviveram e se reproduziram nos rios locais e em condições climáticas favoráveis.

Cientistas alertam que os hipopótamos não têm um predador natural na Colômbia e são um problema potencial para a biodiversidade, já que suas fezes alteram a composição dos rios e podem afetar o hábitat de peixes-boi e capivaras. No ano passado, o governo da Colômbia os declarou uma espécie invasora tóxica.

O plano de levá-los para a Índia e para o México já está se formando há mais de um ano, disse Lina Marcela de los Ríos Morales, diretora de proteção e bem-estar animal do Ministério do Meio Ambiente de Antioquia.

Os hipopótamos seriam atraídos com comida para grandes armadilhas de ferro e levados de caminhão até o aeroporto internacional da cidade de Rionegro, a 150 quilômetros de distância. De lá, eles seriam levados para a Índia e para o México, onde há santuários e zoológicos capazes de acolher e cuidar dos animais.

"É possível, já temos experiência em realocar hipopótamos em zoológicos de todo o país", disse David Echeverri López, porta-voz da Cornare, a autoridade ambiental local que se encarregaria das realocações.

O plano é enviar 60 hipopótamos para o Greens Zoological Rescue & Rehabilitation Kingdom em Gujarat, na Índia, que De los Ríos Morales disse que cobriria o custo dos contêineres e transporte aéreo. Outros 10 hipopótamos iriam para zoológicos e santuários no México, como o Ostok, localizado em Sinaloa.

"Trabalhamos com Ernesto Zazueta, que é o presidente de santuários e zoológicos no México, que é quem faz a ligação com diferentes países e gerencia seus resgates", disse o funcionário.

O plano é focar nos hipopótamos que vivem nos rios que cercam a Hacienda Napoles, não nos que estão dentro da fazenda, já que estes estão em um ambiente controlado e não ameaçam o ecossistema local.

As realocações ajudariam a controlar a população de hipopótamos e, embora o hábitat nativo dos animais seja a África, o processo é mais humano do que a proposta alternativa de exterminá-los como espécie invasora, disse De los Ríos Morales.

Equador, Filipinas e Botswana também expressaram vontade de realocar hipopótamos colombianos em seus países, de acordo com o Gabinete do Governador de Antioquia.

ATRASO NO PLANTIO

Índice de preços dos alimentos da FAO registra queda pelo 11º mês consecutivo

O Índice de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alcançou média de 129,8 pontos em fevereiro, queda de 1,4 pontos (0,6%), em relação ao mês anterior. O resultado mensal, segundo a FAO, faz parte de uma sequência de baixa de 11 meses consecutivos. O índice já caiu 29,9 pontos (18,7%) em relação ao pico atingido em março de 2022.

"A queda marginal em fevereiro refletiu baixas significativas nos índices de preços de óleos vegetais e laticínios, juntamente com índices de cereais e carnes ligeiramente mais baixos, mais do que compensando um aumento acentuado no índice de preços do açúcar", justificou a FAO em seu relatório.

O subíndice de preços dos Cereais registrou média de 147,3 pontos em fevereiro, apenas 0,1 pontos (0,1%) abaixo de janeiro e 2 pontos (1,4%) maior do que seu nível há um ano. No caso do milho, os preços subiram apenas 0,1 pontos.

"O apoio decorreu da piora das condições na Argentina e atrasos no plantio da segunda safra de milho, juntamente com um forte ritmo de exportação

no Brasil, enquanto a baixa demanda por suprimentos dos Estados Unidos pesou nos preços de exportação", informou a FAO.

Quanto ao trigo, os preços subiram após três meses consecutivos de queda, em virtude das condições de seca em áreas produtoras dos Estados Unidos e uma demanda fortalecida por suprimentos na Austrália, enquanto a forte concorrência entre os exportadores ajudou a limitar os ganhos. Os preços do sorgo, do milho e da cevada registraram queda no mês.

O levantamento mensal da FAO também apontou que o subíndice de preços dos Óleos Vegetais registrou média de 135,9 pontos em fevereiro, caindo 4,5 pontos (ou 3,2%) em relação a janeiro e marcando o nível mais baixo desde o início de 2021. Segundo a FAO, a queda refletiu os preços mundiais mais baixos dos óleos de palma, soja, girassol e colza.

Na sondagem mensal da FAO, o subíndice de preços das Carnes apresentou média de 112 pontos em fevereiro, queda de 0,1 pontos (0,1%) em relação a janeiro, sendo este seu oitavo declínio mensal consecutivo e



O subíndice de preços dos Cereais registrou média de 147,3 pontos

1,9 pontos (1,7%) abaixo do nível do ano anterior.

Conforme a FAO, a carne de frango caiu pelo oitavo mês consecutivo, "refletindo a oferta global abundante em comparação com a demanda de importação mais fraca, apesar dos surtos

de gripe aviária em vários dos principais países produtores", disse a FAO. Em contrapartida, os preços da carne suína subiram, enquanto os preços da carne bovina e ovina mantiveram-se estáveis.

O subíndice de preços de

Laticínios, por sua vez, registrou média de 131,3 pontos em fevereiro, 3,6 pontos (2,7%) abaixo de janeiro e ficando 10,2 pontos (7,2%) abaixo do mês correspondente no ano passado. A queda em janeiro refletiu a queda nos preços internacionais da manteiga e do leite em pó. "Em fevereiro, o declínio no índice foi impulsionado pelos preços mais baixos de todos os produtos lácteos, com as quedas mais acentuadas na manteiga e no leite em pó desnatado", mostrou o relatório.

A FAO calculou, ainda, que o subíndice de preços do Açúcar ficou, em média, em 124,9 pontos em fevereiro, alta de 8,1 pontos (6,9%) em relação a janeiro, atingindo o nível mais alto desde fevereiro de 2017.

A recuperação foi impulsionada pela revisão para baixo da previsão de produção de açúcar de 2022/23 na Índia, em um ambiente de forte demanda de importações. No entanto, fatores como o bom andamento da colheita na Tailândia, as chuvas abundantes em regiões produtoras brasileiras e a queda no petróleo e no etanol do Brasil impediram um aumento mais acentuado, concluiu a FAO.

HABITAÇÃO

Lula entrega 1.440 unidades do Minha Casa Minha Vida em MT

O presidente afirmou que governo está contratando mais 2 milhões de casas e, na região, há dois conjuntos a serem finalizados, que devem ficar prontos em 2024

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a primeira-dama, Janja da Silva, entregaram na sexta-feira 1.440 unidades habitacionais de um conjunto residencial do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em Rondonópolis, Mato Grosso. O conjunto residencial é o Celina Bezerra e a entrega das chaves foi feita pelas mãos do presidente. Além de Lula e Janja, as entregadoras das chaves também foram feitas pelo ministro das Cidades, Jader Filho, e pela presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Lula interagiu com os populares no palco e garantiu uma prótese a uma mulher que estava em cadeira de rodas. De acordo com o chefe do Executivo, todas as casas têm acessibilidade.

Foram entregues 1.440 unidades das etapas 1, 2, 3, 8 e 9 do residencial, informou o Palácio do Planalto.

As etapas 4, 5, 6 e 7, paralisadas desde junho de 2017, estão em processo de retomada - as tratativas têm sido realizadas pelo Banco do Brasil (agente financeiro) com o intuito de contratar nova construtora.

Segundo estimativa, a conclusão destas etapas deve garantir a casa própria de mais 1.152 famílias de Rondonópolis.

Contratado em julho de 2013, o residencial Celina Bezerra estava entre as 186 mil unidades habitacionais do MCMV - Faixa 1 não concluídas até janeiro de 2023.

Em Rondonópolis, foram entregues moradias com 46,55 metros quadrados de área privativa, das quais 44 são residências adaptadas.

O empreendimento conta com poço artesiano, drenagem de águas pluviais, estação elevatória e emissário de esgoto.

O local dispõe de equipamentos públicos como escolas, creches, unidades básicas de saúde, centro esportivo, além de obras de pavimentação, iluminação pública do acesso e reservatório de água potável.

O presidente afirmou ser preciso criar um programa habitacional voltado às famílias de renda média baixa. De acordo com ele, essas pessoas poderiam comprar a casa a um preço maior do que um ou dois salários mínimos, "mas que possam viver dignamente numa casa que eles queiram escolher".

"Precisamos criar um programa para os setores médios da sociedade. Porque as pessoas que ganham R\$ 6 mil, R\$ 5 mil, R\$ 7 mil, às vezes, não têm direito a ter uma casa", declarou. "O cidadão não quer uma casa muito pequena e não pode comprar uma maior", complementou.

Lula criticou a demora do conjunto a ser entregue na sexta e criticou o "golpe" dado à ex-presidente da República Dilma Rousseff. Contratado em julho de 2013, o residencial Celina Bezerra estava entre as 186 mil unidades habitacionais do MCMV - Faixa 1 não concluídas até janeiro de 2023.

Segundo Lula, o governo está contratando mais 2 milhões de casas e, na região, há ainda dois conjuntos a serem finalizados. "Se Deus quiser, em 2024, vamos inaugurar mais esses dois."

O presidente da República ressaltou que, se o terreno para a construção das moradias for doado, seja pela prefeitura ou governo do Estado, o financiamento para as casas fica mais barato.

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, anunciou que o banco está em nego-



O presidente Lula interagiu com os populares, garantiu uma prótese a uma mulher que estava em cadeira de rodas e afirmou que todas as casas têm acessibilidade

CONSTRANGIMENTO

Gleisi Hoffmann defende que Juscelino Filho peça afastamento

A presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, defendeu que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), se afaste da pasta após as revelações de que o político usou voo da Força Aérea Brasileira (FAB) para ir a São Paulo e participar de leilões de cavalos de raça.

Questionado pelo colunista Guilherme Amado, do Metrôpoles, sobre o episódio, Gleisi afirmou: "Olha, em situações como essa, eu acho que o ministro devia pedir um afastamento para poder explicar, justificar, se for justificável o que ele fez. Isso impede o constrangimento de parte a parte."

Na quinta-feira, 2, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que Juscelino Filho estará fora do governo se não conseguir se explicar. "Eu tentei essa semana conversar com o Juscelino, o ministro Juscelino está viajando, está no exterior a serviço do ministério, discutindo num encontro de telecomunicações. Eu já pedi para o ministro da Casa Civil, Rui Costa para convocar ele para segunda-feira para a gente ter uma conversa porque ele tem direito de provar sua inocência. Mas se ele não conseguir provar sua inocência, ele não pode ficar no governo. Eu garanto a todo mundo a presunção de inocência", afirmou o petista, em entrevista a Renaldo Azevedo, da Rádio BandNews FM.

Além do uso de aeronave da FAB para participar de leilões, o ministro das Comunicações omitiu em declaração pública um patrimônio de R\$ 2 milhões em cavalos de raça, enviou verba do orçamento secreto para asfaltar uma estrada que corta suas fazendas em Vitorino Freire, no interior do Maranhão, e entregou dados falsos para a Justiça Eleitoral em uma tentativa de justificar supostos voos de helicóptero que fez durante a última campanha.

O ministro recebeu, no gabinete da pasta, seu consultor para compra de cavalos e nomeou até um sócio de empresário aliado do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente Jair

Bolsonaro e principal rival de Lula, para chefiar um departamento nas Comunicações.

Além disso, Juscelino Filho abriu as portas do gabinete das Comunicações para empresários que são sócios ocultos de empresas beneficiadas por ele quando deputado, com verba da União. Ao menos quatro empresas de amigos, ex-assessoras e uma cunhada do político ganharam mais de R\$ 36 milhões em contratos com a Prefeitura de Vitorino Freire, onde a irmã dele é prefeita.

O ministro rompeu na quinta-feira o silêncio sobre ter ido de FAB a São Paulo e participado de leilões de cavalos de raça. Em nota oficial, admitiu que teve apenas dois dias de agenda de trabalho no Estado, embora tenha solicitado diárias e avião da Aeronáutica para quatro dias e meio de compromisso, e informou que vai devolver o dinheiro que recebeu irregularmente, sem declarar o valor. Juscelino disse que tomou a decisão após uma "averiguação nos últimos dias acerca do que ocorreu com a viagem de SP".

O ministro alegou ao governo que tinha compromissos "urgentes" para ter direito a R\$ 3 mil de diárias e a jato particular entre os dias 26 e 30 de janeiro. Dos quatro dias de viagem, contudo, em três deles se dedicou a negócios relacionados aos seus cavalos de raça.

Juscelino foi a dois leilões, a uma festa em homenagem aos cavalos e inaugurou uma praça dedicada ao Roxão, um animal de seu sócio, na cidade de Boituva (SP). Todos os compromissos envolvendo cavalos foram omitidos da agenda oficial do ministro, embora sua presença tenha sido bancada com dinheiro público. Na inauguração da praça, Juscelino se apresentou como "integrante da equipe do presidente da República". A presença de um "ministro de Estado" também foi destacada pelos leiloeiros nos eventos equestres conforme mostram vídeos.

"Na função de ministro de Estado, agora no Poder Executivo, tenham certeza, cada um de vocês, apaixonados

pelo cavalo quarto de milha, do meu compromisso, enquanto estiver com uma função pública, de poder defender cada vez mais o cavalo", disse ele ao receber uma homenagem durante sua estadia em São Paulo.

No esclarecimento, o ministro disse que "desconhece o suposto 'caráter de urgência' destacado para a viagem. No entanto, documentos oficiais mostram que ele mentiu no comunicado. A urgência está registrada no Portal da Transparência, abastecido com informações do próprio ministério".

Sobre o uso da FAB na volta para Brasília na segunda-feira, 30 de janeiro, o ministro disse na nota que "retornou em voo compartilhado solicitado pelo Ministério do Trabalho" e que, portanto, não haveria "cometimento de qualquer ilegalidade". Juscelino, porém, informou ao governo que estava, nesta data, em "serviço", o que ele mesmo reconhece que não procede. A própria nota oficial e a agenda pública dele registram que o último compromisso de trabalho em São Paulo na ocasião havia sido na manhã de sexta-feira, dia 27.

Sobre os compromissos com cavalos, a nota informou que "o ministro usufruiu, sim, do seu direito de desfrutar do seu período de folga para participar de qualquer compromisso, no caso em questão". Foi o próprio que pediu ao governo diárias referentes aos quatro dias que passou em São Paulo e avião da FAB para ir e voltar do Estado, o que cobre o período relacionado a todos os seus compromissos privados.

Parlamentares do PT têm pedido a troca do ministro indicado para o cargo pelo União Brasil. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que foi líder do partido na Câmara entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2023, afirmou que "ninguém defende pegar avião da FAB para fazer atividade privada", expondo o constrangimento. Colegas de partido de Juscelino engrossam o coro e dizem que ele não teria o apoio hoje nem de 30 deputados.

pliquem país a fora."

Tarciana Medeiros anunciou que o presidente autorizou e que o banco iniciou as negociações para dar andamento à segunda etapa do empreendimento. "O Banco do Brasil reforça o compromisso à sociedade de viabilizar o acesso à casa própria a quem mais necessita", disse.

O prefeito de Rondonópolis

ciação para dar andamento à segunda etapa do empreendimento do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) no conjunto residencial Celina Bezerra, em Rondonópolis (MT). Ao discursar em evento de entrega de 1.440 unidades habitacionais da primeira etapa, ela reforçou o compromisso do BB de viabilizar o acesso à casa própria.

"O momento mais importante da minha carreira é este, de vir aqui entregar as casas, de fazer o que o Banco do Brasil sabe fazer melhor", declarou Tarciana.

Segundo ela, a entrega poderia ter sido mais de duas mil unidades se as obras não estivessem paradas. "Nosso objetivo é que ações como essa se multi-

lis e apoiador de Lula, José Carlos Junqueira de Araújo, fez um discurso enaltecendo os governos petistas e homenageou a ex-presidente Dilma Rousseff, o que levou aplausos da plateia.

O governador Mauro Mendes (União Brasil) e o senador Wellington Fagundes (PL-MT), presentes no evento, ao serem citados pelo prefeito, foram vaiados.

RADICALISMO

Investigados por atos radicais podem voltar para a cadeia

Enquanto centenas de denunciados por atos golpistas deixam a prisão nesta semana, outros investigados ligados aos protestos violentos do 8 de janeiro que já haviam sido colocados em liberdade provisória podem voltar ao cárcere.

Juízes de todo o País informaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) dados de radicais que descumpriram medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes. O magistrado, inclusive, já notificou alguns dos investigados a prestarem esclarecimentos sobre as violações, sob pena de decretação imediata da prisão.

As informações constam do processo em que foi decretada a prisão preventiva de mais de mil extremistas que participaram dos atos que deixaram um rastro de destruição na Praça dos Três Poderes. Segundo balanço do Supremo, 751 pessoas seguem presas pela ofensiva antidemocrática e 655 foram liberadas para responder em liberdade com cautelares.

Documentos das Justiças de São Paulo, Mato Grosso, Distrito Federal e Santa Catarina apontam que alguns dos investigados não se apresentaram para colocar a tornozeleira eletrônica e também violaram a área delimitada de monitoramento.

Também há relatos de pessoas que descumpriram a ordem para comparecer semanalmente diante do juiz e que se ausentaram da cidade onde informaram que poderiam ser encarceradas.

Em decisões assinadas em fevereiro, o ministro Alexandre de Moraes determinou que 22 investigados prestem esclarecimentos sobre o descumprimento das medidas impostas quando foram colocados em liberdade provisória.

Eles também foram proibidos de usar as redes sociais, se comunicar com outros envolvidos nos atos golpistas, tiveram seus passaportes cancelados e suspensos eventuais documentos de porte de arma de fogo.

As decisões mais recentes do ministro Alexandre de Moraes que colocaram presos nos atos golpistas em liberdade provisória atingiram investigados presos no acampamento em frente ao QG do Exército.

Eles já foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República por incitação ao crime e associação criminosa.

A avaliação do ministro é a de que os investigados não são apontados como financiadores ou executores principais dos atos extremistas e assim podem responder em liberdade às acusações.

O entendimento seguiu pareceres da PGR, que argumentou que os presos não envolvidos diretamente no quebra-quebra nas sedes do Congresso, Planalto e Supremo deveriam deixar os presídios do DF e cumprir medidas cautelares alternativas.

Ao pedir a concessão de liberdade provisória a tais investigados, o Ministério Público Federal requereu a Alexandre de Moraes que a Polícia Federal seja autorizada a extrair dados dos celulares apreendidos com os radicais, incluindo mensagens, fotos e vídeos que poderão ser usados como provas.

Já no caso de detidos que, segundo a PGR, 'se dirigiram à Praça dos Três Poderes, adentraram e vandalizaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, executando, de mãos próprias, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e dano contra bem especialmente protegido', foi defendida a manutenção da prisão preventiva.

RECUO

ANPR quer convencer Lula a seguir lista tríplice da PGR

A associação tem buscado interlocutores de Lula para dissuadi-lo da ideia de desconsiderar a lista, que vigora desde o ano de 2001

O presidente da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), Ubiratan Cazetta, pediu na sexta-feira, 3, uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para convencê-lo a seguir a lista tríplice proposta pela categoria no processo de escolha do próximo procurador-geral da República, que sucederá Augusta Aras em setembro deste ano.

Lula disse em entrevista à BandNews FM na última quinta-feira, 2, que "não pensa mais em lista tríplice" porque "já está provado" que este modelo de escolha do procurador-geral "nem sempre resolve o problema". O presidente ainda disse que será mais criterioso na escolha do chefe do Ministério Público.

"Não penso mais em lista tríplice. Não penso mais, porque quando vim para a presidência, trouxe a minha experiência do sindicato. Então, tudo para mim era lista tríplice. Já está provado que nem sempre a lista tríplice resolve o problema. Então, vou ser mais criterioso para escolher o próximo procurador-geral da República", afirmou o presidente.

A associação, por sua vez, tem buscado interlocutores de Lula para dissuadi-lo da ideia de desconsiderar a lista, que vigora desde 2001 como modelo de escolha do procurador-geral. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), é uma das autoridades que têm sido procuradas para conven-



Ubiratan Cazetta pede uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para convencê-lo a seguir a lista tríplice

cer o presidente a recuar da ideia. Além do petista, o presidente da ANPR afirma ter buscado "todos os ministros com alguma aderência com o tema".

Em nota divulgada após a entrevista de Lula, a associação afirmou que "defende a lista tríplice e continuará demonstrando que esse modelo permite transparência na definição do Procurador-Geral da República". A ANPR ainda disse no texto que levará a Lula essas preocupações e que "tem plena confiança de que haverá um diálogo produtivo em torno

deste tema".

Somente em dois momentos da história a eleição realizada pela ANPR foi descartada por presidentes. Em 2001, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) reconduziu ao cargo Geraldo Brindeiro - que foi tratado pela oposição ao governo tucano como "engavetador-geral da República" por arquivar sistematicamente denúncias contra parlamentares e o próprio presidente.

A segunda vez em que a lista tríplice da associação foi igno-

rada pelo chefe do executivo foi durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que indiciou Augusto Aras ao posto sem que tenha sido submetido ao escrutínio da categoria. As críticas que recaíram sob Brindeiro também foram destinadas ao atual procurador-geral por suas sucessivas sustentações a favor do arquivamento de processos contra Bolsonaro, assim como pela adoção de "investigações preliminares" para apurar suspeitas de crimes em vez de medidas mais concretas e duradouras.

LUTO OFICIAL

Vereadora e namorado são achados mortos em Juazeiro do Norte

A presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Yanny Brena (PL), e o namorado dela, Rickson Pinto, ambos de 26 anos de idade, foram achados mortos na manhã de sexta-feira, 3, na residência onde moravam, no bairro Lagoa Seca, no interior do Ceará.

Segundo policiais que fizeram os primeiros levantamentos no local, a empregada doméstica que trabalhava para o casal foi a primeira pessoa a encontrar os corpos, que estavam na sala da residência, de mãos dadas. Não há sinais de invasão da casa nem de ferimentos de arma de fogo em Yanny e Rickson.

Equipes da Perícia Forense foram acionadas e fizeram as primeiras apurações sobre o caso. A causa da morte ainda não foi divulgada.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, o caso é investigado pelo Núcleo de Homicídio e Proteção à Pessoa (NHPP) da Delegacia Regional de Juazeiro do Norte e pela Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) da cidade. "Somente após laudo da Perícia Forense será possível confirmar a causa das mortes", registrou o órgão.

Na última publicação que fez em rede social, Rickson Pinto postou a frase "você tem o coração bom, não deixe que o mundo estrague isso".

Yanny Brena não presidiu a sessão de quinta-feira, 2, da Câmara de Juazeiro do Norte, o que causou estranheza na Casa Legislativa. Ela não fez contato com os colegas de trabalho, conforme assessores da vereadora.

A presidente da Câmara é médica e foi eleita para presidir o parlamento municipal em novembro de 2022. Ela é irmã do deputado federal Yury do Paredão (PL). Yanny Brena também era filiada ao mesmo partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Yanny Brena Alencar Araújo estava em seu primeiro mandato como vereadora pelo Partido Liberal (PL). Ela deveria exer-



Yanny Brena e Rickson Pinto

cer a presidência da Câmara até o fim de 2024. Era a segunda mulher a chefiar o Poder Legislativo da maior cidade do interior do Ceará.

O prefeito de Juazeiro do Norte, Glêdson Bezerra, decretou luto oficial de três dias e disse estar "transtornado".

"Com muita consternação recebi a notícia do falecimento da nossa querida Yanny Brena, presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. Neste momento de dor, externo os meus mais sinceros sentimentos de pesar aos seus familiares, aos amigos, aos vereadores e ao povo da nossa cidade de modo em geral. Que Deus dê conformação a todos, neste momento de grande comoção."

O presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Gardel Rolim (PDT), também postou nas redes sociais uma nota de pesar.

"Manifesto meus sentimentos aos familiares da presidente da Câmara de Juazeiro, Yanny Brena e seu namorado, Rickson Pinto, pela tragédia ocorrida nessa manhã na cidade. A parlamentar era irmã do deputado federal, Yury do Paredão, a quem registro meu pesar. Que Deus cuide de todos os familiares nesse momento tão difícil", escreveu.

O governador do Ceará, Elmano de Freitas, lamentou o falecimento da vereadora. "Lamento profundamente o falecimento da vereadora e presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Yanny Brena, e de seu namorado, Rickson Pinto."

IMPUNIDADE

FPA condena as invasões feitas pelo MST na Bahia

Em resposta às invasões realizadas por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no início da semana, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) divulgou uma nota na sexta-feira, 3, contra o que classificou como atos criminosos, "resultado da convivência histórica com a impunidade."

Segundo a entidade, as ações deflagradas em fazendas de cultivo de eucalipto da empresa Suzano e de um segundo proprietário no sul da Bahia, são uma "desculpa" para o "cometimento de crimes": "Não há o que se defender e nunca haverá motivação apropriada para cometer crimes", afirmou a FPA.

Segundo a Suzano, as propriedades da companhia foram danificadas durante as invasões. O MST reiterou a continuidade das ações, alegando que pretende negociar com os governos federal e estaduais a retomada da reforma agrária, além de um projeto para a agricultura familiar camponesa.

Para a FPA, a reforma agrária deve ser feita a partir de meios que diferem da invasão e ocupação, de forma a garantir o direito à propriedade privada, uma das principais bandeiras defendidas pela bancada ligada ao agronegócio no

Congresso Nacional. "Necessário acrescentar que a invasão, seja qual for a gravidade e as consequências, traz prejuízo permanente aos produtores rurais", argumentou a Frente. "Sem contar, obviamente, os danos econômicos ao setor produtivo e à nação."

Nota divulgada pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura destaca a preocupação com o risco de as invasões alimentarem a "traumática polarização ideológica" que acomete o cenário nacional. Para o ex-governador Paulo Hartung, presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), as invasões "vão na contramão do desejo de fortalecimento da democracia ao aprofundar as divisões do País".

A Justiça da Bahia determinou na quinta-feira, 2, a reintegração de posse de uma fazenda da Suzano no município de Mucuri. Em decisão estabelecida pelo juiz Renan Souza Moreira, os integrantes terão multa de R\$ 5 mil por dia em caso de descumprimento da ordem. O uso de força policial para a desocupação foi autorizado pelo magistrado caso seja necessário.

Já o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira (PT), evitou fazer críticas às recentes invasões.

MONTAGEM

Hélio Bolsonaro é condenado por falsa acusação de pedofilia

O deputado Hélio Lopes (PL-RJ), conhecido como Hélio Bolsonaro, foi condenado a pagar R\$ 50 mil para os irmãos youtubers Felipe Neto e Luccas Neto por danos morais após divulgar uma montagem relacionando os influenciadores à prática de pedofilia. Além do pagamento, o parlamentar deverá fazer uma retratação pública. A decisão é do juiz Mario Cunha Olinto Filho, da 2ª Vara Cível do Rio, e foi publicada nesta sexta-feira, 3.

Os influenciadores abriram o processo contra o parlamentar bolsonarista em 2020, após Hélio usar suas redes sociais para publicar postagens nas quais acusava os irmãos de pedofilia. Segundo os advogados dos youtubers, o conteúdo das postagens seria falso, tendo como objetivo atingir a reputação dos youtubers.

A decisão de Mario Cunha aponta que as postagens de Hélio são "visivelmente" uma montagem dos vídeos dos youtubers. "No caso, visivelmente ocorreu uma montagem sobre vídeos produzidos pela dupla autora pelo réu, retirando o conteúdo e sequência originais, além de inversão de falas, com recortes em cenas que, lançadas fora do contexto, serviam para que o réu sugerisse a seu público a ocorrência de comportamento indevido de cunho sexual, com foco em pedofilia", afirma o documento.

A decisão ainda sustenta que não houve apenas repasse do conteúdo pelo deputado bol-



As postagens de Hélio Bolsonaro são "visivelmente" uma montagem dos vídeos dos youtubers

sonarista, mas tempo demandado para produzir os vídeos, tirando as cenas de contexto. "De fato, o réu quer claramente dar a entender, de forma maliciosa, que os autores praticam ou incentivam a pedofilia ou, no mínimo, divulga material impróprio para crianças e adolescentes, incorrendo em crimes."

Mario Cunha também argumenta que não há possibilidade de cogitar imunidade parlamentar no caso de Hélio, já que ele "não está se manifestando em exercício da função" e que o benefício só se aplica quando o parlamentar divulga opiniões, votos e palavras em razão do mandato. "Então, a divulgação de ofensas na internet pelo

parlamentar, mesmo que proferidas originalmente na casa legislativa, não são cobertas por imunidade parlamentar", explica o juiz ao citar uma decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, sobre o tema.

Na conclusão da decisão final, o juiz classifica o caso como de "dano intenso e de alta repercussão" com impacto negativo para as reputações de pessoas públicas que lidam com o público jovem. Sobre a atuação de Hélio, Mario Cunha afirma que o grau de reprovação é ainda maior e "muito mais vergonhosa" devido a função parlamentar de representante popular.

Lopes, que usou o "codi-

ENTREVISTA **GEORGIA BIANKA, decoradora e apresentadora**

PREVENÇÃO

Decoração em alto estilo

O mercado de festas infantis não para de crescer e a demanda aumentou principalmente, após a pandemia, quando as famílias voltaram a se reunir para comemorar aniversários, "mesversários", chás de bebê e de revelação. Responsável por megaproduções dos filhos de famosos, como Giovana Antoneli, Flávia Alessandra e Camila Pitanga, a empresária, decoradora e apresentadora no ramo de festas, Georgia Bianka, começou a dar aulas e a ensinar como transformar o setor de festas e eventos num negócio rentável. "Por muito tempo tive uma mentalidade de escassez e medo de compartilhar tudo que aprendi e técnicas que desenvolvi e pegarem meu lugar, mas aprendi que quanto mais você transborda, quanto mais você serve mais isso retorna positivamente para você."

Há 18 anos trabalhando como decoradora de festas, Georgia Bianka, contou um pouco da sua história

Durante os dois anos de pandemia, o mercado parou e os profissionais tiveram que se reinventar. Como foi para você durante esse período?

Tomei muitas decisões importantes, reduzi o quadro de equipe, entreguei o galpão, mudei muitos processos e aproveitei para reestruturar a empresa.

Lancei um produto chamado festa box que foi a festa na caixa com nossa assinatura e grandes facilidades que proporcionavam a solução para quem queria celebrar o aniversário ou alguma data em especial e não sabia como. Na box enviávamos todo kit necessário para festa diretamente para casa do cliente e ainda uma carta com instruções e fotos simplificadas de opções de montagem. Foi um sucesso total e vendemos para todo Brasil.

O que mais desafiador realizou profissionalmente?

Já tive grandes desafios na área de criação de cenário e festas, mas um que me marcou foi idealizar e executar um cenário para programa em apenas quatro dias, sendo que todo o cenário teria que ser construído encima de uma piscina com parte dela aparecendo. Graças a Deus deu tudo certo e o resultado ficou incrível

Você já teve uma loja de artigos de festa. Por que saiu desse mercado? Acha que não compensa o investimento?

Quando abri estava super animada com a possibilidade de expansão dos negócios dentro do ramo de festas, porém um tempo depois grandes lojas abriram na mesma região e com isso a concorrência ficou muito acirrada. Antes de chegar ao ponto de precisar fechar mais uma vez tomei uma decisão rápida e transformei o negócio de vendas em locação, o que mantive até hoje no mercado com um nome diferente e gerando lucro todo mês. Já o ponto da loja devolvemos e optamos por fazer a operação toda on line, otimizando custos e potencializando a escala.

Como é ser a decoradora preferida dos famosos?

Tenho muita alegria de ter conquistado um público tão



Georgia Bianka: "comecei a ajudar as pessoas e trazer soluções para problemas que eu já tinha passado e vi as transformações acontecendo"

especial, não apenas os famosos, mas todos os outros clientes que me permitem transformar datas especiais em momentos inesquecíveis através da nossa arte. Sou grata pela possibilidade de chegar a lugares que jamais imaginei e continuo estudando e trabalhando duro para estar sempre atualizada, com muitas novidades e cheia de amor para realizar o que mais amo que são festas e cenários.

Você agora está também no mercado de cursos de decoração, dando consultoria para quem quer começar o negócio. O que te levou para esse caminho?

Quando comecei no ramo me sentia muito sozinha e sem suporte ou apoio. Há 20 anos atrás não existia ninguém dando aula de como montar festas muito menos como transformar isso em um negócio rentável. Aliás, ser decoradora de festas nem era considerado uma profissão.

Por muito tempo tive uma mentalidade de escassez e medo de compartilhar

tudo que aprendi e técnicas que desenvolvi e pegarem meu lugar mas aprendi que quanto mais você transborda, quanto mais você serve mais isso retorna positivamente para você.

Comecei a ajudar as pessoas e trazer soluções para problemas que eu já tinha passado, ao ver as transformações acontecendo achei um lindo chamado, destravar e liberar pessoas no meu ramo da mente de escassez e da falta de técnica e gestão para deixarem de ser Eupresas e se tornarem empresas de verdade.

De lá para cá tenho investido muito no EAD, minha formação profissional para decoradores tem uma metodologia própria que eu chamo de GB360 e é a única certificada pelo MEC. Já são mais de 10000 alunos e vidas impactadas e não vou parar por aí, tenho planos e sonhos incríveis para o nosso mercado e para aumentar a capacitação e profissionalização de quem quer viver de festas assim como eu faço.

O ramo de decoração é

muito extenso. Você está fazendo decoração de hotéis no Natal. Você acha esse um nicho interessante para se investir?

Acho que algumas cidades investem mais pesado em datas sazonais por questões estratégicas e culturais. Exemplo: Páscoa e Natal em Gramado, Carnaval no Rio de Janeiro e na Bahia, Festa Junina no Nordeste e por aí vai.... Vendo esse nicho, fomos atrás de captar clientes e desenvolver projetos específicos para essas datas e empresas.

O cenário econômico atual está pouco favorável, os preços dispararam. A inflação e os juros altos têm colocado um freio no consumo. Como isso afetou o mercado de festas?

Afetou diretamente em flores, tivemos muitos problemas no mercado de flores naturais, o que fez com que muitos decoradores fossem atrás das permanentes e consequentemente com aumento de demanda, dificuldade de entrega os preços subiram muito.

Além disso, balões, ferro, carpete muitos materiais que usamos tiveram reajustes, além de grande escassez. Nessas horas usamos a criatividade e buscamos novas soluções. Mas se pensarmos que em toda escassez sempre aparecem novas soluções, com esse ponto de vista nosso mercado acabou sendo obrigado a se adaptar e avançar também.

Qual sua expectativa pessoal e profissional para os próximos anos?

Minha expectativa é sempre positiva, por acreditar em Deus eu penso que independente das circunstâncias e dificuldades sempre pode aparecer boas oportunidades e não fico parada. O empreendedor não pode se acomodar tem que se manter antenado, estudando e buscando novas soluções. Enquanto você trouxe soluções viáveis para os clientes, vai ter mercado para você independente do ramo que estiver. Seja curioso, solucionador e não pare na hora que sentir medo, vai com medo mesmo e bola para frente.

Novo diretor do Inca quer elevar controle do câncer

Tomou posse na manhã de sexta-feira (3) o novo diretor-geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Roberto Almeida Gil. Com atuação na área de oncologia desde 1977, com passagem pela chefia do Serviço de Oncologia Clínica e do Programa de Residência Médica de Oncologia Clínica, ambos do Inca, Gil destacou que o câncer caminha para ser a primeira causa de mortalidade no mundo. Mas que o trabalho na prevenção e no controle da doença pode salvar vidas.

"Segundo a estimativa de 2023 de incidência e controle do câncer, que o Inca lançou no ano passado, são esperados 704 mil novos casos de câncer no Brasil para cada ano no triênio 2023 a 2025. A Organização Mundial da Saúde estima que 6 milhões de mortes prematuras pela doença poderiam ser evitadas com conscientização, planejamento, prevenção e controle da doença. Queremos reforçar nosso papel de instituto nacional, trabalhando sinérgica e intensamente com o Ministério da Saúde, que adotou neste governo o combate ao câncer como uma de suas prioridades."

Ele reforçou também a intenção de fortalecer as áreas e ensino e pesquisa da instituição, aprimorando o trabalho assistencial à população e de produtor de conhecimento do Inca.

"Queremos continuar formando estratégias de prevenção e detecção precoce, manter e aprofundar o nosso papel mundialmente reconhecido do controle do tabagismo, que tem os velhos atores com novas metodologias para manter a escravidão pela nicotina. É um trabalho muito sério."

Presente na cerimônia de posse, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, destacou a afetividade e empatia no trabalho de Gil durante toda a sua carreira. De acordo com ela, o Inca tem papel fundamental dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) e vai colaborar no programa de redução de filas e no apoio à estratégia nacional na área de oncologia.

"Ao mesmo tempo que o Inca é um instituto sediado no Rio de Janeiro, com papel fundamental na assistência diretamente prestada, reforçaremos esse papel de referência, numa agenda de trabalho conjunta para todo o sistema de saúde e também para toda a nossa cooperação internacional."

A ministra ressaltou que o governo está trabalhando em conjunto, com ações interministeriais, para a vigilância relacionada ao câncer, tema que sempre esteve na pauta do Inca e será reforçado a partir de agora.

"Temos muitos desafios. O Brasil avançou de maneira incomparável no controle do tabagismo, tendo participação ativa na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, com papel de destaque nacional e internacionalmente. Não podemos perder essa conquista. Neste momento, olhamos no Ministério com preocupação para a regulação do cigarro eletrônico, são pautas que nós não excitaremos em trabalhar, em contar com o Inca para a devida fundamentação técnica e científica."

Ouatas questões que serão tratadas pelo governo, segundo Nísia Trindade, é a questão do tabagismo na juventude, a alimentação saudável e os agrotóxicos, "pontos que seguramente o Ministério da Saúde, unido a outros ministérios, terá que avançar muito."

Oncologista clínico, Roberto de Almeida Gil é graduado em medicina pela Escola Médica do Rio de Janeiro da Universidade Gama Filho, em 1977, e fez especialização em oncologia clínica pelo Inca, finalizada em 1981. Ainda no instituto, chefiou o Serviço de Oncologia Clínica.

BANCO GUANABARA S.A.
CNPJ/MF nº 31.880.826/0001-16

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com a legislação societária adaptadas às normas do Banco Central do Brasil, para os exercícios findos em 31/12/2022. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023. A Diretoria

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Guanabara S.A., ("Banco"), submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com o relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. No início do ano de 2022, o Banco Guanabara obteve a homologação da sua carteira de investimentos junto ao Banco Central e apesar das incertezas políticas no Brasil, devido a estarmos principalmente num ano eleitoral, iniciamos o ano bastante animados com as novas perspectivas operacionais. Durante o primeiro semestre, ajustamos nosso planejamento e obviamente expectativas dentro desta nova realidade, o Banco Guanabara obrigatoriamente ajustou suas expectativas e projetos, direcionando para a ampliação da sua base de resultados. Novas parcerias foram concretizadas incrementando sua margem de eficiência Desta forma, independentemente das incertezas nos cenários político e econômico do Brasil e do mundo e dos resquícios da Pandemia de Covid-19, o Banco Guanabara manteve seu planejamento mesmo diante das dificuldades e apresentou em 2022 um ano de consolidação e de crescimento eficaz de suas áreas de negócios, o que foi refletido diretamente no aumento de seu resultado e de seus índices. O Banco Guanabara em consonância com seu crescimento e sua governança, efetuou sua primeira classificação de rating em escala nacional em 2022. Esta classificação foi efetuada pela Moody's, tendo sido o classificado pela agência como A.br com perspectiva "estável". Seguiremos com a estratégia de diversificação da matriz de resultados para consolidação do nosso crescimento no exercício de 2023. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.

Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante		755.861	539.545	755.866	539.550	Circulante		239.028	194.698	238.823	194.539
Caixa e equivalentes de caixa		197.538	127.375	197.538	127.375	Depósitos	11.a	188.421	152.874	188.197	152.715
Disponibilidades		3.046	11.993	3.046	11.993	Depósitos à vista		63.395	65.463	63.395	65.463
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	194.492	115.382	194.492	115.382	Depósitos a prazo		125.026	87.411	124.802	87.252
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		127.106	37.014	127.106	37.014	Recursos de Aceite de Emissão Títulos	11.b	24.725	22.346	24.725	22.346
Carteira própria	5.a	127.106	37.014	127.106	37.014	Recursos de Letras Créditos Imobiliários - LCI		24.725	22.346	24.725	22.346
Relações interfinanceiras		114	2	114	2	Relações Interdependências		7.782	6.906	7.782	6.906
Correspondentes		114	2	114	2	Transferência Interna de Recurso		7.782	6.906	7.782	6.906
Dependência no País		7.782	6.906	7.782	6.906	Outras obrigações		18.100	12.572	18.119	12.572
Interdependência		7.782	6.906	7.782	6.906	Arrecadação de tributos e assemelhados		708	732	708	732
Operações de créditos	6 e 7	422.409	367.627	422.409	367.627	Fiscais e previdenciárias		13.609	8.872	13.609	8.872
Setor privado	6.a	443.857	390.063	443.857	390.063	Diversas Passivo		3.783	2.968	3.803	2.968
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.a	(21.448)	(22.436)	(21.448)	(22.436)	Não Circulante					
Outros créditos		750	498	755	502	Exigível a Longo Prazo		716.071	538.628	716.075	538.335
Diversos	6.a	786	817	791	821	Depósitos	11.a	715.724	538.430	715.724	538.137
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.a	(36)	(319)	(36)	(319)	Depósitos a prazo		715.724	538.430	715.724	538.137
Outros valores e bens		162	123	162	123	Outras obrigações		347	198	349	198
Despesas antecipadas		162	123	162	123	Fiscais e previdenciárias		195	195	195	195
Não Circulante		396.169	369.584	395.964	369.150	Diversas		152	3	154	3
Realizável a Longo Prazo		394.085	366.704	394.084	366.704	Resultados de Exercícios Futuros		-	22	-	39
Aplicações interfinanceiras de liquidez		194.492	115.382	194.492	115.382	Participação de acionistas não controladores		-	2	-	6
Carteira própria		18.789	36.738	18.789	36.738	Patrimônio Líquido		196.931	175.781	196.931	175.781
Relações interfinanceiras		1.274	560	1.274	560	Capital social	13.a	96.000	96.000	96.000	96.000
Créditos Vinculados		1.274	560	1.274	560	Reservas de capital		550	550	550	550
Operações de crédito	6 e 7	342.351	301.649	342.351	301.649	Reservas de lucros	13.b	100.381	79.231	100.381	79.231
Setor privado	6.a	359.965	314.396	359.965	314.396	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.152.030	909.129	1.151.831	908.699
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito longo	7.a	(17.614)	(12.747)	(17.614)	(12.747)						
Outros créditos		1.269	188	1.269	188						
Diversos		1.325	1.095	1.325	1.095						
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito longo longo	7.a	(56)	(908)	(56)	(908)						
Outros valores e bens		30.402	27.570	30.402	27.570						
Outros valores e bens		30.402	27.772	30.402	27.772						
Provisão para desvalorização		-	(202)	-	(202)						
Permanente		2.084	2.880	1.879	2.445						
Investimentos	8	976	1.206	771	771						
Participação em controladas - no País		205	435	-	-						
Outros investimentos		771	771	771	771						
Imobilizado	9	245	510	245	510						
Outras imobilizações de uso		2.487	2.487	2.487	2.487						
Depreciações acumuladas		(2.242)	(1.977)	(2.242)	(1.977)						
Intangível	10	863	1.165	863	1.165						
Ativos intangíveis		4.552	4.481	4.553	4.481						
Amortizações acumuladas		(3.689)	(3.316)	(3.690)	(3.316)						
Total do Ativo		1.152.030	909.129	1.151.831	908.699						

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2º semes- tre 2022	2022	2º semes- tre 2021	2021	
Lucro líquido do semestre/exercício	12.174	28.209	6.035	3.399	27.978
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercício	12.174	28.209	6.035	3.399	27.978

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2º semes- tre 2022	2022	2º semes- tre 2021	2021	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	12.174	28.209	6.035	3.398	28.209
Lucro líquido do semestre/exercício	12.174	28.209	6.035	3.398	28.209
Ajustes ao lucro líquido	-	-	-	-	-
Depreciações e amortizações	306	639	627	310	639
Ajuste de equivalência patrimonial	-	230	2	2	230
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado	12.480	29.078	6.664	3.709	29.078
Redução (Aumento) em ativos operacionais					
Relações Interfinanceiras e Interdependências	3.518	(826)	(59)	3.048	(826)
Operações de Crédito, líquido de baixas/recuperações	(104.548)	(95.483)	(118.205)	(76.386)	(95.483)
Outros créditos	(263)	(1.333)	(144)	1.015	(1.333)
Outros valores e bens	138	(2.871)	4.717	4.535	(2.871)
Aumento (Redução) em passivos operacionais					
Depósitos	219.552	212.840	(181.272)	6.051	212.840
Recursos de Aceites, Letras Imobiliária - LCI	4.691	2.378	(7.842)	(680)	2.378
Outras obrigações	8.195	5.677	4.608	5.490	5.678
Resultados exercícios futuros	-	(22)	10	22	(22)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	143.763	149.438	(291.524)	(53.197)	149.439
Fluxo de Caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	(48.173)	(72.144)	150.177	48.038	(72.144)
Aquisição de imobilizado de uso	-	(201)	(201)	(201)	(201)
Aplicação do ativo intangível	(53)	(72)	(324)	(314)	(72)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(48.226)	(72.216)	149.651	47.523	(72.216)
Juros sobre capital próprio	(3.529)	(7.059)	-	-	(7.059)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(3.529)	(7.059)	-	(7.059)	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	92.008	70.163	(141.873)	(5.674)	70.164
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	105.530	127.375	269.248	133.049	127.375
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/semestre	197.538	197.539	127.375	127.375	197.539
Redução de caixa e equivalentes de caixa	92.008	70.163	(141.873)	(5.674)	70.164

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2º semes- tre 2022	2022	2º semes- tre 2021	2021	
Saldo em 01 de janeiro de 2021	96.000	550	6.160	67.034	169.744
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.037	6.037
Destinações:					
Reserva legal	-	-	302	-	(302)
Outras reservas	-	-	5.735	-	(5.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	96.000	550	6.462	72.769	175.781
Lucro líquido do semestre	-	-	-	21.150	21.150
Destinações:					
Reserva legal	-	-	1.410	-	(1.410)
Outras reservas	-	-	19.740	-	(19.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	96.000	550	7.872	92.509	196.931
Saldo em 30 de junho de 2022	96.000	550	7.263	72.769	117.005
Lucro líquido do semestre	-	-	-	12.174	12.174
Destinações:					
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.530)	(3.530)
Reserva legal	-	-	609	-	(609)
Outras reservas	-	-	19.740	-	(19.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	96.000	550	7.872	92.509	196.931

vencidas são reconhecidas em receitas até o 60º dia e, a partir desse período, são registradas em rendas a realizar.

g. Operações de Crédito, Outros Créditos com características de concessão de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Essas operações são classificadas nos respectivos níveis de riscos, considerando: a) os dispositivos da Resolução CMN nº 2682/99, b) avaliação da Administração mediante a conjuntura econômica, no período, substanciada na experiência passada e dados históricos, nos riscos específicos do negócio dos clientes na qualidade das garantias, além disso, no reconhecimento do período de atrasos. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, posteriormente são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no máximo cinco anos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes, na análise das operações e constituída em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes. **h. Investimentos.** A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável, conforme nota explicativa 8. **i. Imobilizado.** É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens às seguintes taxas anuais: 10% para equipamento de uso, 20% sistemas de comunicação e sistema de segurança, 20% para sistema de processamento de dados, conforme nota explicativa 9. **j. Intangível.** Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisições de licenças ou direito de uso software são reconhecidos como ativo intangível. A amortização é calculada também pelo método linear à taxa de 20%, conforme nota explicativa 9. **k. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** Perdas são reconhecidas no resultado do período caso existam evidências e que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente. **l. Passivo Circulante e Não Circulante.** Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os saldos de Depósitos à Prazo são demonstrados líquidos de despesas a apropriar, as quais são reconhecidas no resultado em função dos prazos das operações, como despesas de captação. As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) e os respectivos encargos foram provisionados segundo o regime de competência. **m. Imposto de Renda e Contribuição Social.** O imposto de renda e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões permitidas pela legislação vigente, sendo o imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil (R\$120 mil no semestre), e a contribuição social foi constituída a alíquota de 20% de janeiro a julho de 2022. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, de 28/04/2022 que, majora a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022 a alíquota de 20% para 21%. **n. Ativos e Passivos Contingentes.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 25 - Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009 em observância à Resolução CMN/BACEN nº 3.823/09, conforme descrito abaixo: **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Passivos contingentes:** São registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Obrigações legais:** Originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente. **o. Estimativas contábeis.** A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os

BANCO GUANABARA S.A.

CNPJ/MF nº 31.880.826/0001-16

5 - Títulos e Valores Mobiliários (Controladora e consolidado)

a) Títulos e Valores Mobiliários: I) Composição da Carteira por Categorias

Classificação:	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor do Ajuste	Valor	Valor	Valor
	Custo a Mer-	Contábil	Contábil	Contábil
	Amortizado	cada	Contábil	Contábil
Títulos Mantidos até o Vencimento	60.223	-	60.223	51.566
Letras Financeiras	29.794	-	29.794	32.103
Cota Fundo Direito Creditórios - FDIC	30.429	-	30.429	19.463
Títulos para Negociação	8.529	(327)	8.202	22.186
Letras do Tesouro Nacional	6.475	(45)	6.430	3.484
Notas do Tesouro Nacional-NTN	2.054	(282)	1.772	18.702
Títulos Disponíveis para a Venda	77.470	-	77.470	-
Nota Comercial	77.470	-	77.470	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	146.222	(327)	145.895	73.752
Circulante	-	-	127.106	36.738
Não circulante	-	-	18.789	-

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira		% Distribuição	Provisão
		31.12.2022	31.12.2021		
A	0,50%	26.539	26.539	3,76%	133
B	1,00%	293.764	293.764	41,58%	2.938
C	3,00%	295.800	295.800	41,87%	8.874
D	10,00%	64.716	64.716	9,16%	6.471
E	30,00%	8.122	8.122	1,15%	2.437
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	6.781	6.781	0,96%	4.746
H	100,00%	10.820	10.820	1,53%	10.820
Total		706.542	706.542	100%	36.419

b) Movimentação provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	36.419	38.500
Constituição da provisão	17.805	17.127
Reversão da provisão	(4.053)	(6.554)
Créditos baixados como prejuízo	(10.804)	(12.654)
Saldo no final do período (*)	39.367	36.419

(*) Do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa da carteira de operações de crédito, R\$213 (R\$9 em 2021) se refere a fianças que estão evidenciadas no passivo classificadas na rubrica em outras obrigações. No exercício foi recuperado o montante de R\$4.059 mil (R\$2.753 mil em 2021), referente a créditos anteriormente baixados como prejuízo.

II) Abertura por Vencimento - considerando o vencimento do título

Títulos Mantidos até o Vencimento	31.12.2022				
	01 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	Acima 05 anos	Total Carteira
Letras Financeiras	29.794	-	-	-	29.794
Cotas de Fundos Direito Creditórios FDIC	11.640	18.789	-	-	30.429
Títulos para Negociação	3.828	2.924	486	964	8.202
Letras Nacionais do Tesouro	3.828	2.602	-	-	6.430
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	20	20
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	322	486	944	1.752
Títulos Disponíveis para a Venda	41.715	35.755	-	-	77.470
Nota Comercial	41.715	35.755	-	-	77.470
Total	86.977	57.468	486	964	145.895

8 - Investimentos (Controladora e consolidado)

	31.12.2022	31.12.2021
Participação em controladas no País (i)	205	435
Títulos patrimoniais	10	10
Outros investimentos (ii)	761	761
Total	976	1.206

(i) Na Controladora refere-se à participação no capital social da BGI Administradora de Recursos de Terceiros Ltda.

	31.12.2022	31.12.2021
Capital social	450	450
Quantidade de cotas	446	446
Percentual de participação	99%	99%
Patrimônio líquido	207	439
Prejuízo do exercício	(232)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(230)	-
Saldo do investimento	205	435

b) Recursos de emissão de títulos (Controladora e consolidado). As Letras de Crédito Imobiliário foram emitidas no decorrer do 2º semestre de 2022, os títulos são remunerados a taxa de 90% do CDI.

Títulos	31.12.2022				
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	Total Carteira
Letras de Crédito Imobiliário	8.668	16.056	-	-	24.725
Total	8.668	16.056	-	-	24.725

6 - Operações de Crédito (Controladora e consolidado). Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 378 dias. **a) Composição das operações de crédito e por tipo e atividade:**

Por atividade	Saldo da Carteira				
	31.12.2022	31.12.2021			
Indústria	115.302	142.507			
Comércio	54.143	76.698			
Outros serviços	643.088	472.491			
Intermediários	627	627			
Pessoa física	9.209	14.219			
Fiança	(17.627)	(857)			
Outros Créditos	(920)	(1.226)			
Total	803.822	704.459			
Circulante	443.857	390.063			
Não circulante	359.965	314.396			

9 - Imobilizado (controlada e controladora). A movimentação contábil está evidenciada da seguinte forma:

Descrição	Taxa de depreciação/amortização (a.a)		Adições/transfêrências	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo imobilizado:				
Instalações	-	132	-	132
Mobiliário	-	829	-	829
Outros Equipamentos	-	51	-	51
Benefiteiras em imóveis de terceiros	-	1.475	-	1.475
Total	-	2.487	-	2.487

12 - Passivo Contingente e Ativos Contingentes (Controladora e consolidado). O Banco Guanabara mantém um acompanhamento para todos os processos administrativos e jurídicos em que configura como ativo ou passivo fiscal amparada na opinião do nosso jurídico e classifica as ações de acordo com a expectativa de provável, possível e remoto. Em 31 de dezembro os processos avaliados como possíveis de perda totalizando o valor de R\$1.150.271 referente a processos trabalhistas no valor de R\$1.136.159 e Cível no valor de R\$14.112. A Companhia também detém processo avaliado como Ativos Contingentes como provável de ganho totalizando o valor de R\$387.480, referente a processo Cível. **13 - Patrimônio Líquido. a) Capital Social.** O Capital social da companhia é de R\$96.000 representada por 96.000 de ações, estas ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 cada. **b) Reserva de Lucros.** Em consonância com a Lei 11.638/07, o Banco Guanabara mantém em Reservas Especiais de Lucros o valor de R\$100.381 (R\$79.231 em 2021), referente a lucros não destinados. O saldo desta conta poderá ser destinado para aumento de capital ou utilizado para distribuição de dividendos. **14 - Requerimentos Mínimos de Capital (Controladora e consolidado).** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, o índice de Basileia apurado em 31 de dezembro de 2022 para o Banco Guanabara S/A foi de 18,61% (19,05% em 31 de dezembro de 2021). O Patrimônio de Referência é apurado a partir da soma do Patrimônio de Referência Nível I (N1) com o Patrimônio de Referência Nível II (N2). O N1 por sua vez é apurado a partir da soma do Capital Principal (CP) com o Capital Complementar (CC). O CP é apurado a partir do Capital Social da Instituição Financeira, após adições e deduções de contas patrimoniais e de resultado, e deduções de ajustes prudenciais associados a características dos ativos da instituição. Essas informações são obtidas a partir dos registros contábeis relativos ao Banco Guanabara S/A. PR = N1 + N2; N1 = CP + CC. As instituições financeiras devem manter permanentemente montantes mínimos de Patrimônio de Referência, porém para apurarmos esse requerimento é necessário o cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O RWA corresponde à soma das parcelas relativas a risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Atualmente, o requerimento mínimo de PR corresponde a 8,00% (mesmo de 2020) do montante RWA. **15 - Gerenciamento de Risco (Controladora e consolidado).** O Banco implementou estrutura de gerenciamento de risco, em cumprimento a Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, com desdobramento em três unidades: Informações Gerenciais, Controles Internos e Gestão de Riscos. Considerando sua prioridade na estratégia e gestão, a instituição possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos, com o objetivo de sistematizar a avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades fins. Integra esta política os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, a saber: Risco de Mercado - O Banco adota a metodologia "Value at Risk", que é calculado diariamente, considerando os principais ativos. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de "hedge". Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, ocasionando a redução de ganhos ou remunerações e o aumento de custos decorrente de vantagens concedidas na renegociação ou recuperação do crédito. O Banco Guanabara S/A, tem por objetivo manter controle do risco de crédito em níveis determinados pela diretoria através do apetite a riscos estabelecidos de acordo com as características de nicho no qual está inserido. Risco de Liquidez - É gerenciado através da análise de projeção do fluxo de caixa, contemplando os cenários econômicos e financeiros, situação "normal e estresse". Além disso, os procedimentos adotados permitem identificar a ocorrência de desequilíbrio entre os pagamentos e os recebimentos, que possam afetar significativamente a liquidez do Banco, levando em consideração os ativos negociáveis, projeção de taxas de juros e prazos; e Risco Operacional - O gerenciamento do Risco Operacional está sob a responsabilidade do departamento de Controladora e Gestão de Riscos. Visando atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, constantemente são implementadas políticas e procedimentos adequados à nossa estrutura. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Guanabara S.A. está disponível em nosso site. **16 - Gestão de Capital (Controladora e consolidado).** O gerenciamento de capital é efetuado através de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição em consonância com os riscos a que está exposto, além de uma elaboração de metas, considerando os objetivos estratégicos do Banco. O Banco Guanabara S.A. efetua esse gerenciamento de forma prospectiva, ou seja, avaliando e preparando-se para possíveis perdas inesperadas de capital em decorrência de condições atípicas e/ou adversas de mercado. **17 - Ouvidoria.** Em conformidade a Resolução CMN nº 4.860/20 e disposições complementares que visam assegurar a observância das normas regulamentares dos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as Instituições e seus clientes, o Banco Guanabara possui sua área de Ouvidoria que pode ser acessada pelo número 0800-2822561, ou através do e-mail: ouvidoria@bancoguanabara.com.br. **18 - Cobertura de Seguros (Controladora e consolidado) (Não Auditado).** Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

7 - Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (Controladora e consolidado). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, com base na classificação do cliente nos níveis de riscos definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. **a) Distribuição do nível de risco da carteira de operações de crédito e constituição da provisão para devedores duvidosos:**

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira		% Distribuição	Provisão
		31.12.2022	31.12.2021		
A	0,50%	42.039	42.039	5,11%	210
B	1,00%	522.331	522.331	63,52%	5.223
C	3,00%	168.754	168.754	20,52%	5.063
D	10,00%	65.062	65.062	7,91%	6.506
E	30,00%	2.499	2.499	0,30%	750
F	50,00%	137	137	0,02%	68
G	70,00%	-	-	-	-
H	100,00%	21.547	21.547	2,62%	21.547
Total		822.369	822.369	100,00%	39.367

10 - Intangível (controlada e controladora)

Descrição	Taxa de depreciação/amortização (a.a)		Adições/transfêrências	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo intangível				
Direito de uso	-	94	-	94
Equipamento de uso	-	3.103	63	3.166
Direito de uso I	-	5	-	5
Software	-	1.185	-	1.185
Licença	-	93	9	102
Total	-	4.481	72	4.552

Amortização acumulada:

	31.12.2022	31.12.2021		
Amortiz. de equipamentos	10%	(2.569)	(206)	(2.775)
Amortiz. de ativo intangível a partir 1º out	10%	(653)	(164)	(817)
Amortiz. Outros ativos intang licença	10%	(94)	(4)	(97)
Total		(3.316)	(374)	(3.689)

11 - Depósitos e Recursos de Emissão de Títulos

a) A carteira estava assim constituída:

Depósitos	Controladora				
	Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos
A vista	63.395	-	-	-	-
A prazo	-	28.160	96.866	715.724	-
Total	63.395	28.160	96.866	715.724	-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores do Banco Guanabara S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do Banco Guanabara S.A. ("Banco"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Guanabara S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.

DIRETORIA EXECUTIVA
Pedro Aurélio Barata de Miranda Lins - Diretor Presidente
Antonio Padua Arantes - Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL
Ivan Sousa de Moraes - Contador - CRCRJ Nº. 062.649/O-7

BKR - Lopes, Machado Auditores
 Auditors, Consultants & Business Advisers
 CRC-RJ/2028/O-5

BKR
 Independent Member of

Mário Vieira Lopes
 Contador - CRC-RJ 060.611/O-0

VIBRA
Vibra Energia S.A.
 CNPJ 34.274.233/0001-02 - NIRE: 33300013920

CARTA DE RENÚNCIA

A Vibra Energia S.A. informa que em 9 de fevereiro de 2023 recebeu a carta de renúncia da Senhora **Ana Amélia Campos Toni** ao cargo de **Membro do Conselho de Administração** da Companhia, com registro na JUCERJA nº 00005341456 em 27/02/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO SERRANO
 CNPJ 28.640.225/0001-21
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Senhor Presidente do Conselho Diretor, **Sandro da Silva Avelar**, do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano, conforme determina o artigo 32, "C" c/c artigo 31, II, alíneas "I" do Estatuto Social, convoca o corpo social apto a participar de assembleia geral extraordinária do **GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO SERRANO**, conforme determina o art. 20 c/c art. 10, alíneas "A" e "E" e parágrafo oitavo do Estatuto Social, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** a realizar-se na Avenida Ministro Edgar Romero 114, Madureira, Rio de Janeiro, no dia 15 de março de 2023, às 19 horas em primeira convocação e às 20 horas em segunda convocação, obedecendo ambas ao quorum estatutário, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: 1) Antecipações das Eleições para o triênio 2023/2026; 2) Aprovações das contas do Conselho Diretor, triênio 2020/2023; 3) Assuntos Gerais. **Rio de Janeiro, 03 de março de 2023. Sandro da Silva Avelar** Presidente do Conselho Diretor G.R.E.S. Império Serrano.

COVELI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
 CNPJ nº 33.927.419/0001-42 - NIRE: 33.200.12221-2

Reunião de Sócios - Edital de Convocação. Na forma dos artigos 1.072, 1.074 e 1.152, §3º, do Código Civil, ficam convocados os senhores sócios da **COVELI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** ("Sociedade") a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 13 de março de 2023, às 9:00h, na sala de reuniões do escritório da Sociedade, localizada na Av. João Cabral de Melo Neto, 850, Bl 02, RJ, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo 3/4 do capital social, e em 2ª convocação, às 9:15h, com qualquer número, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: - Alteração do endereço da filial da Sociedade localizada no Espírito Santo para a seguinte localidade: Av. Setecentos, s/n, Galpões 8 e 12, sala 8, ES, conforme minuta de alteração do contrato social circulada aos sócios por e-mail; - Designação/eleição dos administradores não sócios **LUIZ WAGNER DOS SANTOS ARAÚJO** e **MARILANDES OLÍMPIA DA SILVA**, para representação da sociedade em todos os fins de direito, sempre de forma conjunta. Rio de Janeiro, 02 de março de

PSLMPAR PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ: 21.566.362/0001-14

Balço Patrimonial em 31/12/2022 e 2021			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2022 e 2021				
	31/12/2022	31/12/2021	Capital Social	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros Especial	Reserva Legal	Total
Ativo			10.102.989,18	-	1.842.593,22	751.649,46	12.697.231,86
Circulante	6.303.193,44	2.541.151,77					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.276.334,80	2.531.173,72		2.645.282,80	-	-	2.645.282,80
Impostos a Recuperar	26.858,64	9.978,05		(132.264,14)	-	132.264,14	-
Ativo Não Circulante	13.715.490,96	12.766.936,78			2.354.301,69		
Investimentos	13.715.490,96	12.923.713,56		(158.716,97)	-	-	(158.716,97)
Total do Ativo	20.018.684,40	15.464.865,33					
Passivo							
Circulante	6.042.459,79	281.067,64					
Impostos e contribuições	42.459,79	292,17		7.011.651,45	-	-	7.011.651,45
Dividendos a Pagar	6.000.000,00	280.775,47		(350.582,57)	-	350.582,57	-
Patrimônio Líquido	13.976.224,61	15.183.797,69			6.240.369,79		
Capital Social	10.102.989,18	10.102.989,18			(5.579.300,91)	-	(6.000.000,00)
Reserva de Legal	1.234.496,17	883.913,60			(2.219.224,53)	-	(2.219.224,53)
Reserva de Lucros a Realizar	2.638.739,26	4.196.894,91			2.638.739,26		2.638.739,26
Total do Passivo	20.018.684,40	15.464.865,33					
Demonstrações do Resultado em 31/12/2022 e 2021			Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2022 e 2021				
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Despesas Operacionais e Administrativas	(11.500,00)	(12.996,15)	7.011.651,45	2.645.282,80	7.011.651,45	2.645.282,80	
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.791.777,40	2.656.776,78					
Resultado financeiro líquido	317.468,30	1.975,26					
Lucro antes dos impostos	7.097.745,70	2.645.755,89					
Imposto de Renda e Contribuição Social	(86.094,25)	(473,09)					
Lucro líquido do exercício	7.011.651,45	2.645.282,80					
Lucro líquido por ação - R\$	0,69	0,26					
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.791.777,40	2.656.776,78					
Resultado financeiro líquido	317.468,30	1.975,26					
Lucro antes dos impostos	7.097.745,70	2.645.755,89					
Imposto de Renda e Contribuição Social	(86.094,25)	(473,09)					
Lucro líquido do exercício	7.011.651,45	2.645.282,80					
Lucro líquido por ação - R\$	0,69	0,26					
Despesas Operacionais e Administrativas	(11.500,00)	(12.996,15)					
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.791.777,40	2.656.776,78					
Resultado financeiro líquido	317.468,30	1.975,26					
Lucro antes dos impostos	7.097.745,70	2.645.755,89					
Imposto de Renda e Contribuição Social	(86.094,25)	(473,09)					
Lucro líquido do exercício	7.011.651,45	2.645.282,80					
Lucro líquido por ação - R\$	0,69	0,26					
Despesas Operacionais e Administrativas	(11.500,00)	(12.996,15)					
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.791.777,40	2.656.776,78					
Resultado financeiro líquido	317.468,30	1.975,26					
Lucro antes dos impostos	7.097.745,70	2.645.755,89					
Imposto de Renda e Contribuição Social	(86.094,25)	(473,09)					
Lucro líquido do exercício	7.011.651,45	2.645.282,80					
Lucro líquido por ação - R\$	0,69	0,26					

Teixeira Contadores - CRC-RJ 002483/O.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA
CNPJ/MF nº 00.974.211/0001-25 - NIRE 3.330.016.238-1
CÓDIGO CVM 24937
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CANCELAMENTO DA CONVOCAÇÃO, PUBLICADA EM 7 DE FEVEREIRO, E RERRATIFICADA EM 13, 14 E 15 DE FEVEREIRO DE 2023, PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA SEGUNDA EMISSÃO PRIVADA DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA LINHA AMARELA S.A. - LAMSA. 1. Fica, desde já, cancelada a convocação, publicada neste jornal no dia 7 de fevereiro, e rerratificada nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro, da Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da Segunda Emissão Privada de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da LINHA AMARELA S.A. - LAMSA ("Debenturistas" "Emissão" e "Emissora", respectivamente), que se realizaria, nos termos das cláusulas 10.1.1 e 10.1.2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Privada de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da LINHA AMARELA S.A. - LAMSA, celebrada em 04 de maio de 2012, entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em tempos ("Escritura de Emissão"), em primeira convocação, no dia **06 de março de 2023, às 15:00 horas**, na sede social da Emissora na Av. Carlos Lacerda, s/n, Praça do Pedágio, CEP 20745-150, Água Santa, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a qual teria como objeto a seguinte Ordem do Dia: i) Não declaração do vencimento antecipado da Emissão, nos termos da cláusula 7.1, item (j) da Escritura de Emissão, tendo em vista o término do prazo concedido na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 01 de agosto de 2022 ("AGD 01.08.2022"), para o afastamento dos efeitos da redução na classificação do risco (*rating*) da Emissão emitida pela Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda.; ii) Em caso de aprovação do item (i) acima, deliberar sobre a alteração da cláusula 7.1, item (j), a fim de modificar o *rating* mínimo da Emissão, nos termos da proposta enviada no dia 26 de janeiro pela Emissora ao Debenturista; iii) Em caso de não aprovação do item (ii) acima, deliberar sobre a prorrogação da suspensão dos efeitos da cláusula 7.1, item (j) da Emissão, nos termos da proposta enviada no dia 30 de janeiro de 2023 pela Emissora ao Debenturista; e iv) Autorizar o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, a celebrar todos os documentos e realizar demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da presente assembleia geral. A Emissora informa que deliberará acerca do descumprimento informado no item (i) acima junto ao Debenturista e o Agente Fiduciário de forma oportuna e na sequência. A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no interm da presente convocação e da AGD. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.
LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

RIO DE JANEIRO/RJ
EDITAL ÚNICO DE LEILÃO
Edital Especial Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX
Lei nº 9.514/97 e MP nº 2.223/01

PAULO ROBERTO ALVES BOTELHO, Leiloeiro Oficial, inscrito na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob a matrícula JUCERJA nº 62, devidamente autorizado pela proprietária Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, CNPJ/MF nº 00.655.522/0001-21, com endereço à Av. Duque de Caxias, s/nº, SMU, Brasília/DF, CEP: 70.630-902, tendo havido inadimplência de obrigações contratuais, garantidas pela alienação fiduciária dos imóveis abaixo relacionados e consolidada a posse dos mesmos ao credor fiduciário, pelo cumprimento do art. 26 da Lei. 9.514/97 e cumprindo o disposto no art. 27 da mesma lei, torna público que colocará a **Venda em Leilão Público, o seguinte bem imóvel:**
Imóvel: APARTAMENTO 204 do Bloco 2, do edifício situado na RUA TEIXEIRA FRANCO Nº 102, com direito a uma vaga de garagem , e sua correspondente fração ideal de 1/108, do respectivo terreno, que mede na totalidade: 9,97m de frente, à direita em 4 segmentos de: a)33,00m junto à Rua Teixeira Franco nº 104; b) 7,65m junto ao mesmo terreno da Rua Teixeira Franco nº 104; c) 10,89m junto ao terreno da Rua Teixeira Franco nº 106; d) 68,20m junto aos terrenos da Rua Teixeira Franco nº 108 e da Rua Itajubarana nºs 54, 66, 78 e 92, à esquerda 100,50m, junto à Rua Teixeira Franco nº 96, e nos fundos 29,29m junto aos terrenos da Rua Itajubarana nº 92 e da Rua Professor Lacé nº 417. Tudo de conformidade com a Matrícula nº 60.932-A do Cartório do Sexto Serviço Registral de Imóveis - Castelo/RJ.

Anterior adquirente fiduciante (ex-mutatório): Sra. **FERNANDA GALDINO BARBOSA RIVERO**, militar, CI nº 10.608.025-2 DETRAN/RJ, expedida em 30/03/2006, CPF nº 084.208.927-69, filha de José André Barbosa e Lindalva Galdino Barbosa, e seu esposo **LEONARDO RIVERO RIVERO**, supervisor de vendas, CI nº 09.914.614-4 IFR/RJ, expedida em 09/04/1991, CPF nº 029.269.477-63, filho de João Rívoro Rívoro e Maria Lucia Alves de Menezes Rívoro, Brasileiros, casados pelo regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, realizado em 15/06/202, residentes e domiciliados na Rua Teixeira Franco, Nº 102, Bloco 2 APT 204, RAMOS, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP:21060130.

1º leilão valor mínimo de venda: R\$228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), 2º leilão valor mínimo de venda: R\$300.519,60 (Trezentos mil, quinhentos e dezesseis reais e sessenta centavos), acrescidos de atualização até a data do leilão.

Dados dos leilões Públicos: 1º Leilão Público dia 17/03/2023, 2º Leilão Público dia 24/03/2023, ambos os leilões serão às 11:00 horas.

Local: Os leilões serão realizados exclusivamente ONLINE no site do leiloeiro: <https://www.paulobotelholleiloeiro.com.br/>

Condições do leilão: a) o arrematante pagará no ato (A VISTA) o valor do arremate acrescido da comissão do leiloeiro (5%); b) o imóvel é vendido no estado em que se encontra, de: legalização, manutenção, conservação e ocupação; c) cabem ao arrematante às providências e despesas de transferência de propriedade e registro em Cartório, assim como de quaisquer débitos inclusive junto a Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Condomínio. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

Observação: Qualquer que seja o resultado dos leilões ficará extinta a dívida decorrente da operação de alienação fiduciária com o anterior adquirente fiduciante, observando o disposto no art. 27 e parágrafos da Lei 9.514/97.

Informações com o Leiloeiro: Avenida Rio Branco, 151 grupo 502 Centro - Rio de Janeiro - RJ, (21) 2508-7007 / (21) 2509-2147, (21) 98562-9550, paulobotelholleiloeiro@gmail.com.

N&N Assessoria e Consultoria Empresarial SS LTDA 61-3223-2205 ou 61-9.8434-4438 e com a POUPEX 61-3314-7753.

Rio de Janeiro/RJ, 15 de fevereiro de 2023.
PAULO ROBERTO ALVES BOTELHO
LEILOEIRO

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS O MM JUIZ DE DIREITO, DR.(A) CRISTINA DE ARAUJO GOES LAJCHTER - JUIZ TITULAR DO CARTÓRIO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Dr. Mário Guimarães, 968 CEP: 26255-230 - da Luz - Nova Iguaçu - RJ e-mail: nig06vnciv@trj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária, de nº 0094195-96.2016.8.19.0038, movida por **BANCO ITAUCARD S/A** em face de **LENIC PEREIRA DA SILVA**, objetivando Citar o réu... Assim, pelo presente edital CITA o réu **LENIC PEREIRA DA SILVA**, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Nova Iguaçu, Vinte e três de agosto de dois mil e vinte e dois. Eu, Giovana Milene dos Santos Lima - Estagiário - Matr. 12000034540, digitei. E eu, Benjamin Peixoto Esmeraldino - Chefe de Serventia - Matr. 01/23853, o subscrevo.

SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF nº 03.979.930/0001-27 NIRE 3330026623-2 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2023. Data, Hora e Local: Em 07.02.2023, às 13h, por meio de videoconferência. **Presenças:** Única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa Diretora:** Presidente: Reinaldo Amorim Lopes Secretária: Fernanda Bezerra **Ordem do Dia e Deliberações:** I. Aprovada a destituição, a partir desta data, do Sr. **Ricardo Bottas Dourado dos Santos**, do cargo de Diretor Presidente da Companhia; da Sra. **Patrícia Quirico Coimbra**, do cargo de Vice-Presidente da Companhia; e do Sr. **Alessandro Vicente Cogliatti**, do cargo de Diretor sem designação especial da Companhia; II. Aprovada a extinção do cargo de Diretor Presidente da Companhia. III. Aprovada a extinção do cargo de Vice-Presidente da Companhia, com o consequente remanejamento dos Srs. **Igohr Schultz** e **Reinaldo Amorim Lopes** para os cargos de Diretores sem designação especial da Companhia. IV. Consignar que, diante das deliberações constantes nos itens acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: (i) **Diretores sem designação especial:** Fernanda Ramos Dantas, Gustavo Kohn Giometti, Igohr Schultz e Reinaldo Amorim Lopes. V. Em decorrência das mudanças na administração da Companhia aprovadas nos itens II e III acima, aprovar a alteração dos artigos 7º, 9º e 11 do Estatuto Social da Companhia, os quais passam a vigorar de acordo com a redação abaixo, e a exclusão do artigo 12, renumerando-se as seções e os artigos subsequentes do Estatuto Social da Companhia. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral poderá ser convocada por quaisquer 2 (dois) Diretores ou pelos acionistas. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral será presidida por um Diretor e, na ausência deste, pelo acionista que a Assembleia Geral designar. Para compor a mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia, o presidente convidará um acionista entre os presentes ou advogado para atuar como secretário. **Artigo 9º:** A Diretoria será composta por 2 (dois) e 20 (vinte) Diretores, todos pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para um mandato de 01 (um) ano, admitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. **Parágrafo Segundo.** Além da remuneração de que trata o parágrafo primeiro acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do art. 21 deste Estatuto e observado o disposto no artigo 152 parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. **Parágrafo Quarto.** No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor ausente ou impedido temporariamente indicará, dentre os membros da Diretoria, aquele que o substituirá. **Parágrafo Quinto.** No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazer-lo quando se tratar de recomposição do número mínimo de membros da Diretoria, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. **Artigo 11.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes. VIII. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que constitui o Anexo I desta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2023. **Assinaturas:** Reinaldo Amorim Lopes, Presidente da Assembleia; Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. Acionista: Rede D'Or São Luiz S.A., por seu Diretor Mauro Teixeira Sampaio. JUCERJA nº 00005348838 em 01/03/2023. Secretário Geral Jorge Paulo Magdalenô Filho. **ANEXO I SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** CNPJ/ME nº 03.979.930/0001-27 NIRE 3330026623-2 ESTATUTO SOCIAL CAPÍTULO I Denominação, Sede, Objeto e Duração **Artigo 1º.** A Companhia denominar-se-á SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., e se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo criar, manter, encerrar e suprimir agências, filiais, sucursais e escritórios no Brasil e no exterior, por deliberação da Diretoria, satisfazidas as formalidades legais. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades mercantis ou civis, notadamente na área de seguros, bem como a realização de empreendimentos e a prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II Capital Social Artigo 5º.** O capital da Companhia é de R\$1.231.056.267,53 (um bilhão, duzentos e trinta e um milhões, cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos), dividido em 3.763 (três mil, setecentos e sessenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º.** A cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III Assembleias Gerais Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral poderá ser convocada por quaisquer 2 (dois) Diretores ou pelos acionistas. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral será presidida por um Diretor e, na ausência deste, pelo acionista que a Assembleia Geral designar. Para compor a mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia, o presidente convidará um acionista entre os presentes ou advogado para atuar como secretário. **Artigo 8º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, por procurador, constituído a menos de um ano, que seja acionista, advogado, representante de instituição financeira ou administrador de fundos de investimento, e por seus representantes legais, ou, ainda, por administrador da Companhia, com a restrição contida no parágrafo 1º, *in fine*, do art. 134 da Lei nº 6.404/76. **CAPÍTULO IV SEÇÃO I Administração Artigo 9º.** A Diretoria será composta por 2 (dois) a 20 (vinte) Diretores, todos pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para um mandato de 01 (um) ano, admitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. **Parágrafo Segundo.** Além da remuneração de que trata o parágrafo primeiro acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do art. 21 deste Estatuto e observado o disposto no artigo 152 parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. **Parágrafo Quarto.** No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor ausente ou impedido temporariamente indicará, dentre os membros da Diretoria, aquele que o substituirá. **Parágrafo Quinto.** No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazer-lo quando se tratar de recomposição do número mínimo de membros da Diretoria, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. **Artigo 10.** A Diretoria, quando em reunião conjunta de seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral. Desta forma, compete a Diretoria, dentre outros assuntos: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. aprovar o orçamento geral e anual da Companhia; III. autorizar a aquisição, doação, alienação e oneração de bens imóveis, constituição de ônus reais, sobre os mesmos, bem como a cessão de direitos reais, ou a renúncia de direitos, dos quais a Companhia seja titular; IV. aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia, fixar os níveis de vencimentos, salários e outras vantagens dos empregados, podendo cometer a um dos Diretores quaisquer dessas atribuições; e V. decidir sobre a abertura e encerramento de filiais, sucursais e agências dentro e fora do país. **Artigo 11.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes. **Artigo 12.** A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em

ambos os casos agindo em conjunto, exceto nas hipóteses mencionadas nos Parágrafos Primeiro e Segundo abaixo. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, na prática dos seguintes atos: I. representação da Companhia em atos relacionados à demissão e à admissão de empregados, realização de anotações em carteiros de trabalho e na contratação de estagiários e aprendizes; e II. celebração de contratos de câmbio e realização de operações de pagamento, cadastro, e outras transações de natureza bancária, realizadas com instituições financeiras, por meio de internet ou carta, de acordo com a política de alçadas da Companhia, aprovada pela Diretoria. **Parágrafo Segundo.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, na prática dos seguintes atos: I. representação ativa e passiva da Companhia perante órgãos e entes da Administração Pública federal, estadual e municipal, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; II. representação da Companhia na qualidade de acionista ou quotista, em assembleias gerais de sociedades nas quais participe; e III. representação da Companhia em juízo. **Parágrafo Terceiro.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, devendo especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações ad judicium e para a defesa de processos administrativos, todas as demais deverão ser limitadas ao prazo de 1 (um) ano. As procurações outorgadas a empregados da Companhia serão automaticamente revogadas com o término dos seus respectivos contratos de trabalho. **Parágrafo Quarto.** É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia. **SEÇÃO III Responsabilidade dos Administradores Artigo 13.** Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros, pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto. **Artigo 14.** A Companhia assegurará aos Diretores e Conselheiros Fiscais, caso o Conselho Fiscal seja instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos. **Parágrafo Primeiro.** A garantia de defesa será assegurada mesmo após os administradores terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função. **Parágrafo Segundo.** A Companhia e o administrador interessado deverão escolher em conjunto o responsável pela defesa dos interesses do último, podendo a mesma ser patrocinada pelos advogados integrantes do quadro funcional da Companhia, desde que não haja conflito de interesses. **Parágrafo Terceiro.** Além da defesa jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo Quarto.** O administrador que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social. **CAPÍTULO V Conselho Fiscal Artigo 15.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes, mas seu funcionamento não será permanente. **Artigo 16.** O Conselho Fiscal só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações da Companhia. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral de que trata este artigo elegerá os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e seu período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. **Artigo 17.** Os membros do Conselho Fiscal terão a competência fixada pela lei e a sua remuneração será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observados os limites mínimos legais. **CAPÍTULO VI Exercício Social, Lucros e Dividendos Artigo 18.** O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo a Companhia elaborar as demonstrações financeiras de que tratam o artigo 176 da Lei nº 6.404/76 ao fim de cada ano, podendo ser levantados balanços em períodos menores observados os critérios da regulamentação em vigor. **Parágrafo Primeiro.** A Diretoria poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório a ser distribuído pela Companhia, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais. **Parágrafo Segundo.** A Diretoria também poderá deliberar por creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório a ser distribuído pela Companhia, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais. **Artigo 19.** Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, do resultado do exercício, apurado após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de Renda, a Assembleia Geral, observadas as disposições legais vigentes, poderá autorizar o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma: I. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até que atinja 20% (vinte por cento) deste; II. o necessário, quando for o caso, para constituição de reservas para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76; III. o necessário para a eventual constituição de reserva dos lucros a realizar, nos termos do art. 197 da Lei nº 6.404/76; IV. o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias; V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei 6404/76, e que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido o limite estabelecido no art. 199 da Lei 6404/76, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: (a) para capitalização; ou (b) para distribuição de dividendos aos acionistas. **Artigo 20.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas um dividendo obrigatório igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 21.** A participação dos Diretores nos lucros, dentro dos limites legais, só poderá ser paga depois de distribuído o dividendo de que trata o artigo antecedente. **Artigo 22.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **CAPÍTULO VII Liquidação Artigo 23.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. **CAPÍTULO VIII Acordo de Acionistas Artigo 24.** Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de

SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/ME nº 92.664.937/0001-80 - NIRE 3330026558-9. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2023.** Data, Hora e Local: Em 07.02.2023, às 12h, por meio de videoconferência. **Presenças:** Única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa Diretora:** Presidente: Reinaldo Amorim Lopes; Secretária: Fernanda Bezerra. **Ordem do Dia e Deliberações:** Aprovadas pela única acionista da Companhia, sem quaisquer emendas ou ressalvas. I. Aprovar a destituição, a partir desta data, dos seguintes membros da Diretoria da Companhia: (i) **Raquel Reis Correa**, destituição do cargo de Diretora Presidente; (ii) **Patrícia Quirico Coimbra**, destituição do cargo de Diretora Vice-Presidente; e (iii) **Alessandro Vicente Cogliatti**, destituição do cargo de Diretor sem designação especial; II. Aprovar a extinção do cargo de Diretor Presidente da Companhia, bem como da possibilidade de a assembleia atribuir a membros da diretoria a função de Vice-Presidente da Companhia; III. Em decorrência das deliberações constantes no item IV acima, aprovar a exclusão dos Parágrafos 1º e 6º do artigo 9º e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, bem como as seguintes alterações no artigo 9º e 11, que passam a ter a seguinte redação: **"Art. 9º. A companhia será administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 20 (vinte) membros, todos sem designação especial, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. §1º. A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. §2º. Além da remuneração de que trata o parágrafo segundo acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do art. 18 deste Estatuto e observado o disposto no art. 152 §§1º e 2º da Lei nº 6.404/76. §3º. Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. §4º. O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. §5º. No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo quando se tratar de recomposição do número mínimo de membros da Diretoria, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias."** **Art. 11. A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos diretores presentes à reunião.** IV. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia que constitui o Anexo I desta ata; V. Remanejar, diante do exposto no item IV, os Srs. **Igohr Schultz** e **Reinaldo Amorim Lopes** do cargo de Diretor Vice-Presidente para o cargo de Diretor sem designação especial da Companhia; e, VI. Consignar que, diante da deliberação constante nos itens acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: **Diretores, sem designação especial:** Fernanda Ramos Dantas, Gustavo Kohn Giometti, Igohr Schultz e Reinaldo Amorim Lopes. **Documento anexo:** Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2023. **Assinaturas:** Reinaldo Amorim Lopes, Presidente da Assembleia, Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. **Acionistas:** Sul América Companhia de Seguro Saúde, por sua procuradora Fernanda Bezerra, advogada. JUCERJA nº 00005351405 em 02/03/2023. Secretário Geral: Jorge Paulo Magalhães Filho. **SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.** CNPJ/ME nº 92.664.937/0001-80 - NIRE 3330026558-9 - **ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art. 1º. SUL AMÉRICA SANTA CRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.** é uma sociedade anônima e se regerá pelo presente estatuto e dispositivos legais aplicáveis. **Art. 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo criar, manter, encerrar e suprimir agências, filiais, sucursais e escritórios no Brasil e ou no exterior por deliberação da Diretoria, satisfeitas as formalidades legais. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto a participação exclusiva em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - Capital e Ações. Art. 5º.** O capital da Companhia é de R\$1.415.094.176,91 (um bilhão, quatrocentos e quinze milhões, noventa e quatro mil, cento e setenta e seis reais e noventa e um centavos) dividido em 20.223 (vinte mil e duzentas e vinte e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Art. 6º.** A cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III - Assembleias Gerais. Art. 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária, sendo presidida por um diretor e secretariada por um dos acionistas presentes ou advogado escolhido pelo referido presidente. **Art. 8º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, por procurador, constituído a menos de um ano, que seja acionista, advogado, representante de instituição financeira ou administrador de fundos de investimento, e por seus representantes legais, ou ainda, por administrador da Companhia, com a restrição contida no parágrafo 1º, *in fine* do art. 134, da Lei nº 6.404/76. **CAPÍTULO IV - Administração. Art. 9º.** A companhia será administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 20 (vinte) membros, todos sem designação especial, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. **§1º.** A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. **§2º.** Além da remuneração de que trata o parágrafo segundo acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do art. 17 deste Estatuto Social e observado o disposto no art. 152 §§1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **§3º.** Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos. **§4º.** O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **§5º.** No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. **Art. 10.** A Diretoria, quando em reunião conjunta de seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no Estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral. Desta forma, compete a Diretoria, dentre outros assuntos: I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. Aprovar o orçamento geral anual da Companhia; III. Aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia, fixar os níveis de vencimentos, salários e outras vantagens dos empregados, podendo cometer a um dos Diretores quaisquer dessas atribuições; IV. Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; V. Autorizar a aquisição, doação, alienação e oneração de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais, sobre os mesmos, bem como a cessão de direitos reais, ou a renúncia de direitos, dos quais a Companhia seja titular; VI. Decidir sobre a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, agências e escritórios dentro e fora do país. **Art. 11.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos diretores presentes à reunião. **Art. 12.** A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em ambos os casos agindo em conjunto, exceto nas hipóteses mencionadas nos §§ 1º e 2º abaixo. **§1º.** A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, na prática dos seguintes atos: I. representação da Companhia em atos relacionados à demissão e à admissão de empregados, realização de anotações em carteiras de trabalho e na contratação de estagiários e aprendizes; e II. celebração de contratos de câmbio e realização de operações de pagamento, cadastro, e outras transações de natureza bancária, realizadas com instituições financeiras, por meio de internet ou carta, de acordo com a política de alçadas da Companhia, aprovada pela Diretoria. **§2º.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, na prática dos seguintes atos: I. representação ativa e passiva da Companhia perante órgãos e entes da Administração Pública federal, estadual e municipal, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; II. representação da Companhia na qualidade de acionista ou quotista, em assembleias gerais de sociedades nas quais participe; e III. representação da Companhia em juízo. **§3º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, devendo especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações ad judicia e para a defesa de processos administrativos, todas as demais deverão ser limitadas ao prazo de 1 (um) ano. As procurações outorgadas a empregados da Companhia serão automaticamente revogadas com o término dos seus respectivos contratos de trabalho. **§4º.** É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia. **SEÇÃO I - Responsabilidade dos Administradores. Art. 13.** Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros, pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto. **Art. 14.** A Companhia assegurará aos Diretores e Conselheiros Fiscais, caso instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos. **§1º.** A garantia de defesa será assegurada mesmo após os administradores terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função. **§2º.** A Companhia e o administrador interessado deverão escolher em conjunto o responsável pela defesa dos interesses do último, podendo a mesma ser patrocinada pelos advogados integrantes do quadro funcional da Companhia, desde que não haja conflito de interesses. **§3º.** Além da defesa técnica jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **§4º.** O administrador que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social. **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal. Art. 15.** A Companhia terá um Conselho Fiscal que não terá caráter permanente e somente será instalado por solicitação dos acionistas na forma da lei. **§1º.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§2º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais. **§3º.** O Conselho Fiscal tem a competência prevista na Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 10.303/01. **§4º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lavradas no livro próprio. **§5º.** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão o cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição e poderão ser reeleitos. **CAPÍTULO VI - Exercício Social, Lucros e Dividendos. Art. 16.** O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo a Companhia elaborar as demonstrações financeiras de que tratam o art. 176 da Lei nº 6.404/76 ao fim de cada ano, podendo ser levantados balanços em períodos menores observados os critérios da regulamentação em vigor. **§1º.** A Diretoria poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório a ser distribuído pela Companhia, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais. **§2º.** A Diretoria também poderá deliberar por crédito ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório a ser distribuído pela Companhia, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais. **Art. 17.** Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e, observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma: I. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até o limite de 20% (vinte por cento) deste; II. o necessário, quando for o caso, para constituição de reservas para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76; III. o necessário para a eventual constituição de reserva dos lucros a realizar, nos termos do art. 197 da Lei nº 6.404/76; IV. o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias; V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% (setenta e um virgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76, e que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo único.** O saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais não poderá ultrapassar o capital social. A Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento de capital ou distribuição de dividendos aos acionistas. **Art. 18.** Ressaltadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas um dividendo obrigatório igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **Art. 19.** Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório. **Art. 20.** O dividendo deverá ser pago, salvo a deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **CAPÍTULO VII - Acordo de Acionistas. Art. 21.** Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam entre outras pactuações, cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração. **Parágrafo Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou pelo conselheiro em contrariedade com os termos de tais acordos, ou ainda, no caso de ausência ou abstenção de acionistas ou conselheiros, os outros acionistas prejudicados ou conselheiros eleitos pelos acionistas prejudicados poderão votar com as ações ou votos pertencentes aos acionistas ou conselheiros ausentes ou omissos, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01. **CAPÍTULO VIII - Liquidação. Art. 22.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que nomeará o liquidante. (Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de fevereiro de 2023.)

ENTREVISTA JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO

Presidente do CFM afirma que cobrar uso de máscara na aviação seria contradição

Pouco antes do carnaval, o Conselho Federal de Medicina (CFM) pediu à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que suspendesse a obrigatoriedade do uso de máscaras em aeroportos e aeronaves como forma de prevenção à covid-19. Para fazer o pedido, o CFM se baseou em uma revisão de estudos internacionais publicada na Cochrane Library, cuja principal conclusão é que a proteção facial não teria impacto significativo. Embora cientistas brasileiros tenham apontado fragilidades no estudo e questionado os resultados, a Anvisa decidiu suspender a obrigatoriedade em reunião realizada na manhã de quarta-feira, 1º. Em entrevista, o presidente do CFM, José Hiran da Silva Gallo, falou sobre a medida.

Como o senhor viu a decisão da Anvisa de suspender a obrigatoriedade do uso de máscaras em aviões e aeroportos?

Encarei a decisão com naturalidade. O CFM é uma autarquia pública que tem como missão defender os interesses da sociedade e para tanto ampara suas decisões em evidências técnicas e científicas. Ao encaminhar o levantamento que foi feito com base em estudos internacionais sobre o uso de máscaras em aeronaves e aeroportos, teve apenas o intuito de contribuir com reflexões a partir de indícios que mereciam um olhar mais aprofundado. Chamou nossa atenção o fato de que às vésperas do carnaval a exigência da máscara não ocorria em shows e aglomerações, o que seria uma contradição diante do fato de que o CFM age em favor da ciência, da saúde, da medicina. Foi dentro desse espectro que foram encaminhadas essas contribuições que foram acolhidas pela Anvisa. Tenho certeza de que, se a agência não considerasse os documentos arrolados como pertinentes, nada teria mudado.

O CFM havia enviado à Anvisa um ofício em que defendia essa suspensão, baseada em diversos estudos, entre eles uma grande revisão de trabalhos publicada na Cochrane. Especialistas como Margaret Dalcolmo e Julio Croda, expoentes no combate à covid, fizeram duras críticas a esse estudo. Como o senhor responde a essas críticas?

No mundo da avaliação de artigos, divergências de opinião ocorrem com frequência. Há a necessidade de avaliar o desenho do estudo. A contraposição

de ideias é natural e saudável, devendo ocorrer num ambiente respeitoso, sem agressões ou tentativas de diminuir opiniões divergentes. Afinal, nada é absoluto. Nesse episódio, o que deve ficar claro é que o CFM é uma instância com amparo legal e representatividade para se apresentar no debate público de forma isenta, com subsídios do pedido, o CFM se baseou em uma revisão de estudos internacionais publicada na Cochrane Library, cuja principal conclusão é que a proteção facial não teria impacto significativo. Embora cientistas brasileiros tenham apontado fragilidades no estudo e questionado os resultados, a Anvisa decidiu suspender a obrigatoriedade em reunião realizada na manhã de quarta-feira, 1º. Em entrevista, o presidente do CFM, José Hiran da Silva Gallo, falou sobre a medida.

A suspensão da obrigatoriedade das máscaras em aviões e aeroportos não pode passar a ideia errada de que a pandemia já está superada? A OMS não declarou o fim da pandemia e continua, inclusive, recomendando o uso de máscaras em aeroportos e aviões

Vivemos num mundo onde as relações sociais, a ciência e a tecnologia estão em constante evolução. Como cidadãos e médicos, devemos ter isso em mente e entender que mudanças de critérios podem ocorrer a qualquer momento. No caso, a decisão da Anvisa, ancorada em evidências científicas, somente testemunha a necessidade de entendermos que precisamos acompanhar essa evolução. Além disso, não tenho dúvidas de que o CFM, a Anvisa e outras instâncias estão atentas ao que vem ocorrendo no mundo e poderão sinalizar com a retomada de medidas restritivas se considerarem necessário. Até lá, devemos investir em ferramentas de vigilância, em mais pesquisas, no desenvolvimento de medicamentos e no fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde: essas são as ações que efetivamente vão proteger a população mundial da covid-19 ou de qualquer outra epidemia ou pandemia que venha a ocorrer.

Durante o auge da pandemia, outra questão provocou grande polêmica: a autonomia médica e a prescrição da cloroquina. Como o senhor se posiciona em relação a esses dois tópicos?

Em primeiro lugar, com relação à prescrição da cloroquina ocorrem com frequência. Há a necessidade de avaliar o desenho do estudo. A contraposição

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS O MM JUIZ DE DIREITO, DR.(A) DENISE DE ARAUJO CAPIBERIBE - JUIZ TITULAR DO CARTÓRIO DA 3ª VARA CÍVEL DA REGIONAL DA LEOPOLDINA, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Rua Filomena Nunes, 1071 sala:508 CEP: 21021-380 - Olaria - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3626-4272/4271 e-mail: leo03vciv@tj.rj.us.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Monitoria Contratos Bancários / Direito Civil, de nº 0037472-89.2017.8.19.0210, movida por BANCO BRADESCO SA em face de LEVYR DE OLIVEIRA FERREIRA, objetivando CITAÇÃO DO RÉU: LEVYR DE OLIVEIRA FERREIRA para que pague a importância reclamada constante da inicial, identificando-a de que lhe é concedido o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando, entretanto, isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo (Art. 701 caput e parágrafo 1o do CPC). Advirta-se a parte ré que, não se realizando o pagamento e não apresentados embargos previstos no Art.702 do CPC, o presente mandado converte-se-á em mandado executivo, prosseguindo-se na forma prevista na lei. Assim, pelo presente edital CITA o réu LEVYR DE OLIVEIRA FERREIRA, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, treze de fevereiro de dois mil e vinte e três. Eu, Patricia Campos Cerqueira Subst. do Resp. pelo Expediente Matr. 01/29552, digitei. E eu, Eliane Cassia Souza da Silva - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/14547, o subscrevo.

cassem esse medicamento para a população. Durante a pandemia, o que foi autorizado é que o médico, em comum acordo com seu paciente e esclarecendo-o sobre a falta de evidências de bons resultados e mesmo sob possíveis efeitos adversos, pudesse receber esse medicamento que, historicamente, tem sido usado por diversos grupos para prevenção e tratamento de inúmeras doenças. Mas nunca houve por parte do CFM recomendação ou incentivo para isso acontecesse. Com relação à autonomia do médico, entendemos que esta é pedra angular sob a qual se está assentada a medicina. Pela sua capacitação, pelo seu preparo, pelo seu compromisso hipocrático, deve ter o direito à autonomia no exercício da profissão, encontrando limite apenas na lei e na ética. Graças a essa autonomia, exercida em acordo com o paciente e com base em evidências científicas, que o médico tem tido condições de atuar de maneira eficaz e tempestiva no diagnóstico e no tratamento de doenças. O cerceamento desse direito teria consequências altamente negativas para a saúde da população e para a qualidade do atendimento. Por isso, defendemos que ela seja preservada, contudo, como mesmo já disse, sempre à luz do que dizem as leis, ou seja, sem nunca extrapolar o escopo legal da Nação, e dos preceitos éticos e bioéticos. Veja a entrevista na íntegra em www.diariocomercial.com.br

BAIXADA

Caxias entrega sete novos ônibus escolares na segunda-feira

A Prefeitura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, fará a entrega de sete novos ônibus escolares para a Secretaria Municipal de Educação.

O evento acontecerá nesta segunda-feira (6), às 8h, na Praça Benzo de Cavour, em Jardim Primavera. Os veículos foram adquiridos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Segundo a secretária de Educação, profª Iracema Costa, com a aquisição dos sete ônibus, a frota do Transporte Escolar contará com mais de 100 veículos, que atenderão aproximadamente 10 mil estudantes da Rede Municipal de Ensino.

"Para nós é uma felicidade muito grande receber mais esses ônibus. Algo fundamental para o desenvolvimento dos alunos. Posso afirmar também que esta entrega tem uma grande importância e beneficia todos os envolvidos", disse a gestora da Pasta.

Já o prefeito de Duque de Caxias enfatizou a satisfação em entregar os veículos aos alunos da cidade. "É muito bom ver a alegria no olhar das crianças ao receber esses sete novos ônibus. O nosso objetivo é oferecer segurança no transporte, assim como levar conforto aos nossos estudantes", finalizou o prefeito.

Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S.A.
CNPJ nº 58.984.766/0001-38 - NIRE nº 33.3.0003063-8
Convocação para Assembleia Geral Extraordinária da **Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S.A.** Ficam os acionistas da Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S.A., ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 10 de março de 2023, às 11 horas, na sede da Companhia, na Rua São José, nº 40, 4º andar (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20010-020, que terá como ordem do dia deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023. Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S.A. Renata Turba Santos de Paula - Diretora Presidente.

Companhia Têxtil Aliança Industrial
CNPJ nº 33.064.304/0001-71 - NIRE nº 33.3.0003156-1
Convocação para Assembleia Geral Extraordinária da **Companhia Têxtil Aliança Industrial**. Ficam os senhores acionistas da Companhia Têxtil Aliança Industrial ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 10 de março de 2023, às 10:00 horas, na Rua São José, nº 40, 4º andar (parte), Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20010-020, que terá como ordem do dia deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023. Companhia Têxtil Aliança Industrial. Renata Turba Santos de Paula - Diretora Presidente.

CHAMI EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ nº 34.125.641/0001-94
CONVOCAÇÃO: Convocamos os srs. acionistas para se reunirem em AGO/E, que será realizada no dia 27/03/2023 às 8 hrs, na Av. Vieira Souto, 320, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Prestação de Contas dos Administradores, Relatórios e Demonstrações em 31/12/2022; 2 - Destinação dos Resultados; 3 - Assuntos gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos srs. Acionistas, na sede social os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76 relativo ao exercício encerrado em 31/12/2022, bem com a mudança na publicação das demonstrações financeiras na central de balanços e no jornal Diário Comercial. Rio de Janeiro, 06/03/2023 - A Diretoria.

Banco Fibra S.A.

CNPJ nº 58.616.418/0001-08

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte)

Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05465-070

Tel.: (11) 3847-6700

www.bancofibra.com.br

BANCO
FIBRA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO BANCO FIBRA S.A. - DEZEMBRO DE 2022

Senhores Acionistas e demais interessados: Apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, contemplando o Relatório da Administração, o Relatório do Comitê de Auditoria e as correspondentes informações financeiras revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2022 foi marcado pelo avanço no processo de normalização da taxa de juros em diversas economias em resposta ao aumento das taxas de inflação. Destaca-se o início do aperto monetário nos EUA, que elevou a taxa de juros do intervalo de 0% a 0,25% para o intervalo de 4,25% a 4,50% em dezembro. No Brasil, o principal evento foi a realização da eleição presidencial em outubro, que ocorreu em ambiente de grande polarização política e incertezas quanto à evolução da política econômica dos próximos anos. O setor de serviços impulsionou a recuperação da atividade e acumulou expansão de 8,3% em 2022, de acordo com o IBGE. Já o índice de vendas no varejo ampliado apresentou recuo de 0,6% e a produção industrial teve queda de 0,7%. Os dados do mercado de trabalho apresentaram melhora compatível com a retomada do setor de serviços. A taxa de desemprego média passou de 13,7% de janeiro a novembro de 2021 para 9,7% no mesmo período de 2022. No ano, a economia criou 2,0 milhões de postos de trabalho formais, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). A taxa de inflação medida pelo IPCA registrou alta de 5,79% em 2022, acima do centro da meta para inflação de 3,50% definida para o ano. Em 2021, o IPCA havia acumulado alta de 10,06%. A desaceleração da inflação no período foi puxada deflação de preços administrados (-3,83%), especialmente por conta da redução de impostos sobre combustíveis. Em sentido oposto, os preços livres permaneceram em patamar elevado e encerraram o ano com alta acumulada de 9,39%. O Copom avançou no ciclo de aperto monetário iniciado em março de 2021 e levou a Selic para 13,75% ao final do ano passado ante taxa de 9,25% no mesmo período de 2021. A política monetária contracionista implicou em aperto das condições financeiras e teve impacto significativo sobre a atividade econômica ao longo do ano. O saldo total das operações de crédito bancário atingiu R\$ 5,3 trilhões no final do ano, com alta nominal de 14,0% em relação ao final de 2021. Houve alta de 13,7% entre os recursos livres e de 14,3% entre recursos direcionados. O saldo das operações com instituições públicas cresceu 13,8%, das instituições privadas 15,7%, e das estrangeiras 9,8%. O resultado fiscal do setor público consolidado apresentou trajetória positiva ao longo do ano e com a retomada da arrecadação. Houve superávit primário de R\$ 126,0 bilhões (1,28% do PIB) em 2022 ante superávit de R\$ 64,7 bilhões (0,73% do PIB) em 2021. O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros, foi deficitário em R\$ 460,4 bilhões (4,68% do PIB) no ano. A Dívida Bruta do Governo Geral reduziu de 78,3% do PIB para 73,5% sobretudo pela elevação do PIB nominal. A taxa de câmbio encerrou o ano em R\$ 5,28/US\$ e registrou média de R\$ 5,16/US\$ ao longo de 2022, com valorização de 5,1% e 4,3%, respectivamente, ante 2021. O saldo em transações correntes encerrou o ano com déficit de US\$ 55,7 bilhões (2,9% do PIB) ante déficit de US\$ 44,4 bilhões ao final de 2021 (2,8% do PIB). Houve melhora do saldo comercial (de US\$ 36,4 bilhões para US\$ 44,4 bilhões). O investimento direto no país somou US\$ 90,6 bilhões (4,8% do PIB) ante US\$ 44,4 bilhões (2,8% do PIB) em 2020. Para 2023, as expectativas giram em torno da condução da política econômica no novo governo, o que inclui a definição de um novo arcabouço fiscal e coordenação da política monetária com o Banco Central. Estimamos crescimento do PIB de 1% em 2023, com destaque para a contribuição do PIB do setor agropecuário para o qual estimamos expansão superior a 3%.

RESULTADOS DEZEMBRO DE 2022

O Banco Fibra encerrou o ano de 2022 com um Lucro Antes de Imposto de Renda (LAIR) de R\$ 42 milhões e com Lucro Líquido R\$ 18 milhões. O Patrimônio Líquido em dezembro 2022 totalizou aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. O saldo da Carteira de Crédito Expandida Gerencial foi de aproximadamente R\$ 7,0 bilhões,

cresceu 11% em relação ao saldo de dezembro 2021. A qualidade da Carteira manteve um excelente perfil com um índice de inadimplência de 0,4% ao final de dezembro 2022 versus 0,6% de inadimplência no mesmo período de 2021.

CARTEIRA

O Banco Fibra tem como estratégia o crescimento sustentável de sua carteira de crédito e atua junto aos seguintes segmentos: Corporate, Agronegócio, Empresas e Pequenas Empresas. O saldo gerencial da Carteira de Crédito do Banco Fibra ao final de dezembro 2022 é de R\$ 7 bilhões, versus R\$ 6,3 bilhões ao final de dezembro 2021. A Carteira Gerencial Corporate encerrou o ano de 2022 com um saldo de, aproximadamente, R\$ 4,4 bilhões, 4% menor em relação ao fechamento de dezembro 2021. A Carteira do Agronegócio, ao final de dezembro 2022, cresceu 25% YoY em termos gerenciais, atingindo um saldo de R\$ 1,1 Bi. O principal foco de crescimento foi o segmento Empresas (companhias com faturamento entre R\$ 30 a R\$ 300 milhões). A Carteira Empresas cresceu 117% em relação ao mesmo período de 2021, encerrando o ano fiscal de 2022 com um saldo gerencial de R\$ 1,0 bilhão, contra um saldo gerencial de R\$ 472 milhões em 2021. Esse crescimento se deve ao forte investimento neste segmento ao longo de 2022: reforço no time comercial, importantes desenvolvimentos em tecnologia e em equipes especializadas em dados. Entre outros, esses esforços também resultaram em um crescimento de 55% YoY na quantidade de boletos emitidos, atingindo um volume de mais de 2,1 milhões boletos emitidos em 2022. O segmento Pequenas Empresas (companhias com faturamento entre R\$ 2 e R\$ 30 milhões), ainda discreto comparativamente à Carteira Total do banco, cresceu 248% YoY em termos gerenciais, atingindo um saldo de R\$ 56 milhões ao final de dezembro de 2022. A qualidade da carteira de crédito permanece em um excelente patamar. Em dezembro de 2022 as Provisões representavam 2,2% (contra 2,0% em dezembro de 2021), a Carteira de Crédito classificada com rating D+H representava 2,5% da Carteira Total (2,6% em dezembro de 2021) e o índice de Inadimplência Total finalizou em 0,4% (versus 0,6% em dezembro de 2021). A Receta Gerencial Comercial cresceu aproximadamente 28% YoY, atingindo um resultado de R\$ 318 milhões ao final do exercício de 2022. A linha de Derivativos foi uma das principais linhas de negócio que contribuiu para o crescimento da Receta Comercial, com crescimento de aproximadamente 30% no ano de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021. A linha de Despesa Gerencial cresceu 10% YoY, atingindo um valor de R\$208 milhões. O incremento dessa despesa se deve, principalmente, à Despesa Pessoal, que cresceu 20% em função das novas contratações para área comercial e devido ao dissídio da categoria dos bancários. Já as Despesas Administrativas mantiveram-se estáveis e a Despesa Contingenciamento Trabalhista e Civil decresceu 6,5% em relação a dezembro 2021. A Despesa de PDD encerrou ano de 2022 com R\$ 36 milhões versus uma despesa de R\$ 179 mil em dezembro de 2021.

CAPTAÇÕES

O estoque de Captação ao final do ano de 2022 totalizou aproximadamente R\$ 8,6 bilhões, cresceu 5% em relação ao ano anterior. Ao final de 2022 a Captação de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) atingiu um saldo de R\$ 7,3 bil, valor este 17% maior que o saldo de dezembro de 2021. O Banco Fibra continua diversificando suas fontes de captação local e externa. A estratégia de aumentar o número de distribuidores, pulverizar o funding e diminuir a concentração de vencimentos permanece. Em linha com a estratégia de diversificação de funding, encerramos o ano de 2022 com 6% dos Passivos Totais do banco advindos de Captações Externas contra 2% ao final de 2021. Adicionalmente, no mercado local, emitimos Letras Financeiras Subordinadas com prazo médio de 14 anos, que contribuíram com o equivalente a 1% de Basileia, na data de emissão. O descaimento positivo entre ativos e passivos mantém uma situação confortável ao final de dezembro de 2022, os ativos possuem prazo médio de 274 dias e os passivos 686 dias, resultando num GAP positivo de 412 dias. O Caixa Livre Gerencial encerrou o ano de 2022 com R\$ 1,5 bilhão.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Valores expressos em milhares de reais)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Disponibilidades	4	309.227	109.007	309.250
Instrumentos financeiros		10.703.113	9.402.618	10.703.113
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.512	90.895	3.512
Títulos e valores mobiliários	6a	5.153.239	4.023.416	5.153.239
Instrumentos financeiros derivativos	6b	100.015	386.657	100.015
Operações de crédito	8	5.578.203	5.012.389	5.578.203
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9	(131.856)	(110.739)	(131.856)
Relações interfinanceiras e interdependências	17h	15.539	8.669	15.539
Outros créditos		1.553.049	861.229	1.553.049
Carteira de câmbio	16	815.084	121.766	815.084
Diversos	17a	737.965	739.462	738.379
Outros ativos	18	281.804	234.529	281.844
Ativos fiscais diferidos	19b	1.184.732	1.202.333	1.185.831
Investimentos		13.922	20.735	5.143
Participações em controladas	10a	8.779	14.263	-
Outros investimentos		5.143	6.472	5.143
Imobilizado		11.833	2.798	11.849
Imobilização de uso		15.559	8.669	15.559
(-) Depreciação acumulada		(3.766)	(5.871)	(3.770)
Intangível	10b	26.180	21.677	26.180
Ativos intangíveis		37.312	75.483	37.312
(-) Amortização acumulada		(11.132)	(53.806)	(11.132)
Total do Ativo		14.242.485	11.865.186	14.235.298

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido				
Depósitos e demais instrumentos financeiros		11.442.431	9.853.476	11.434.328
Depósitos	12	7.922.180	7.387.407	7.914.077
Captações no mercado aberto - carteira própria	13	2.792.846	1.320.499	2.792.846
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	181.389	442.979	181.389
Relações interfinanceiras e interdependências	17h	21.808	232.618	21.808
Obrigações por empréstimos e repasses	15	349.438	264.279	349.438
Instrumentos financeiros derivativos	6b	174.770	205.694	174.770
Provisões	17c	543.657	517.237	543.892
Obrigações fiscais diferidas	17l	45.315	46.340	45.315
Outros passivos		1.029.826	282.698	1.030.507
Carteira de câmbio	16	809.569	118.530	809.569
Fiscais e previdenciárias	17b	13.869	9.415	14.500
Dividas subordinadas	21	187.738	132.523	187.738
Diversas		18.650	22.230	18.650
Total do Passivo		13.061.229	10.699.751	13.054.042
Patrimônio Líquido	22	1.181.256	1.165.435	1.181.256
Capital social - De domiciliados no país		2.124.888	2.124.888	2.124.888
Reservas de capital		(917.111)	-	(917.111)
Reservas de lucros		4.326	7.744	4.326
Outros resultados abrangentes		4.289	-	4.289
(Prejuízos) acumulados		(35.136)	(36.039)	(35.136)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		14.242.485	11.865.186	14.235.298

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Banco		Banco		Consolidado		Consolidado	
	01/07/2022	01/01/2022	01/07/2021	01/01/2021	01/07/2022	01/01/2022	01/07/2021	01/01/2021
Receitas da intermediação financeira	663.812	1.348.538	615.508	996.835	663.812	1.348.538	615.508	996.837
Operações de crédito	404.392	767.263	276.192	486.974	404.392	767.263	276.192	486.974
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	162.851	414.125	250.367	358.001	162.851	414.125	250.367	358.003
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	74.391	112.037	84.666	136.970	74.391	112.037	84.666	136.970
Resultado de operações de câmbio	22.178	55.113	4.283	14.890	22.178	55.113	4.283	14.890
Despesas da intermediação financeira	(589.557)	(1.159.084)	(551.522)	(827.419)	(589.531)	(1.158.271)	(551.153)	(826.909)
Operações de captação de mercado	(564.804)	(1.104.992)	(486.446)	(765.753)	(564.478)	(1.104.179)	(486.077)	(765.243)
Operações de empréstimos e repasses	(11.929)	(17.369)	(54.692)	(56.675)	(11.929)	(17.369)	(54.692)	(56.675)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(611)	(4.812)	(4.812)	-	(611)	(4.812)	(4.812)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9b	(12.824)	(36.112)	(5.572)	(179)	(12.824)	(36.112)	(5.572)
Resultado bruto da intermediação financeira	74.255	189.454	63.986	169.416	74.281	190.267	64.355	169.928
Outras receitas (despesas) operacionais	(47.518)	(135.962)	(67.376)	(128.703)	(46.468)	(134.640)	(67.248)	(128.661)
Receitas de prestação de serviços	49.451	102.315	12.947	29.559	55.453	110.859	14.694	31.576
Receitas de tarifas bancárias	8.089	15.926	5.542	9.387	8.089	15.926	5.542	9.387
Despesas de pessoal	(74.876)	(136.925)	(68.522)	(118.545)	(76.306)	(139.659)	(68.885)	(119.051)
Despesas tributárias	17d	(40.754)	(72.246)	(37.712)	(69.320)	(40.804)	(72.328)	(37.756)
Resultado de participações em controladas	10a	(2.881)	3.473	1.003	1.134	-	-	-
Outras receitas operacionais	17e	31.759	56.613	34.132	49.139	31.875	56.734	34.141
Outras despesas operacionais	17f	(13.922)	(86.250)	(8.085)	(15.506)	(13.925)	(86.266)	(8.090)
Provisões	20e	(16.734)	(33.255)	(9.678)	(15.367)	(16.735)	(33.264)	(9.684)
Resultado operacional	10.003	20.237	(13.068)	25.346	11.378	22.363	(12.577)	25.890
Resultado não operacional	17g	12.112	46.075	2.788	19.793	12.112	46.075	2.788
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	22.115	66.312	(10.280)	45.139	23.490	68.438	(9.789)	45.683
Provisões sobre participações no resultado	(12.000)	(26.056)	(12.000)	(26.962)	(12.000)	(26.385)	(12.000)	(26.962)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	10.115	40.256	(22.280)	18.177	11.490	42.053	(21.789)	18.721
Imposto de renda e contribuição social	19a	(5.826)	(21.920)	8.116	(12.069)	(7.201)	(23.717)	7.625
Provisão para imposto de renda	(3.943)	(3.338)	(3.157)	(3.157)	(4.642)	(4.243)	(3.405)	(3.405)
Provisão para contribuição social	(2.745)	(2.745)	(5.196)	(5.196)	(3.009)	(3.095)	(5.290)	(5.290)
Ativo fiscal diferido	862	(15.837)	16.469	(3.716)	450	(16.379)	16.320	(3.918)
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício	4.289	18.336	(14.164)	6.108	4.289	18.336	(14.164)	6.108
Resultado líquido por ação - RS	0,0007	0,0029	(0,0022)	0,0010	0,0007	0,0029	(0,0022)	0,0010

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em milhares de reais)

	Banco e Consolidado		Banco e Consolidado	
	01/07/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício	4.289	18.336	(14.164)	6.108
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.500)	(3.418)	(51)	949
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários (1)	14.500	1.642	(40.935)	(71.224)
Eleitos tributários	(6.525)	(739)	18.421	32.051
Varição em outros resultados abrangentes	3.475	(2.515)	(22.565)	(38.224)
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	7.764	15.821	(8.049)	(32.116)

(1) Contém marcação a mercado dos títulos públicos transferidos da categoria "Disponível para venda" para "Mantido até o vencimento", conforme nota 6a.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Banco		Banco		Consolidado		Consolidado	
	01/07/2022	01/01/2022	01/07/2022	01/01/2022	01/07/2022	01/01/2022	01/07/2022	01/01/2022
Composição do valor adicionado								
Receitas								
Resultado bruto da intermediação financeira	74.255	189.454	63.986	169.416	74.581	190.267	64.355	169.928
Receita de prestação de serviços	49.451	102.315	12.947	29.559	55.453	110.859	14.694	31.576
Receita de tarifas bancárias	8.089	15.926	5.542	9.387	8.089</			

Banco Fibra S.A.

CNPJ nº 58.616.418/0001-08

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte)

Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05465-070

Tel.: (11) 3847-6700

www.bancofibra.com.br



→ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Resolução BCB nº 92/21, abrangendo o Banco Fibra, sua agência no exterior e as suas controladas diretas, relacionadas a seguir:

Denominação social	Atividade	Participação
Controladas		
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	99,999%
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	Administração e corretagem de seguros	99,999%
Validata Meios de Pagamentos Ltda.	Processamento de cartões e/ou meios de pagamento	99,999%

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas; • Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de eventuais lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. **B. Ajuste do resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base "pro-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas dos balanços, de acordo com as disposições contratuais. Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo (Notas 4 e 5). **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base "pro-rata" dia e das variações cambiais, auferidas até as datas dos balanços (Nota 5). **e. Títulos e valores mobiliários:** Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do BACEN. São classificados nas categorias (Nota 6a): **• Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **• Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e **• Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos. **f. Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados e contabilizados a valor de mercado e classificados como "hedge" (proteção) ou "não-hedge". Os instrumentos destinados a "hedge" são classificados como: "hedge de risco de mercado" ou "hedge de fluxo de caixa". Os critérios para registro são os seguintes: para os instrumentos financeiros derivativos que não se destinam a "hedge", bem como para aqueles classificados como "hedge de risco de mercado", os ajustes a valor de mercado são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Para os instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge de fluxo de caixa", a parcela efetiva do "hedge" deve ser contabilizada em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Com as alterações introduzidas pela Circular nº 3.150/02 do BACEN, este tratamento também é dispensado aos instrumentos derivativos negociados em associação a operações de captação ou aplicação de recursos, podendo ser desconsiderada a sua avaliação a mercado, nas condições especificadas na norma (Nota 6). **g. Operações de crédito ou outros créditos com características de concessão de crédito e fianças prestadas: Operações de crédito e outros créditos** - As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). **Fianças prestadas** - A Resolução do CMN nº 4.512/16 estabelece procedimentos contábeis, determinando a constituição de provisão para perdas associadas às garantias prestadas. As perdas associadas a essas garantias são parâmetros quantitativos e qualitativos relacionados ao cliente, quando forte relação às perdas prováveis para crédito, porém com estudos históricos que amparam a característica peculiar desse produto. A provisão tem ser mostrada suficiente para cobrir perdas prováveis durante a vigência da garantia e são reavaliadas periodicamente. **h. Provisões de operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa:** São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos mesmos. O CMN estabeleceu, por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos bens ou contratos ativos e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos de setores ou de carteiras (Nota 9a e 9b). **i. Bens não destinados a uso:** Os bens recebidos em dação de pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização (Nota 18a). **j. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões sobre captação de CDB, LCA, LCI e LF e são controladas por contrato. As comissões são apropriadas no resultado de acordo com o prazo de vigência dos contratos (Nota 18b). **k. Investimentos:** As participações em controladas nas demonstrações individuais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os saldos contábeis da entidade sediada no exterior foram convertidos para reais, utilizando-se a cotação do dólar norte-americano na data de encerramento do período. Para fins de cálculo de equivalência e de consolidação, esses saldos foram ajustados, quando aplicável, às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN (Notas 10a e 11). **l. Imobilização e intangível:** **• Imobilizado:** A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, obedecidas as seguintes taxas anuais, contemplando a vida útil econômica, e prazos: veículos e sistema de computação, 20% ao ano; instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança - 10% ao ano; benfeitorias em imóveis de terceiros a taxa aplicada é pelo prazo de vencimento do contrato de aluguel; **• Intangível:** Corresponde basicamente aos gastos com desenvolvimento de sistemas, amortizados de forma linear à taxa de 20% ao ano no decorrer do período, estimado de benefício econômico (Nota 10b). **Ajustes aos valores recuperáveis dos ativos - Resolução CMN nº 4.924/21:** O Banco adotou a prática de executar testes no valores de recuperação dos seus ativos não financeiros de acordo com o CPC 01, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorização desses ativos e consequente ajuste contábil desses ativos aos seus valores de realização. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **m. Outros ativos:** São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **n. Imposto de renda e contribuições sociais (ativos e passivos):** O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais diferidos". Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis e a Contribuição Social diferida. Os créditos tributários, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais diferidas". A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 19a. **o. Contingências e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais foram efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, baseadas nos critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25 (Nota 20). **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Provisões para riscos:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; **Passivos contingentes:** classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; **Obrigações legais:** fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal; e **Depósitos judiciais:** são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **p. Passivo circulante e exigível e longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços. **q. Estimativas contábeis:** A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de certos ativos, imposto de renda e contribuição social diferido ativo, provisão para contingências, valorização e desvalorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvidas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao julgamento de sua determinação. O Banco Fibra revisa as estimativas e premissas periodicamente. **r. Hierarquia de valor justo:** O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador do risco. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: **Nível 1:** Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo. **Nível 2:** A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de base são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3. **Nível 3:** O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco. **s. Instrumentos Financeiros - Resolução nº 4.966/2021:** As Instituições devem elaborar e manter a disposição do BACEN, além de divulgar, de forma resumida, o plano de implementação da regulamentação contábil, conforme definido no Art. 76 da referida resolução (com alterações da resolução nº 5.019/2022). O Plano de implementação dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A Referência resolub, entrará em vigor em 01 de janeiro de 2025, atualmente o Banco Fibra está avaliando as alterações necessárias para identificar os potenciais impactos nas demonstrações financeiras. Principais tópicos do plano: I - Mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros; II - Mudança nos parâmetros de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; III - Análise e revisão dos critérios de qualificação para contabilidade de hedge; IV - Adaptações sistêmicas; V - Alterações no plano de contas e reportes; VI - Alteração de políticas e processos internos; VII - Revisão dos critérios de evidência e divulgação dos Instrumentos Financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	112.412	109.007	112.435	109.039
Moeda nacional	113	8.090	136	8.122
Moeda estrangeira	112.299	100.917	112.299	100.917
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada	49.996	49.996	49.996	49.996
Letras financeiras do tesouro - LFT	49.996	49.996	49.996	49.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	146.819	146.819	146.819	146.819
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI	51	51	51	51
Total	309.227	309.007	309.250	309.039

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco e Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.512	3.512	90.895	90.895
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI	51	51	82.834	82.834
Depósitos vinculados ao cumprimento de compulsórios	3.512	3.512	8.061	8.061

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Títulos e valores mobiliários

a1. Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de mercado e custo.

	Banco e Consolidado						
	Nível	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado	Valor na curva
Títulos disponíveis para venda		39.640	50.288	—	374.603	464.531	492.753
Títulos Públicos		—	50.288	—	311.077	361.365	379.396
LFT - Letras financeiras do tesouro	1	—	50.288	—	126.677	176.965	177.276
LTN - Letras do tesouro nacional	1	—	—	—	105.937	105.937	113.147
NTN - Notas do tesouro nacional	1	—	—	—	78.463	78.463	88.973
Títulos privados		—	—	—	63.526	63.526	72.901
Títulos no exterior	1	—	—	—	63.526	63.526	72.901
Ações de companhias abertas		1	604	—	—	604	1.420
Ações de companhias fechadas		3	9.579	—	—	9.579	9.579
Cotas de fundos de investimentos (2)		1	29.457	—	—	29.457	29.457
Títulos mantido até o vencimento		—	81.559	407.808	4.191.919	4.681.286	4.736.500
Títulos Públicos		—	—	406.297	3.770.094	4.176.391	4.206.688
NTN - Notas do tesouro nacional (3)	n/a	—	—	406.297	3.770.094	4.176.391	4.206.688
Títulos privados(4)		—	81.559	1.511	421.825	504.895	529.815
CFR - Certificado de produto rural (1)	n/a	—	60.054	—	15.282	75.336	75.336
CRF - Certificado de receb. imobiliários (1)	n/a	—	17.721	—	17.721	17.721	17.721
Debêntures(1)	n/a	—	—	—	80.796	80.796	80.796
Títulos no exterior(4)	n/a	—	3.784	1.511	325.747	331.024	355.962
Títulos em negociação		1	7.422	—	—	7.422	7.452
Ações de companhias abertas		1	7.422	—	—	7.422	7.452
Total da carteira ativa		47.062	131.847	407.808	4.566.522	5.153.239	5.236.705

	Banco e Consolidado						
	Nível	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado	Valor na curva
Títulos disponíveis para venda		26.526	97.435	164.260	766.130	1.054.351	1.077.768
Títulos Públicos		—	60.841	111.604	333.459	505.904	526.290
LFT - Letras financeiras do tesouro	1	—	60.841	10.544	156.785	228.170	229.070
LTN - Letras do tesouro nacional	1	—	—	97.580	97.333	194.913	205.895
NTN - Notas do tesouro nacional	1	—	—	3.480	79.341	82.821	91.325
Títulos privados		—	36.594	52.656	432.671	521.921	523.922
CFR - Certificado de produto rural (1)	3	—	12.567	25.610	8.421	46.298	46.298
CDCA - Certificado de dir. cred. do agro.(1)	1	—	51	27.021	—	27.072	27.072
CRF - Certificado de receb. imobiliários (1)	3	—	17.721	—	—	17.721	17.721
Debêntures(1)	3	—	—	—	72.363	72.363	72.363
Títulos no exterior	1	—	6.255	325	351.887	358.467	360.468
Ações de companhias abertas		1	390	—	—	390	1.420
Cotas de fundos de investimentos (2)		1	26.136	—	—	26.136	26.136
Títulos mantido até o vencimento		—	—	163.740	2.805.325	2.969.065	3.011.174
Títulos Públicos		—	—	163.740	2.805.325	2.969.065	3.011.174
NTN - Notas do tesouro nacional (3)	n/a	—	—	163.740	2.805.325	2.969.065	3.011.174
Total da carteira ativa		26.526	97.435	328.006	4.024.416	4.088.942	4.159.910

(1) Títulos com características de crédito, sendo registrados os respectivos provisões na rubrica "Instrumentos financeiros - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito", no montante total de R\$ 83.067 (R\$ 64.227 em 2021). CPR RS 194 (R\$ 44 em 2021), CDCA RS 0 (R\$ 271 em 2021), CRF RS 17.721 (R\$ 13.212 em 2021), debêntures R\$ 65.152 (R\$ 50.700 em 2021).
(2) Cotas de Fundo constituído pela B3 para suprir margem não operacional e garantias referentes à câmara de compensação e liquidação.
(3) (4) Inclui FRS 30.294 (R\$ 49.109 em 2021) e RS 24.920 de marcação a mercado dos títulos reclassificados da categoria "disponíveis para venda" para "mantidos até o vencimento".

Para a categoria "Títulos disponíveis para venda", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios básicos: • Títulos públicos e títulos privados: cotações de preços de mercado (ou de agentes de mercado), e modelos de precificação aprovados pela administração; Em 31 de dezembro de 2021, foram reclassificados R\$ 547.257 da categoria "Títulos disponíveis para venda" para "Títulos mantidos até o vencimento". A reclassificação visa atender o propósito de transparência. Dentre as ações promovidas no primeiro trimestre, destacamos a elaboração do planejamento de comunicação ESG para o ano 2022, com a divulgação de nossas ações e práticas através de nossas redes sociais e canais internos, reforçando nosso compromisso com a transparência com nossos stakeholders. No pilar Social (S) estabelecemos o Programa de Diversidade & Inclusão 2022, contendo ações afirmativas a serem implementadas no primeiro e segundo semestres. No rol de ações, está a divulgação de nossa Primeira Política de Diversidade e Inclusão, que institui as diretrizes necessárias para proporcionar um ambiente livre de discriminação e assédio, valorizando o respeito, dignidade, equidade de oportunidades, preceitos estes respaldados pelo nosso Código de Ética e Conduta e alinhados aos ODS. A política formaliza a governança do tema instituindo a Comissão de Diversidade, composta por membros do Comitê Executivo e representantes dos Grupos de Afinidade, este último formado por colaboradores que tenham se voluntariado a promover ações afirmativas direcionadas aos 4 temas prioritários: de equidade de gênero, raça e étnia, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência (PCD). O objetivo da Comissão de Diversidade é priorizar as ações que promovam a igualdade de oportunidades, tratamento e desenvolvimento dos colaboradores pertencentes a todas as diversidades, alinhadas à estratégia do Banco.

a2. Composição por categoria e posição

	Banco e Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2021	Nível	Valor de mercado	Valor na curva	Nível	Valor de mercado	Valor na curva
Títulos disponíveis para venda								
Financiada								
Livre								
Vinculada								
Mantidos até o vencimento								
Financiada								
Livre								
Vinculada								
Negociação								
Livre								

b. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio da determinação de limites e estabelecimento de estratégias de operações, conforme detalhado na Nota 7.

b1. Abertura por indexador e nível de hierarquia

	Banco e Consolidado							
	31/12/2022	31/12/2021	Nível	Valor de mercado	Valor na curva	Nível	Valor de mercado	Valor na curva
Contrato de Swap								
Posição ativa								
Juros	2	10.110	8.676	2	20.375	7.575	5.941	
Moedas	2	5.104	2.705	2	—	—	—	
Prefixado	2	21.146	12.892	2	8.129	1.634	—	
Posição passiva								
Juros	2	571	779	2	314	377	—	
Moedas	2	829	1.013	2	60	—	—	
Prefixado	2	3.519	4.713	2	—	985	—	

Banco Fibra S.A.

CNPJ nº 58.616.418/0001-08

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte)

Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05465-070

Tel.: (11) 3847-6700

www.bancofibra.com.br



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado			
	31/12/2022	Constituição (Realização)	31/12/2022	
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	876.741	34.170	(49.177)	861.734
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	548.026	16.215	-	564.241
Provisão para contingências trabalhistas	22.424	1.281	-	23.705
Provisão para contingências - outros	200.723	12.678	(4.366)	206.995
Ajuste marcação a mercado	96.843	-	(44.811)	52.032
Provisão para desvalorização de bens não de uso	6.942	2.386	-	9.328
Outras	1.783	1.610	-	3.393
Lucros/Prejuízo no Exterior - Diferimento	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	326.916	-	(2.819)	324.097
Total de créditos tributários	1.203.657	34.170	(51.996)	1.185.831
Obrigações diferidas	(46.340)	-	1.025	(45.315)
Créditos tributários líquidos	1.157.317	34.170	(50.971)	1.140.516
II - Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas na data do balanço.				
	Ano de realização	Consolidado		
	2023	83.531		
	2024	84.050		
	2025	105.382		
	2026	126.205		
	2027	336.324		
	2028	153.343		
	2029	173.739		
	2030	122.969		
Total		1.185.831		
Valor presente		744.375		

20. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes: Não há ativos contingentes registrados contabilmente. Contudo, em sede do mandato de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100, pleiteia-se o direito à compensação dos valores de PIS e COFINS indevidamente recolhidos desde junho de 2001 a maio de 2006, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com perspectiva de êxito remota, no montante de R\$ 33.896 (R\$ 32.509 em 2021), e cujo mérito da exigência se encontra em debate nos casos abaixo: PIS: Mandado de segurança nº 0014234-88.2006.4.03.6100 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços. Por conta da adesão ao programa especial de regularização tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "c" abaixo, houve desistência deste processo bem como desistência parcial do mandato de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no locatário a COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 33.896 (R\$ 32.509 em 2021). COFINS: Mandado de segurança nº 2006.61.00.014235-1 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do COFINS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços. **b. Passivos de natureza trabalhista e cível:** No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 643 (R\$ 8.712 em 2021) para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 2.238 (R\$ 3.205 em 2021), quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito. No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado desde 2007 a 2022. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 31 de dezembro de 2022, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas monta R\$ 52.677 (R\$ 49.934 em 2021). **c. Obrigações legais - Provisões para contingências:** Os passivos contingentes classificados como prováveis referem-se principalmente ao processo de alargamento da base de PIS e COFINS. O Banco Fibra e suas controladas impetram mandato de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços. Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período - base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74º da Lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescida de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95. Em observância à decisão de 10/12/2010, exarada nos autos do medida cautelar, que atribuiu efeito suspensivo ao recurso extraordinário, não foi necessária a realização de depósito judicial para o PIS nas empresas Banco Fibra e Fibra Asset DTVM (incorporada pelo Banco Fibra em 31/08/2013). Para a empresa Credifibra (incorporada pelo Banco Fibra em 31/10/2012) foram efetuados os depósitos judiciais para o PIS no montante de R\$ 7.701 (R\$ 7.205 em 2021). No que tange a COFINS (Banco e suas Controladas), a partir de abril de 2012 foram efetuados os depósitos judiciais que somados perfazem o valor de R\$ 460.936 (R\$ 431.742 em 2021), conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 63 da Lei nº 9.430/96. Os advogados externos contratados, responsáveis pela condução dos processos remanescentes (PIS - Credifibra e COFINS - Credifibra, Banco Fibra e Fibra Asset DTVM), entendem que a probabilidade de perda é provável, sendo que o montante de R\$ 444.681 (R\$ 416.777 em 2021) encontra-se integralmente provisionado, registrado no longo prazo, na rubrica "Provisões". **d. Contingências passíveis ao risco de perda possível:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 612.231 (R\$ 585.547 em 2021), sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões: a) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano calendário de 2007, no valor de R\$ 50.103 (R\$ 48.533 em 2021); b) Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributada de juros de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 28.740 (R\$ 28.740 em 2021); c) Auto de infração referente IRPJ sobre JCP pago a empresa no exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 885 (R\$ 757 em 2021); d) Auto de infração previdenciário, no valor de R\$ 106.626 (R\$ 95.991 em 2021); e) Glosa de amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 23.976 (R\$ 22.324 em 2021); f) Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 10.968 (R\$ 10.212 em 2021); g) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 16.900 (R\$ 15.684 em 2021); h) Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2012, no valor de R\$ 20.558 (R\$ 20.558 em 2021); i) Glosa de despesas e amortização de ágio apropriada na base de cálculo do IRPJ e CSLL ano calendário 2014, no valor de R\$ 16.147 (R\$ 14.796 em 2021); j) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a dezembro/2015 no valor de R\$ 22.371 (R\$ 20.410 em 2021); k) Glosa de Despesas em Operações com Derivativos de Hedge da base de cálculo do PIS e COFINS de 08/2015 a 12/2015 no valor de R\$ 77.291 (R\$ 70.795 em 2021); e l) Glosa de amortização de ágio apropriada de 2016 a 2019 no valor de R\$ 128.059 (R\$ 115.261 em 2021).

e. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Processos cíveis	23.638	1.199	(12.920)	11.917	1.024	(10.060)	2.881
Processos trabalhistas	46.912	3.830	(808)	49.934	4.335	(1.592)	52.677
Processos fiscais	406.428	10.348	-	416.776	27.905	-	444.681
Total	476.978	15.377	(13.728)	478.627	33.264	(11.652)	500.239

f. Programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais - Lei nº 11.941/09: O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30/06/11, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandato de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 31/12/2022 é de R\$ 4.294 (R\$ 4.168 em 2021). O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL/Isonomia.

21. DÍVIDAS SUBORDINADAS ELEGIÍVEIS A CAPITAL

Em 06 de fevereiro de 2018, o Banco Fibra, através de sua agência nas Ilhas Cayman, captou recursos no exterior, na forma de dívida subordinada no valor total de USD 15.000.000,00. Em 29 de março de 2018, na forma de emissão suplementar à dívida original, foram captados USD 8.000.000,00. Referidas dívidas possuem pagamentos de juros semestrais, em fevereiro e agosto de cada ano. Em 24 de maio de 2018 foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil no total de USD 23.000.000,00. Em 13 de outubro de 2022, o Banco Fibra emitiu registros de letras financeiras no total de R\$ 61.730.000,00 na forma de dívida subordinada. Os instrumentos de dívida subordinada integram o Nível II do seu Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução nº 4.955/21.

	Banco e Consolidado				
	31/12/2022		31/12/2021		
Remuneração	Vencimento	Saldo em reais	Capital nível II	Saldo em reais	Capital nível II
VC + 8,125%	06/02/2028	80.810	78.266	86.428	83.708
VC + 8,125%	06/02/2028	43.099	41.742	46.095	44.644
Total de captação no exterior		123.909	120.008	132.523	128.352
		10.547	10.547	-	-
		16.79%	18/12/2035	21.642	21.642
		16,79%	18/12/2036	21.094	21.094
		16,79%	18/12/2037	10.547	10.547
Total de letras financeiras		63.830	63.830	-	-
Total de captações		187.739	183.838	132.523	128.352

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias (6.335.020.888 em 2021), todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de dezembro de 2022, foi deliberado redução de capital mediante absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 917.111 mil com base no saldo de 30 de junho de 2022 da conta de "Lucros ou Prejuízos acumulados". A referida redução não implicará em cancelamento de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e tampouco na restituição de valores aos acionistas. Tal procedimento está em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil. **b. Reserva Legal:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória. Em dezembro de 2022 foi constituído o montante de R\$ 214.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Partes Relacionadas: Os valores abaixo se referem a transações do Banco Fibra com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladas				
Depósitos				
A Vista	(1.447)	(299)	-	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.(1)	(56)	-	-	-
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	(35)	(2)	-	-
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	(1.340)	(285)	-	-
Validata Meios de Pagamento Ltda.	(16)	(12)	-	-
A Prazo	(6.656)	(12.644)	(815)	(510)
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.(1)	(1.145)	-	(126)	-
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	(975)	(839)	(99)	(35)
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	(3.722)	(11.070)	(498)	(444)
Validata Meios de Pagamento Ltda.	(814)	(735)	(91)	(31)
Valores a receber	6	-	162	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.(1)	6	-	162	-
Valores a pagar	(17)	-	(217)	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.(1)	(17)	-	(217)	-

(1) A incorporação da empresa ocorreu na data de 28/03/2022 através da aquisição de cotas.

	Ativo (Passivo)			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Colligadas do Grupo Controlador	25.672	31.301	1.351	3.763
Títulos e valores mobiliários	25.672	31.301	1.351	3.763
CSN Inova Ventures	25.672	31.301	1.351	3.763
Instrumentos financeiros derivativos	1.149	244	2.030	(21.991)
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	-	-	(17)
Vicunha Têxtil S.A.	1.149	244	2.030	(21.974)
Operações de crédito	69.670	31.843	4.133	10.779
Finobrasa Agroindustrial S.A.	7.710	6.996	1.278	1.008
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50.215	18.814	966	1.748
Vicunha Têxtil S.A.	-	6.033	1.172	756
Rio Purus Participações S.A.	-	-	-	7.267
Fazenda Santa Otilia Agropecuária Ltda.	11.745	-	717	-
Garantia Financeira Prestada	4.000	4.000	1.850	609
Finobrasa Agroindustrial S.A.	4.000	4.000	1.850	609
Transferências de direitos sem coobrigação	-	-	1.595	1.361
Companhia Siderúrgica Nacional	-	-	1.595	1.361
Tarifas	-	-	338	-
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	-	338	-
Títulos de dívidas no exterior	(123.908)	(9.769)	(132.523)	(9.888)
Companhia Siderúrgica Nacional	(123.908)	(9.769)	(132.523)	(9.888)

MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Arno Schwarz Kumagai Hinkí Junior	Flávia Zahr Rafael Pavão de Assis	Jairo Avritchir Rodrigo de Faria Matias Bueno	José Lourenço Cassandre Junior Patrícia Villas Boas Amaral ^(*)
---	---	---	---

(*) Eleição sujeita à aprovação do Banco Central

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Relatório do Comitê de Auditoria de 31/12/2022 - Introdução: Em conformidade ao disposto em seu Regimento Interno e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles e conformidade das operações e negócios do Conglomerado Fibra com os dispositivos regulamentares, fornecendo os resultados aos membros do Conselho de Administração. As análises do Comitê de Auditoria foram baseadas nas informações recebidas da Administração, da Contabilidade, da Auditoria Independente, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta. Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Instituição" ou "Banco"), a definição e implantação dos sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações financeiras das empresas que compõem o Conglomerado, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo de processos, políticas e procedimentos de controle que propiciem a salvaguarda dos ativos e a efetivação do reconhecimento de passivos, o gerenciamento dos riscos, as operações e negócios dos sistemas da Instituição, e Grant Thornton Auditores Independentes, na qualidade de Auditor Independente, a responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produz relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e de controles internos. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento de riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica dos principais riscos a que a instituição está exposta.

Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período: O Comitê de Auditoria do Banco Fibra se reuniu mensalmente e nestas reuniões, regulares ou extraordinárias, foram desempenhadas atividades com vistas à avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Independente e Interna, a suficiência dos sistemas de controles internos e a análise das demonstrações contábeis. Quando necessário, os responsáveis por processos, produtos e áreas foram convocados para prestar esclarecimentos ao Comitê. Adicionalmente, reuniões periódicas foram realizadas com a Diretoria de Crédito da instituição e com o Economista-Chefe do Banco. **Avaliação do Sistema de Controles Internos:** O Comitê de Auditoria avaliou como adequado o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra, que está baseado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de riscos de produtos e processos e do ambiente de governança corporativa. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria avalia o Sistema de Controles Internos como compatível ao porte e complexidade dos negócios do Banco Fibra. Quanto aos riscos legais e de compliance, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos da Auditoria Interna e Independente, concluímos que não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação e/ou nas regras internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado neste foro, completa o ciclo de auditoria a cada três anos e realiza trabalhos de auditoria operacionais, de sistemas e contínua com foco em riscos e utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos respectivos responsáveis e a implementação das recomendações acompanhadas no âmbito do Comitê de Auditoria. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Auditoria Independente: O escopo dos trabalhos de auditoria foi discutido e previamente aprovado pelos membros. A objetividade e independência não foram afetadas, de acordo com informações recebidas do auditor independente. A Grant Thornton Auditores Independentes não prestou outro serviço além de auditor das Demonstrações Financeiras durante os últimos 02 anos. O Comitê de Auditoria julga adequada a qualidade dos trabalhos efetuados pela Auditoria Independente e suficiente o volume de informações necessárias para poder dar o seu parecer acerca das demonstrações financeiras. **Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:** O Comitê de Auditoria vem acompanhando os planos de ação relacionados ao aprimoramento dos controles, decorrentes das recomendações efetuadas pelas auditorias interna e Independente, bem como pelos reguladores, relativas aos respectivos períodos anteriores. O presidente do Comitê participa das reuniões regulares do Conselho de Administração, ocasiões em que teve a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções. **Conclusão:** O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, e, diante da inexistência de divergências significativas entre a administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia, acolhe a aprovação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Fibra, para o semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

Comitê de Auditoria

Kumagai Hinkí Junior - Presidente	Carlos Lofrano - Membro independente
--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Fibra S.A. (São Paulo - SP - Opinião): Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Fibra S.A. ("Instituição" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fibra S.A. e suas Controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fibra S.A. e do Banco Fibra S.A. e suas Controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre o estado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** (Conforme Nota Explicativa nº 9 - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito): **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA**

Banco Fibra S.A.

CNPJ nº 58.16.418/0001-08

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte)

Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05465-070

Tel.: (11) 3847-6700

www.bancofibra.com.br

**BANCO
FIBRA**

* continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações

financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

**Grant Thornton**
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1**Thiago Curt de Almeida Costa Brehmer**
Contador - CRT CRC - ISP-260.164/O-4**REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.**

CNPJ Nº 06.047.087/0001-39 - NIRE 35.300.318.099

Companhia Aberta

DITAL DE 1º CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA SÉRIE) DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFICA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, DA REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

Nos termos do artigo 71, § 2º, e 124, *caput* e § 1º, inciso II, e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula 10 do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em 3 (Três) Séries, da 23ª (Vigésima Terceira) Emissão de Rede D'Or São Luiz S.A.", celebrado em 16 de maio de 2022 ("Escritura de Emissão"), entre a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Companhia") e a Pentagão S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fidejuciatário"), ficam os senhores titulares de debêntures da 3ª (Terceira) Série da 23ª (Vigésima Terceira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em 3 (Três) Séries, da Companhia ("Debenturistas") convocados para reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em 28 de março de 2023, às 15h ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de forma exclusivamente digital e remota, através do sistema eletrônico *Teams Meeting*, com link de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados conforme abaixo, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização da assembleia, e em atenção à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação de modificação do prêmio a ser pago aos Debenturistas em caso de Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Segunda Série, previstas nas Cláusulas 7, 16 e 71 da Escritura de Emissão, o qual passará a ser equivalente a prêmio *flat* correspondente à multiplicação de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pelo prazo remanescente das Debêntures da Terceira Série, calculado conforme fórmula a ser prevista no aditamento à Escritura de Emissão e divulgada na Proposta de Administração da Companhia; e 2. Autorização para que o Agente Fidejuciatário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas, incluindo, mas não se limitando, à celebração do primeiro aditamento à Escritura de Emissão. Termos incluindo por letra maiúscula utilizados neste edital de convocação e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto à Companhia (por meio do endereço eletrônico agd.financeiro@rededor.com.br) e/ou ao Agente Fidejuciatário (por meio do endereço eletrônico assembleia@rededor.com.br). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada através do sistema eletrônico *Teams Meeting*, com link de acesso a ser disponibilizado pela Companhia àqueles Debenturistas que enviarem para o endereço eletrônico agd.financeiro@rededor.com.br com cópia para o endereço eletrônico assembleias@pentagaoinvest.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do disposto no artigo 71 da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física, documento de identidade válido com foto do Debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do fundo de investimento, caso observado o caso, observada a validade do contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas e a Companhia, conforme o artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a Assembleia Geral de Debenturistas por meio do sistema eletrônico *Teams Meeting*, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas. O modelo do documento para preenchimento e envio de instrução de voto a distância, e as informações completas estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://www.rededorsoaluz.com.br/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores. São Paulo, 6 de março de 2023.

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

CNPJ Nº 06.047.087/0001-39 - NIRE 35.300.318.099

Companhia Aberta

DITAL DE 1º CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA SÉRIE) DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFICA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, DA REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

Nos termos do artigo 71, § 2º, e 124, *caput* e § 1º, inciso II, e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula 10 do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em 3 (Três) Séries, da 23ª (Vigésima Terceira) Emissão de Rede D'Or São Luiz S.A.", celebrado em 16 de maio de 2022 ("Escritura de Emissão"), entre a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Companhia") e a Pentagão S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fidejuciatário"), ficam os senhores titulares de debêntures da 2ª (Segunda) Série da 23ª (Vigésima Terceira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em 3 (Três) Séries, da Companhia ("Debenturistas") convocados para reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em 28 de março de 2023, às 15h ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de forma exclusivamente digital e remota, através do sistema eletrônico *Teams Meeting*, com link de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados conforme abaixo, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização da assembleia, e em atenção à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação de modificação do prêmio a ser pago aos Debenturistas em caso de Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Segunda Série, previstas nas Cláusulas 7, 16 e 71 da Escritura de Emissão, o qual passará a ser equivalente a prêmio *flat* correspondente à multiplicação de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pelo prazo remanescente das Debêntures da Segunda Série, calculado conforme fórmula a ser prevista no aditamento à Escritura de Emissão e divulgada na Proposta de Administração da Companhia; e 2. Autorização para que o Agente Fidejuciatário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas, incluindo, mas não se limitando, à celebração do primeiro aditamento à Escritura de Emissão. Termos incluindo por letra maiúscula utilizados neste edital de convocação e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto à Companhia (por meio do endereço eletrônico agd.financeiro@rededor.com.br) e/ou ao Agente Fidejuciatário (por meio do endereço eletrônico assembleia@rededor.com.br). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada através do sistema eletrônico *Teams Meeting*, com link de acesso a ser disponibilizado pela Companhia àqueles Debenturistas que enviarem para o endereço eletrônico agd.financeiro@rededor.com.br com cópia para o endereço eletrônico assembleias@pentagaoinvest.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do disposto no artigo 71 da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física, documento de identidade válido com foto do Debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do fundo de investimento, caso observado o caso, observada a validade do contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas e a Companhia, conforme o artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a Assembleia Geral de Debenturistas por meio do sistema eletrônico *Teams Meeting*, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas. O modelo do documento para preenchimento e envio de instrução de voto a distância, e as informações completas estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://www.rededorsoaluz.com.br/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores. São Paulo, 6 de março de 2023.

ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 04.032.433/0001-80 - NIRE 35.300.180.631

Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2023. O Conselho de Administração da ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 03 de abril de 2023, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Eleger os membros efetivos e suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia, para o mandato em curso; e 2. Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à efetivação da matéria constante da Ordem do Dia. **INSTRUÇÕES GERAIS:** 1. **Documentos à disposição dos Acionistas:** na forma do disposto no §3º do art. 135 da Lei nº 6.404/76, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, e podem ser visualizados na rede mundial de computadores na página da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.atmasa.com.br). 2. **Participação na Assembleia de modo exclusivamente digital:** os Acionistas deverão enviar, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, solicitação acompanhada da documentação a seguir relacionada em formato PDF para o e-mail juridico-societario@atmasa.com.br, com cópia para a área de relações com investidores ri@atmasa.com.br, até às 11 horas do dia 30.03.2023. 2.1. Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar até às 11 horas do dia 30.03.2023, em formato PDF consoante instruções contidas no Manual da Assembleia e nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e art. 126 da Lei 6.404/76, para o e-mail juridico-societario@atmasa.com.br com cópia para a área de relações com investidores ri@atmasa.com.br (i) documento de identidade com foto; (ii) comprovação de poderes; (iii) extrato de titularidade das ações. 2.2. As orientações, o link, e os dados para conexão serão enviados até às 10 horas do dia 03.04.2023 sempre àqueles que manifestarem tal interesse até às 11 horas do dia 30.03.2023 e apresentarem a integralidade da documentação necessária. 3. **Voto a distância:** os Acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto a distância deverão preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo, até 28.03.2023, ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no Manual da Assembleia e nos termos da Resolução CVM nº 81/22. São Paulo, 02 de março de 2023. Mauro Antônio Cerchiarri - Presidente do Conselho de Administração.

Agea Saneamento e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.827.501/0001-58 - NIRE 35.300.435.613

Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 2 de Março de 2023

remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupp", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), acrescida de um spread (sobretaxa) de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusiva, conforme fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. (v) **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário.** Reservas/avas das hipóteses de (i) Aquisição Facultativa; (ii) Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) Amortização Extraordinária Facultativa; (iv) Oferta de Resgate Antecipado; e (v) declaração de vencimento antecipado, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento. (w) **Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures.** Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, nos dias 5 e meses a serem indicados na Escritura de Emissão, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento, observado ainda os pagamentos realizados em decorrência (i) de Aquisição Facultativa; (ii) de Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) de Amortização Extraordinária Facultativa; (iv) de Oferta de Resgate Antecipado; e (v) declaração de vencimento antecipado, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (x) **Repactuação.** Não haverá repactuação das Debêntures. (y) **Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que continuará incidindo até a data do efetivo pagamento dos valores devidos nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, ocorrendo imputabilidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados com base no índice de referência de taxa de juros de curto prazo da taxa de referência de taxa de juros de curto prazo, taxa de 1% ao mês, calculados pro rata die, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). (z) **Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, adquirir Debêntures, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, desde que observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação aplicável da CVM, incluindo os termos da Resolução CVM nº 77, de 29/03/2022, conforme em vigor, e as restrições de aquisição previstas na Resolução CVM nº 300, de 20/12/2017, e demais termos e condições da Aquisição Facultativa, observado o disposto na Escritura de Emissão. (aa) **Resgate Antecipado Facultativo Total.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir da data a ser indicada na Escritura de Emissão (inclusive), observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total (inclusive), e (iii) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se houver, e (iv) de prêmio equivalente a 0,45% ao ano, pro rata temporis, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures (exclusive), incidentes sobre o resultado da soma dos valores previstos nos subitens (i) e (ii) deste item (z) ("Prêmio do Resgate Antecipado Facultativo" e "Valor do Resgate Antecipado Facultativo", respectivamente). Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total, incluindo a fórmula para cálculo do Prêmio do Resgate Antecipado Facultativo, estarão previstos na Escritura de Emissão. (bb) **Amortização Extraordinária Facultativa.** Sujeito ao atendimento das condições a serem previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir da data a ser indicada na Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa limitada a 98% do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida da (i) Remuneração incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa (inclusive), e (ii) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se houver, e (iii) de prêmio equivalente a 0,45% ao ano, pro rata temporis, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures (exclusive), incidentes sobre o resultado da soma dos valores previstos nos subitens (i) e (ii) deste item (aa) ("Prêmio da Amortização Extraordinária Facultativa" e "Valor da Amortização Extraordinária Facultativa", respectivamente). Os demais termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa, incluindo a fórmula para cálculo do Prêmio da Amortização Extraordinária Facultativa, estarão previstos na Escritura de Emissão. (cc) **Oferta de Resgate Antecipado.** A qualquer tempo a partir da Data de Emissão, a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitarem a oferta de resgate antecipado, a partir da data a ser indicada na Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, sendo certo que o resgate antecipado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado poderá ser realizado apenas para aqueles que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado, sem que haja necessidade de aceitação da totalidade dos Debenturistas. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado estarão previstos na Escritura de Emissão. (dd) **Vencimento Antecipado.** As Debêntures poderão ter seu vencimento antecipado, automático ou não automático, declarado nas hipóteses e nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão. (ee) **Classificação de Risco.** Será contratada, pela Companhia, como agência de classificação de risco das Debêntures, a Standard & Poor's ("Agência de Classificação de Risco"), a qual deverá atribuir classificação de risco (*rating*) às Debêntures. Durante o prazo de vigência das Debêntures, a Companhia deverá acréscimos referentes à Agência de Classificação de Risco para a atualização anual da classificação de risco (*rating*) das Debêntures, nos termos da regulamentação vigente, contada da data do primeiro relatório e até a Data de Vencimento ou até o integral cumprimento, pela Companhia, de todas as suas obrigações a serem previstas na Escritura, o que ocorrer primeiro. Os termos e condições referentes à classificação de risco (*rating*) das Debêntures estarão previstas na Escritura de Emissão. (ff) **Dados Característicos.** As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a ela pertinentes. 5.2. Autorizar a diretoria da Companhia, bem como de seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições, efetivação da Emissão das Debêntures e a sua realização, bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando, a (a) contratar os Coordenadores; (b) contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta, tais como o Agente de Liquidação, Escriturador, Agente Fidejuciatário, Agência de Classificação de Risco e assessores legais, entre outros; (c) negociar e definir os termos e condições das Debêntures e da Oferta; e (d) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão, ao Contrato de Distribuição, bem como eventuais respectivos aditamentos, inclusive, sem limitações, o aditamento à Escritura de Emissão que ratificou o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. 5.3. Aprovar e ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta. **Encerramento:** nada mais. São Paulo/SP, 02/03/2023. Mesa: Sérgio Luis Botelho de Moraes Toledo - Presidente; André Pires de Oliveira Dias - Secretário.

Atic Holding S.A.

CNPJ Nº 33.852.272/0001-79 - NIRE Nº 35.300.537.416

Companhia de Capital Fechado

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Atic Holding S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 04/04/2023, em primeira convocação, às 09:00 horas, observa quórum de 50% do capital votante, em segunda convocação, às 10:00 horas, observa quórum de 75% do capital votante, e em terceira convocação, às 11:00 horas, com qualquer quórum, valendo a deliberação de 51% dos votos presentes, e será realizada na Alameda Teracota nº 185, em São Caetano do Sul, São Paulo, CEP 09531-190 a fim de deliberar a seguinte Ordem do Dia: 1) Assuntos Gerais.

Cita Transportes S/A

CNPJ nº 21.080.365/0001-43 - NIRE 35.300.471.508

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da Cita Transportes Ltda., no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, Faz Saber a todos os seus acionistas, para Assembleia Geral, que se realizará no dia 04/04/2023, na sua sede social, avenida Presidente Wilson, nº 6.351, Portão 03, Sala 02, Vila Independência, São Paulo, CEP 04220-002, com primeira chamada às 12:00 horas, segunda chamada às 13:00 horas e em terceira e última às 14:00 horas, para deliberar a seguinte ordem do dia: 1 - Nomeação de Conselho Fiscal. 2 - Demais Assuntos Gerais.

Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas

CNPJ nº 61.413.282/0001-43

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Senhores Acionistas da Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas, para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Avenida Presidente Wilson, 1230, nesta Capital, às 10:00 horas do dia 28 de abril do corrente ano, para deliberarem sobre o seguinte **Ordem do Dia:** 1 - **Ordinariamente:** a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Destinação a ser dada ao resultado apurado no exercício; II - **Extraordinariamente:** a) Aumento do capital social; b) Alteração do artigo 5º (quinto) do Estatuto Social; c) Outros assuntos de interesse social. Outrossim comunicamos que acham-se à disposição dos acionistas na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da lei nºV 6.404, de 15/12/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 01/03/2023. Antonella Bertolucci Locoselli - Presidente do Conselho.



Slaviero S.A.

desde 1960

Moto Agrícola Slaviero S.A.

CNPJ: 00.003.228/0001-35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício de 2022

Aos Acionistas da Moto Agrícola Slaviero S.A.

A Administração da Moto Agrícola Slaviero S.A., submetida à apreciação dos seus acionistas e demais interessados, o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Desempenho Operacional

Em 2022, apesar das incertezas no meio político, ano de eleições importantes no Brasil, mantivemos nosso negócio com rentabilidade e solidez, com as operações da importadora FORD em franca

expansão nos resultados no Brasil e América do Sul com um portfólio "centrado em picapes, SUVs, carros comerciais e clássicos como o Mustang". Isto nos traz segurança em nosso negócio, que podemos levar até nossos clientes que consideramos como família, os melhores automóveis do mercado e serviços de pós-vendas com qualidade.

Considerações finais e agradecimentos:

A Moto Agrícola Slaviero S.A., agradece o apoio e a confiança dos Acionistas e da Diretoria. Agradecemos em particular aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho, bem como

reconhecemos o esforço, a dedicação e o engajamento de cada um dos nossos colaboradores. O apoio e a dedicação demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os futuros desafios.

Brasília, 02 de fevereiro de 2023.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO		(valores expressos em R\$ 1,00)	
	31/12/2022	31/12/2021	
ATIVO			
CIRCULANTE	47.114.725	42.709.878	
Disponíveis	10.611.808	15.516.269	
Caixa e Equivalentes de caixa (nota 4)	10.611.808	15.516.269	
DIREITOS REALIZÁVEIS	36.502.917	27.193.609	
Clientes (nota 5)	8.750.293	5.457.667	
Adiantamentos a funcionários	156.588	140.851	
Adiantamentos diversos	223.076	113.158	
Tributos a recuperar	621.739	59.283	
Aplic.sociedade em conta de partic-FORD	605.402	289.224	
Estoque (nota 6)	25.922.661	20.686.451	
Despesas do exercício seguinte	69.489	8.608	
Outros créditos (nota 7)	153.669	438.467	
NÃO CIRCULANTE	7.104.752	6.382.197	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	500.358	525.934	
Depósitos e cauções	192.026	126.697	
Tributos diferidos (nota 8)	135.304	291.326	
Outros	173.028	107.911	
INVESTIMENTOS (nota 9)	3.529.514	3.679.718	
IMOBILIZADO (nota 10)	2.974.255	2.097.880	
INTANGÍVEL	100.625	78.665	
TOTAL DO ATIVO	54.219.477	49.092.075	

(As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis)

PASSIVO		31/12/2022		31/12/2021	
CIRCULANTE	15.845.462	9.899.924			
Fornecedores (nota 11)	11.029.523	7.222.966			
Impostos, taxas e contr.diversas (nota 12)	687.269	591.981			
Adiantamentos de clientes	437.779	798.557			
Férias e encargos	1.092.293	995.957			
Outros débitos (nota 13)	2.598.598	290.463			
NÃO CIRCULANTE	397.951	856.842			
Riscos fiscais e Out.passivos contingentes (nota 14)	397.951	856.842			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 15)	37.976.064	38.335.309			
Capital Social	20.000.000	20.000.000			
Reserva Legal	1.074.627	899.344			
Reserva de Lucros	16.901.437	17.435.965			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.219.477	49.092.075			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS			EM 31 DE DEZEMBRO - (valores expressos em R\$ 1,00)		
	EXERCÍCIO/2022	EXERCÍCIO/2021		EXERCÍCIO/2022	EXERCÍCIO/2021
RECEITA LÍQUIDA (nota 16)	145.837.527	123.686.065			
CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS					
(na base de custo)	(124.838.104)	(104.756.641)			
LUCRO BRUTO	12.099.423	18.929.424			
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(15.961.172)	(7.799.575)			
Despesas operacionais (nota 17 a)	(13.097.708)	(12.709.269)			
Despesas gerais (nota 17 b)	(6.159.146)	(5.348.956)			
Depreciação e Amortização	(941.731)	(640.933)			
Outras receitas operacionais (nota 17 c)	4.679.355	12.061.852			
Outras despesas operacionais (nota 17 c)	(441.942)	(1.162.269)			
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	5.038.251	11.129.849			
Resultado Financeiro (nota 17 d)	(1.009.213)	(952.117)			
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	4.029.038	10.177.732			
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(194.823)	(795.403)			
IMPOSTO DE RENDA	(282.729)	(2.143.249)			
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	(41.300)	7.633			
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	(114.722)	21.202			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.505.664	7.267.915			
Quantidade de ações do capital social líquido de ações em tesouraria	22.369.797	23.276.720			
Lucro líquido por lote de 1000 ações	156.71	312.24			

(As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2022 E 2021.

(valores expressos em R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	
Saldos em 31/12/2020	20.000.000	535.948	15.257.576	-	35.793.524
Distribuição de lucros complementar conf. AGO em 29/04/2021			(3.000.000)	(3.000.000)	
Lucro Líquido do Exercício				7.267.915	7.267.915
Constituição de Reserva Legal		363.396		(363.396)	
Dividendos Propostos				(1.726.130)	(1.726.130)
Transf. Para Outras Reservas			5.178.389	(5.178.389)	
Saldos em 31/12/2021	20.000.000	899.344	17.435.965	-	38.335.309
Lucro Líquido do Exercício				3.505.664	3.505.664
Constituição de Reserva Legal		175.283		(175.283)	
Dividendos Propostos				(2.479.889)	(2.479.889)
Aquisição de Ações em Tesouraria			(1.385.020)	(1.385.020)	
Transf. Para Outras Reservas			850.492	(850.492)	
Saldos em 31/12/2022	20.000.000	1.074.627	16.901.437	-	37.976.064

(As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (valores expressos em R\$ 1,00)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.505.664	7.267.915
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	3.505.664	7.267.915

(As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (valores expressos em R\$ 1,00)

	2022	2021
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.022	2.021
Resultado líquido ajustado	3.107.666	7.685.533
Lucro líquido do exercício após o IR e CSLL	3.505.664	7.267.915
(+)Depreciação	941.731	640.933
(+/-)Provisão para perdas no recebimento de créditos	(92.505)	127.969
(+/-)Ajuste em estoques	(6.939)	38.257
(+/-)Riscos Fiscais e Out.Passivos Contingentes	(458.890)	84.809
(+/-)Outras despesas	(144.507)	99.712
(-)/Lucro alienado itens imobilizado	(465.370)	(460.803)
(-)/Outras Rendas/Recuperação de despesas	(15.496)	(84.109)
(-)/variação monetária líquida	(156.022)	(8.316)
(-)/IRPJ/CSLL DIFERIDA	(9.283.732)	(4.911.968)
(Acréscimos)/Decréscimos do Ativo (Circ. + Não Circulante)	(3.292.726)	657.886
Clientes	(5.236.210)	(8.649.902)
Estoque	(125.655)	216.032
Adiantamentos a terceiros	(562.456)	4.343
Tributos a recuperar	(316.178)	2.932.202
Aplicação sociedade em conta de participação - Ford	249.493	(72.529)
Outros créditos	4.391.345	66.859
Acréscimos/Decréscimos do Passivo (Circ. + Não Circulante)	3.806.557	(163.454)
Fornecedores	95.288	(212.170)
Impostos a recolher	112.529	264.141
Contas a pagar	376.971	178.342
Outros débitos	(76.850)	(27.773)
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	(381.391)	(2.966.891)
Outros valores pagos	(76.850)	(27.773)
Juros e CSLL pagos	(304.541)	(2.939.118)
CAIXA líquido proveniente das atividades operacionais	(2.166.112)	(126.467)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.176.588)	369.557
Recebimentos da venda de imobilizado	1.066.013	1.320.745
(-)Pagamentos de aquisição Intangível	(59.795)	(9.876)
(-)Pagamentos de aquisição Imobilizado	(2.182.806)	(941.312)
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.561.761)	(4.316.980)
(-)Pagamentos de dividendos/JSCP	(176.741)	(4.316.980)
(-)Pagamentos de ações em tesouraria	(1.385.020)	-
4. VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	(4.904.461)	(4.073.890)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.516.269	19.590.159
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.611.808	15.516.269
Variação	(4.904.461)	(4.073.890)

(As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em R\$ 1,00, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Brasília-DF, que tem por objeto social o comércio de veículos Ford de qualquer modelo, peças e acessórios, bem como a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores em geral. A Ford Motor Company importadora de veículos, mantém o modelo de negócio com as concessionárias e demais parceiros comerciais no País, conforme contratos firmados, tem seu foco voltado para os clientes, zelando pelo respeito adquirido por estes, ao longo de mais de "cem" anos no Brasil.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo a legislação societária, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas, inclui o reconhecimento de perda de valores de créditos, depreciação do imobilizado e provisão para contingências. A liquidação dessas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos provisionados, devido a imprecisões inerentes ao processo de mensuração. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. Em conformidade com a Resolução nº 1.184, de 15/09/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31.12.2022, foi autorizada pela Diretoria em 02/02/2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 3 - Diretrizes Contábeis

Dentre as principais diretrizes adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltam-se: a) o regime contábil é o de competência do exercício.

b) A classificação em circulante e não circulante, para ativos e passivos, obedece aos artigos 179 e 180 da Lei 6.404/76.

c) Instrumentos financeiros

Em atendimento à Resolução nº 2016/NBDCGT-48 para os instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tais como: Disponibilidades, Contas a receber e Outras Contas, os valores contábeis aproximam-se dos valores de mercado.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Representam os saldos existentes em caixa e bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e são utilizados pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, sendo classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado.

Não existem valores ajustados a valor presente (AVP), considerando que o recebimento é a curto prazo não existindo outros ativos e passivos financeiros de longo prazo significativos.

i) Derivativos

A Slaviero não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

ii) Apuração do valor justo

Para divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Companhia utiliza a hierarquia do valor justo que reflete as mensurações nos seguintes níveis: preços cotados em mercados ativos, dados observáveis para os ativos ou passivos e dados não observáveis no mercado.

Para os itens em que não estão disponíveis preços cotados no mercado, o valor justo é baseado em estimativas, com utilização de fluxo de caixa descontados ou outras metodologias de precificação, não podendo ser comparável com mercados independentes.

e) Contas a Receber de Clientes

São demonstradas pelo valores faturados até as datas dos balanços, reduzidos de Provisão para Perda de Valores de Créditos, calculada com base no art. 347 do Decreto 9.590/18 RIR.

f) Estoques

Os estoques de veículos novos e seminovos foram avaliados ao custo específico de aquisição, enquanto peças, acessórios e outras mercadorias foram avaliadas pelos custos médios das compras, os quais não superam os preços de mercado.

g) Outros Créditos

Os direitos são registrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

h) Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas.

i) Investimentos

Demonstrados ao custo de aquisição.

ii) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição e ajustado por depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas descritas na nota (10).

k) Intangível

Incluem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

l) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados e intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indícios de perda de valor.

m) Férias

Foram registrados os valores de férias e seus respectivos encargos sociais, conforme o período aquisitivo, sendo as variações apropriadas em despesas, obedecendo ao regime de competência.

n) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

o) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual, excedente a R\$ 240.000,00. A contribuição social foi constituída à



Slaviero
desde 1960

Moto Agrícola Slaviero S.A.
CNPJ: 00.003.228/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.022 E 2.021
(valores expressos em R\$ 1,00, exceto quando indicado de outra forma)

Substituição tributária é o regime pelo qual a responsabilidade pelo tributo devido em relação às operações ou prestações de serviços é atribuída a outro contribuinte, onde:

Contribuinte Substituto
É o responsável pela retenção e recolhimento do imposto incidente em operações ou prestações antecedentes, concomitantes ou subsequentes, inclusive do valor decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem mercadorias e serviços a consumidor final. Em regra geral, será o fabricante ou importador no que se refere às operações subsequentes.

Contribuinte Substituto
É aquele que tem o imposto devido relativo às operações e prestações de serviços pagos pelo contribuinte substituído.

c) Custos de Mercadorias e Serviços Vendidos
Os custos de veículos novos e seminovos foram avaliados ao custo específico de aquisição, enquanto peças, acessórios e outras mercadorias foram avaliadas pelos custos médios das compras, já os custos de serviços são avaliados pela mão de obra empregada e materiais.

Custos de Mercadorias e Serviços	2.022	2.021
Mercadorias:		
Veículos	93.326.081	77.155.594
Peças	29.174.365	25.613.306
Total	122.500.446	102.768.900
Serviços	2.337.658	1.987.741
Total	124.838.104	104.756.641

NOTA 17 – DESPESAS (a) Despesas Operacionais

Despesa	2.022	2.021
Salários, comissões	5.494.752	5.157.589
Despesas com vendas	415.977	297.425
Encargos com Leis Sociais	4.324.724	4.382.758
Preparação de Entrega de Veículos	1.184.104	1.271.526
Utilidades e Serviços	444.740	418.895
Obrigações Legais	910.254	829.805
Tributárias	310.098	350.051
Encargos/rendimentos com aquisição de veículos	13.059	1.220
Total	13.097.708	12.709.269

(b) Despesas Gerais

Despesa	2.022	2.021
Propaganda e Promoção	578.867	535.582
Aluguéis	2.473.561	2.322.519
Serviços de terceiros	1.425.760	1.218.926
Reparos e conservação	137.898	159.591
Bens de natureza permanente	43.176	20.968
Treinamento de pessoal	66.024	18.569
Combustíveis e Lubrificantes	360.116	348.189
Materiais Auxiliares e de Consumo	295.761	265.678
Uniformes e equip. de segurança	75.082	39.312
Outras	712.901	730.424
Total	6.159.146	5.348.956

A natureza das contas destes grupos está sintetizada conforme a seguir:

- Salários/comissões – referem-se aos dispêndios com salários fixos a colaboradores e comissões sobre vendas a vendedores, comissões por lucratividade a gerentes.
- Despesa com vendas – referem-se às despesas com despachante, IPVA concedidos aos clientes em função da venda, bem como despesas com materiais para consumo.
- Encargos com leis sociais – referem-se a dispêndios com: contribuição ao INSS, contribuição ao FGTS, férias e um terço constitucional, décimo terceiro salário.
- Preparação de entrega de veículos - referem-se a gastos com revisão para entrega, despesas com acessórios, emplacamentos e todos os testes necessários ao bom funcionamento dos veículos.
- Utilidades e serviços - Referem-se a gastos tais como energia elétrica, telefone, água e esgoto, postagem, links, internet e fotocópias.
- Obrigações legais - referem-se a dispêndios com: vale transporte, PAT- Programa de Alimentação do Trabalhador.
- Tributárias - referem-se a dispêndios com: IPTU, IPVA, taxas federais, estaduais e municipais, contribuições e associações de classe, IOF;
- Propaganda e Promoção - Referem-se a despesas para fins publicitários objetivando divulgar os produtos e serviços que a Companhia negocia, de diversas mídias.
- Aluguéis - referem-se aos gastos com aluguéis de imóveis e espaços utilizados pela Companhia para fins operacionais, ou para participações em exposições, eventos e feiras.
- Serviços de terceiros - referem-se aos gastos com serviços terceirizados contratados pela Companhia, tais como: consultorias, limpeza e vigilância, manutenção de máquinas e equipamentos, honorários advocatícios e outros serviços prestados por pessoas jurídicas.
- Reparos e conservação – Referem-se aos gastos correspondentes a reparos, consertos e manutenção das instalações da Companhia.
- Treinamento de pessoal – referem-se a treinamento de pessoal de manutenção de veículos junto a montadora e demais julgados necessários pela Companhia.
- Materiais auxiliares e de consumo - referem-se a dispêndios de consumo da Companhia no exercício de sua atividade operacional no setor de oficina.
- Uniformes e equipamentos de segurança - são gastos para padronização dos uniformes de todos os setores da Companhia, bem como os EPIs - equipamentos de proteção individual.
- Outras – referem-se às demais despesas necessárias ao bom andamento do negócio tais como assinaturas de revistas e jornais, copa e cozinha, higiene e limpeza, serviços gráficos, brindes para clientes, etc.

Outras Receitas Operacionais	2.022	2.021
Comissões s/afaturamento direto	4.679.355	12.061.852
Rendas Operacionais (bônus, incentivos)	246.008	2.018.998
Outras (ganho de capital, outras rendas, recuperação de despesas, etc)	2.893.367	8.765.327
Total	441.942	1.162.269

(d) Resultado Financeiro

Despesa Financeira	2.022	2.021
Descontos concedidos	2.952.547	2.142.932
Juros passivos	2.485.592	1.757.299
Despesas bancárias	9.923	26.554
Comissões de administradora cartão crédito	53.869	47.575
	403.163	311.504

Receta Financeira	1.943.334	1.190.815
Juros ativos	127.467	204.230
Recetas de aplicações financeiras	1.416.334	838.634
Descontos obtidos	399.533	147.634
Variação monetária ativa	-	317
Resultado Financeiro	1.009.213	952.117

NOTA 18 – Seguros

A Companhia mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco. A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis, é como segue:

Bens segurados	Data de vigência	Importância segurada
Edifícios – S.I.A trecho 1	28/11/2022 a 28/11/2023	R\$ 5.700.000,00
Edifícios – S.I.A trecho 2	17/10/2022 a 17/11/2023	R\$ 1.600.000,00
Veículos	09/11/2022 a 09/11/2023	100% FIPE

NOTA 19 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Partes relacionadas
As operações com partes relacionadas referem-se a pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos aos acionistas e aluguel de imóvel.

Operações ativas e passivas da Companhia com as partes relacionadas
As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Espécie	2.022	2.021
Aluguéis de imóveis	2.272.553	2.119.542
Locadoras:		
F.Slaviero & Filhos S.A. Ind. E Comércio de Madeiras	1.571.843	1.437.121
SRG Participações e Administração de Bens Ltda	700.710	682.421

As transações com partes relacionadas são realizadas nas mesmas taxas, termos e condições praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

b) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados
A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus empregados, nem a plano de opção de compra de ações.

DIRETORIA	
SÉRGIO SLAVIERO	NELSON LUÍS SLAVIERO
FLÁVIO SLAVIERO	LUIZ EDUARDO OSÓRIO ZAGONEL
RUBENS SLAVIERO FILHO	CRISTINA FRARE SLAVIERO STEMPLIUK
MARIA ELIZABETH ARAÚJO SLAVIERO	
CONTADOR	
ADEMAR ANTÔNIO DA SILVA	
CRC(DF) 008779/04	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Srs. Acionistas e Diretores da **MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.**, Brasília - DF

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da **MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 01 de março de 2023.

UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S. **PAULO KIOJI TAKANO**
CRC DF 501/O-1 Contador CRC DF 009576/O-6

EDUCAÇÃO

Federais adiam início das aulas por descompasso entre Sisu e calendário

Ao menos quatro instituições federais de vários estados reclamam de atraso na divulgação do Sisu. A data de fim do semestre também foi alterada a fim de garantir os 200 dias letivos previstos em lei.

Ao menos quatro universidades federais anunciaram que vão iniciar o período letivo mais tarde do que o previsto devido a um descompasso entre a data de divulgação do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o calendário acadêmico. A lista de aprovados no processo seletivo que usa nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi divulgada no último dia 28 de fevereiro.

As instituições reclamam de atraso na divulgação do Sisu. A data de fim do semestre também foi alterada a fim de garantir os 200 dias letivos previstos em lei.

As federais de Viçosa (UFV), de Minas Gerais (UFMG), do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Bahia (UFBA) alegam que a data de divulgação do resultado dificultaria processos de matrícula e recepção de novos alunos conforme calendário aprovado anteriormente nos conselhos das instituições, já que haveria pouco tempo para executar as funções. Na UFMG, pela primeira vez, calouros e veteranos terão datas de início das aulas diferentes.

Embora o Ministério da Educação tenha chegado a adiantar o prazo de divulgação do Sisu em dezembro, a data seguiu distante do que ocorria antes da pandemia, quando a lista de aprovados costumava ser publicada entre o final de janeiro e o início de fevereiro.

A instituição que mais recentemente comunicou a decisão de adiamento do início do semestre letivo foi a UFBA.

Na quarta-feira, 1º, a universidade informou que adiou em uma semana a data de início do semestre letivo 2023.1. Em vez da volta ser no dia 6 de março, começará no dia 14.

Em nota divulgada no site da instituição, a UFBA explicou que as razões para o adiamento foram "o atraso no Sisu, que impacta a matrícula dos novos alunos; o retardo na regularização da execução orçamentária federal, em função da transição de governo; e a necessidade de mais tempo para aferição dos impactos do carnaval nos índices de contágio do coronavírus".

"O novo calendário prevê que atividades curriculares voltadas exclusivamente para veteranos possam iniciar aulas e/ou ações de acolhimento no dia 20 de março, e que os componentes curriculares de primeiro semestre sejam iniciados somente em 29 de março - após a inscrição dos calouros nesses componentes, que acontece nos dias 27 e 28", informou.

A data de encerramento do primeiro semestre 2023.1 ficou para o dia 15 julho. O semestre letivo 2023.2 acontecerá de 14 de agosto a 16 de dezembro.

A decisão, segundo a UFBA, vai permitir executar "ações de manutenção e adequação de espaços" com maior disponibilidade orçamentária, "cujos repasses mensais pelo governo federal, na razão de 1/12 do orçamento anual, foram regularizados somente no final de fevereiro".

No dia 15 de fevereiro, no portal de notícias da universidade, a UFRJ informou que Conselho de Ensino e Gradu-

ação (CEG) havia aprovado alteração no calendário acadêmico de 2023 para os cursos de graduação, sem afetar o início de aulas previsto no Colégio de Aplicação e nas pós-graduações. O atraso no Sisu foi a justificativa apresentada. No entanto, para passar a valer, a decisão precisava de aval do próximo Conselho Universitário (Consuni).

A reportagem buscou a UFRJ, que informou que o Consuni aprovou a decisão do CEG na quinta-feira, 2. Com isso, em vez de começar no dia 13 de março, o semestre 2023.1 iniciará em 3 de abril, com encerramento previsto para 22 de julho. O segundo semestre do ano ocorre entre 10 de agosto e 23 de dezembro.

As federais de Minas Gerais e Viçosa já haviam anunciado adiamento nas datas do calendário em dezembro do ano passado, quando o prazo de divulgação do Sisu era no dia 7 de março. Em 23 de dezembro, o MEC anunciou que anteciparia o resultado para 28 de fevereiro. "Com a antecipação dos prazos, os processos seletivos ganham maior alinhamento com os calendários acadêmicos das instituições de ensino públicas e privadas", justificou o ministério.

A reportagem buscou a UFV e a UFMG para saber se, com a antecipação por parte do MEC, as instituições alterariam o calendário novamente. Ambas as instituições informaram que mantiveram o adiamento.

"Alterações contínuas geram inúmeros transtornos para os estudantes e suas famílias que residem em outras cidades, como pensar em loco-



A lista de aprovados no processo seletivo que usa nota do Enem foi divulgada no último dia 28 de fevereiro.

ção/viagens, moradia/aluguéis, alimentação, enfim, a organização da vida do estudante na cidade", informou a UFV, em nota.

A universidade também afirmou que "atrasos do Sisu impactam toda a rotina administrativa". "Impacta de diversas formas, especialmente no atraso para dar início ao semestre letivo. Temos que modificar diversas atividades que são realizadas ao longo do ano, já previstas no calendário, para atender à carga horária letiva. Os procedimentos operacionais para a matrícula e a recepção aos estudantes precisam todos ser revisados,

além de outros, como contratos para o funcionamento de restaurantes universitários, a abertura das moradias estudantis, etc."

Em vez de as aulas do primeiro semestre letivo começarem em 6 de março, conforme previa calendário em novembro, terão início no dia 20 de março. O término do semestre passou de 8 para 15 de julho.

A UFMG explicou que: "Com a divulgação do resultado geral do Sisu no dia 28 de fevereiro, a divulgação do resultado dos classificados da Chamada Regular do Sisu/UFMG 2023 ficou pro dia 2 de março - apenas dois dias após

a publicação do MEC. A partir dessa data, vários procedimentos burocráticos de registro são necessários e demandam um prazo."

A universidade também afirmou que alterações do Sisu atingem o andamento regular do calendário. "Em 2023, pela primeira vez, o início das aulas de veteranos e calouros não ocorrerá no mesmo momento; veteranos entrarão no dia 6 de março e novos estudantes virão no dia 20", destacou, em nota.

O último dia letivo do primeiro período para os calouros também foi alterado, passou de 7 para 14 de julho.

QUALIDADE NUTRICIONAL

UFMG alerta que tirar feijão da dieta aumenta risco de ficar obeso

Segundo estudo de pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais, quem deixa de comer a leguminosa com regularidade tem 10% mais risco de desenvolver excesso de peso e 20% de ficar obeso.



Até 2025 a grande maioria dos adultos vai consumir feijão de forma irregular (de um a quatro dias por semana), mudança ante a tendência histórica. Na análise por gênero, constata-se que as mulheres já comiam feijão menos de cinco vezes por semana.

O feijão é item fundamental na mesa do brasileiro, desde as refeições mais cotidianas à feijoada de domingo. A tendência, porém, é de que o alimento seja cada vez menos consumido no Brasil, conforme um estudo de pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que também reforça os benefícios desses grãos à saúde. Segundo o trabalho, quem deixa de comer a leguminosa com regularidade tem 10% mais risco de desenvolver excesso de peso e 20% de ficar obeso.

Já aqueles que consomem feijão regularmente (de cinco a sete dias da semana) têm 14% menos chance de lidarem com sobrepeso e 15% menos risco de ficarem obesos. A tendência, aponta o trabalho, é de que até 2025 a grande maioria dos adultos vai consumir o alimento de forma irregular (de um a quatro dias por semana), mudança ante a tendência histórica. Na análise por gênero, constata-se que as mulheres já comiam feijão menos de cinco vezes por semana em 2022. Para os homens, a previsão é que isso mude a partir de 2029.

O estudo analisou dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), conduzido pelo Minis-

tério da Saúde. Foram levadas em conta entrevistas com mais de 500 mil adultos, feitas de 2009 a 2019. O trabalho consiste na tese da nutricionista Fernanda Serra Granado, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da UFMG.

“O feijão é um marcador da qualidade da dieta, porque apresenta excelente perfil nutricional, contribuindo para o bom funcionamento do organismo e para a saúde da população. Além disso, representa elemento essencial, muitas vezes, para a segurança alimentar”, diz ela. O trabalho também compreende outros fatores que podem levar a sobrepeso e obesidade, como aqueles ligados ao estilo de vida - tabagismo, falta de atividade física e consumo abusivo de álcool.

A associação observada, dizem os especialistas, pode decorrer de más escolhas alimentares feitas pelos que abandonaram ou reduziram o consumo. “Quando consume feijão, o indivíduo põe na mesa outros alimentos saudáveis, como arroz, vegetais, salada e mesmo carne, compondo um prato nutricionalmente equilibrado. Quando deixa de comer feijão, muitas vezes faz escolhas alimentares mais inadequadas, que apresentam elevada quantidade de calorias, por exemplo, o que pode levar ao ganho de peso da população adulta”,

diz Fernanda.

Assim como demais leguminosas, o feijão é rico em proteínas vegetais, fibras, vitamina B, ferro, cálcio, potássio, fósforo e zinco. Além disso, a maioria dos feijões têm baixos teores de gordura. São semelhantes à carne em nutrientes, mas com níveis de ferro mais baixos e gorduras não saturadas. Esses alimentos contêm antioxidantes que ajudam a prevenir células danosas e combater doenças, com importância para a regeneração de tecidos e a formação de músculos. As fibras do feijão oferecem ainda benefícios para o sistema digestivo.

O analista contábil Roberto Reis, de 23 anos, diz ser um fã da “duplinha brasileira”, brincadeira em referência ao dueto do feijão com o arroz. “Quando não como em casa, geralmente pego pratos com arroz e feijão nos restaurantes. Ele está sempre presente”, conta.

“Quando como arroz e feijão sempre incluo no prato outras coisas. Variedades de saladas e carnes, por exemplo. Não sou uma pessoa que foca tanto na questão de ter ótimos hábitos alimentares, mas busco comer bem no almoço, principalmente, para atender o máximo possível a essa questão. O feijão, com certeza, contribui para isso”, relata ele.

Trabalho publicado no Journal of the American College of Nutrition, de 2008, indi-

cou que aqueles que comem feijão tendem a ter menos peso e menor circunferência da cintura, em comparação com os que não consomem. O levantamento, feitos nos Estados Unidos, apontava que consumir feijão diminui em 23% o risco de aumento da região abdominal e em 22%, o de obesidade.

O feijão é um grande símbolo da cultura alimentar no Brasil, especialmente quando combinado ao arroz, prato já incorporado aos hábitos alimentares dos brasileiros. Isso é reforçado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014, publicação do Ministério da Saúde. O documento destaca, entre outros fatores, a importância do consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, como leguminosas, como base para uma alimentação saudável.

Por trás dessa mudança de cardápio, há uma questão socioeconômica, segundo Cris Maymone, nutricionista e mestre em Nutrição em Saúde Pública pela USP. “O feijão tem perdido espaço também pela questão financeira, enquanto ultraprocessados (como macarrão, bolos e biscoitos) ganham mais destaque. Esses alimentos dão maior sensação de saciedade a preços baixos, o que faz com que pessoas em situações mais vulneráveis optem por eles. O valor financeiro é o que mais pesa”, ressalta.

Outra questão apontada

pela profissional são as dietas restritivas que aconselham reduzir ou cortar o consumo de carboidratos, conhecidas como low carb. Para Cris, quando não aplicadas corretamente, essas dietas podem ser prejudiciais à saúde. “Muitas vezes as pessoas eliminam alimentos ricos em fibra, por exemplo, como arroz e feijão, importantes para nossa alimentação”, diz.

No caso de Carmen Silvia Pagotto, de 69 anos, foi necessário reduzir o consumo de alimentos como arroz, macarrão e pães de farinha branca, além de frituras e açúcar em excesso. A dieta foi motivada por recomendação de sua médica endocrinologista, após ela sofrer com uma inflamação grave no joelho, que prejudicava seu bem-estar. “Emagrecer era uma condição para melhorar. Eu mal conseguia caminhar, por conta da dor”, relata. Mas ela não deixou de comer o feijão, presente quase todos os dias em seu cotidiano.

“Percebi que o feijão e outras leguminosas, como lentilha e grão-de-bico, garantem mais saciedade do que o arroz, além de serem mais saudáveis. Antes, meu jantar era um lanche: pão com frios e requeijão, por exemplo. Agora passei a comer legumes e carnes com feijão à noite”, conta. Segundo a socióloga aposentada, foi a combinação perfeita para ela: o regime alimentar tem funcionado e promo-

veu melhor qualidade de vida. Carmen já havia passado por outras dietas, algumas delas mais restritivas, sem consumo de feijão nem carboidratos de nenhum tipo, mas nenhuma deu tão certo.

Além de saber quem são os mocinhos da nossa dieta, é importante reconhecer quem são os vilões no cardápio, alerta Catherine M. Champagne, professora de Epidemiologia Nutricional do Pennington Biomedical Research Center (PBRC) em Luisiana (EUA). “Muitas vezes, o principal é eliminar as escolhas alimentares pouco saudáveis, ou pelo menos limitá-las. Isso já ajuda o indivíduo a alcançar peso saudável e prevenir a obesidade. Bebidas adoçadas com açúcar, álcool, carne e laticínios em excesso são exemplos de hábitos que devem ser evitados”, disse.

Estudos conduzidos pelo PBRC demonstraram que dietas contendo feijão são baixas em densidade calórica e eficazes na redução da resistência à insulina e no emagrecimento, diz Catherine, que é da Sociedade Americana de Diabetes e da Sociedade Americana de Nutrição. Conforme a Pesquisa Nacional de Saúde de 2020, 60,3% dos adultos no Brasil têm excesso de peso, sendo que a obesidade atinge 25,9% da população. Desde 1975, os índices globais de obesidade triplicaram, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS JUSTIÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA COMARCA DE SETE LAGOAS / 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SETE LAGOAS EDITAL DE CITAÇÃO COMARCA DE SETE LAGOAS/MG - 2ª VARA CÍVEL - EDITAL COM PRAZO DE 30 DIAS. Saibam todos quantos o presente edital de CITAÇÃO vierem, que perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Sete Lagoas, se processam os autos da Ação Monitória de nº 5003387-63.2016.8.13.0672, requerida por INVEST MINAS FACTORING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ/MF sob o nº 10.987.509/0001-23, com sede na Avenida Dr. Antônio Chagas Diniz, 555, sala 10, Cidade Industrial, Contagem-MG, CEP: 32.210-160, neste ato, representada pelo seu sócio-gerente representante legal, JAMIL SARAIVA FRAIHA, carteira de identidade nº M-1.089.054 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 297.715.446-91, residente e domiciliado na rua Cônsul Robert Levi, nº 482 Bairro São Bento, Belo Horizonte CEP: 30.350-710 em face de SMA FERREIRA - ME - CNPJ 14.388.239/0001-95. E, por este, faz CITAR MA FERREIRA - ME, CNPJ: 14.388.239/0001-95, na pessoa de seu representante legal, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento do débito no valor de R\$ 20.057,12 (vinte mil, cinquenta e sete reais e doze centavos), e honorários advocatícios de 05% do valor atribuído à causa, caso a parte ré o cumpra, ficará isenta das custas processuais. Fica a parte advertida de que, no mesmo prazo, poderá oferecer embargos, nos termos do art. 702 do CPC, ou reconhecer o crédito da parte autora e, comprovando o depósito de trinta por cento do débito, acrescido de custas e de honorários do advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (art. 701, §5º c/c art. 916) e não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (CPC, art. 701, § 2º). Ficando advertido de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Para conhecimento especialmente da parte interessada, publica-se o presente edital 01 (uma) vez no Jornal Oficial - DJE, e 2 (duas) vezes no jornal local, Sete Lagoas. Data da assinatura eletrônica: Célia Mara Fernandes Silva, Gerente de Secretária, o faz digitar, Dr. Carlos Alberto de Faria, Juiz de Direito, OAB/MG 127.013.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING
NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F2DE-98F2-07DE-F7C9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F2DE-98F2-07DE-F7C9



Hash do Documento

D3DBDDA908BE8A1C35B5606B7428952164432561906C463F2CC22EBAE5F8D4FB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
03/03/2023 22:23 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

